



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS AFRICANOS,
POVOS INDÍGENAS E CULTURAS NEGRAS (PPGEAFIN)**

ANA LÉCIA SILVA DIAS

**ASCENSÃO DE DUAS FAMÍLIAS NEGRAS NO SERTÃO
DA CHAPADA DIAMANTINA
(SÉCULO XIX)**

Salvador
2020

ANA LÉCIA SILVA DIAS

**ASCENSÃO DE DUAS FAMÍLIAS NEGRAS NO SERTÃO
DA CHAPADA DIAMANTINA
(SÉCULO XIX)**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN) como requisito para a obtenção de grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jackson André Ferreira da Silva

Salvador
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura – UNEB – Campus I
Bibliotecária: Célia Maria da Costa CRB-5 / 918

D541a Dias, Ana Lécia Silva

Ascensão de duas famílias negras no sertão da Chapada Diamantina
(século XIX) / Ana Lécia Silva Dias.- Salvador, 2020.
108 f. : il.

Orientadora: Jackson André Ferreira da Silva.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Estudos
Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGEAFIN, Campus I.
2020.

Contém referências.

1. Negros – Mobilidade social – Diamantina, Chapada (BA). 2. Escravos
– Morro do Chapéu (BA) – Relações com a família – História – Sec. XIX. 3.
Escravos – Bahia – Condições sociais. 4. Escravos libertos – Mudança social
– Morro do Chapéu (BA). 5. Famílias – Bahia – Sec. XIX I. Silva, Jackson
André Ferreira da. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de
Educação. Campus I. III. Título.

CDD: 981.42

ANA LÉCIA SILVA DIAS

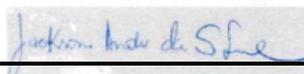
**ASCENSÃO DE DUAS FAMÍLIAS NEGRAS NO SERTÃO
DA CHAPADA DIAMANTINA**

(SÉCULO XIX)

Dissertação apresenta ao Programa de Pós
Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas
e Culturas Negras (PPGEAFIN) como requisito
para a obtenção de grau de Mestre em História.

Aprovada em 31 dezembro de 2020

BANCA EXAMINADORA



Profº Dr.º Jackson André da Silva Ferreira (Orientador)

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)



Profº Dr.º Moiseis de Oliveira Sampaio

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)



Profº Dr.º Paulo César Oliveira de Jesus

Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)

A Joel, (Seu Lô), meu pai, *in memoriam*,

A Rosita, minha mãe.
Pessoas que muito me inspiram!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus.

A concretização desse sonho só foi possível graças à colaboração de muitas pessoas às quais agradeço neste momento:

Ao Prof.º Dr.º Jackson André, por ter aceito a orientação, pela paciência e prudência em meus momentos de desânimo.

Ao Prof.º Dr.º Moiseis Sampaio pelas indicações de livros e suporte nas dúvidas.

A Universidade do Estado da Bahia- UNEB que mais uma vez me acolheu, oportunizando a realização de mais um sonho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Povos Indígenas e Culturas Negras- PPGEAFIN e colegas do curso, ajudando no amadurecimento do tema escolhido.

Aos Prof.º Dr.º Paulo César Oliveira de Jesus pelas valiosas sugestões feitas na qualificação.

A CAPES, pela bolsa concedida no período da pesquisa.

A Professora Maria Flávia pelas escutas e entusiasmo ao ouvir os achados da pesquisa.

E por fim a minha família, mãe, irmãs e irmãos que tantas vezes reclamaram da minha ausência e mesmo sem compreender o processo da pesquisa me acalentaram com chás e cafés nas madrugadas.

DIAS, Ana Lácia Silva. Ascensão de duas famílias negras no sertão da Chapada Diamantina (século XIX). 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos, Povos indígenas e Culturas Negras) - Departamento de Ciências e Tecnologias, Universidade do Estado da Bahia, Campus XVI. Salvador, 2022.

RESUMO

Este trabalho analisa e acompanha trajetórias de mobilidade e ascensão social empreendida por escravos, por homens e mulheres livres, alforriados e descendentes de escravos, que lograram êxito no sertão da Chapada Diamantina, mais precisamente em Morro do Chapéu, além de compreender a composição e importância da família escrava e família negra na sociedade do sertão baiano no século XIX. Para tal investigação, utilizei registros de batismo como fonte principal, acrescidos de registro de casamento, processo-crime, cartas de alforria, além de explorar notas de compra e venda de propriedades. Aposto na ideia de subordinação tanto do escravo, quanto do livre e liberto, no sentido paternalista, que busca proveito nessa servidão, também pontuei os laços de solidariedade e compadrio entre senhores, escravos e agregados. Elenquei casamentos consensuais e legitimados entre livres e escravos, como mecanismo muitas vezes de sobrevivência e oportunidade. Para compreender as estratégias de ascensão econômica e social oportunizadas pelo sistema escravista, segui as trajetórias de duas famílias, sendo uma estruturada por agregados livres, moradores da fazenda Gurgalha, composta por Simão e Ezalta Dias Coelho e a outra estruturada por liberto e escrava, parte dela, oriunda da África, que conseguiu liberdade, bens, entre eles, escravos, refiro-me a José Gomes da Silva e Andrezza Maria do Espírito Santo.

PALAVRAS-CHAVE- Ascensão social, mobilidade, famílias negras, laços de compadrio, Chapada Diamantina e Morro do Chapéu.

ABSTRACT

This work analyzes and monitors trajectories of mobility and social ascension undertaken by slaves by free men and women, freed and descendants of slaves, who were successful in the backlands of Chapada Diamantina, more precisely in Morro do Chapéu, in addition to understanding the composition and importance of the slave family and the black family in the society of the Bahian backlands in the 19th century. For this investigation, I used baptism certificates as the main source, added up marriage certificates, criminal process, manumission letters, in addition to exploring property purchase and sale notes. I bet on the idea of subordination of slaves, free, freed and enslaved black people, in the paternalistic sense, which seeks profit from this servitude, I also pointed out the bonds of solidarity and patronage between slaveholders, slaves and households. I listed consensual and legitimate marriages between free and slaves, as a mechanism often for survival and opportunity. In order to understand the strategies of economic and social growth made possible by the slave system, I followed the trajectories of two families, one structured by free households, residents of the Gurgalha farm, composed by Simão e Ezalta Dias Coelho, and the other, structured by freed and slave, part of it, deriving from Africa, that obtained freedom, goods, among them, slaves, I mean José Gomes da Silva and Andrezza Maria do Espirito Santo.

KEYWORDS: Social ascension, mobility, black family, bonds of solidarity, Chapada Diamantina and Morro do Chapéu.

SIGLAS

IMSAJ- Igreja Matriz Santo Antônio de Jacobina.

IMNSGMC- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

FCA- Fórum Clésriston Andrade

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1- Mapa da Chapada Diamantina, elaborado para facilitar a compreensão da localidade da pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Identificando os personagens	19
Método e Aporte Teórico	21
1. ASPECTOS DE MORRO DO CHAPÉU.....	23
1.1 Um lugarejo ao norte da Bahia.....	23
1.2 Gente dessa terra	28
O início da ocupação da região de Morro do Chapéu está intrínseco às doações de terras no sistema sesmaria, as expedições empreendidas por sertanistas em busca de metais preciosos, assim como a abertura e fundação das primeiras fazendas de gado da região. Os domínios dessas terras pertenciam aos Guedes de Brito, que já eram enobrecidos com aquisição de títulos e terras, entrelaçaram em matrimônio, com a casa fidalga dos Saldanha da Gama Torre, e assim aumentaram ainda mais suas riquezas.	28
1.3 Gameleira: Arraial, Freguesia e Vila.....	32
1.4 Alto-sertão: Chapada Diamantina	40
1.5 Pecuária no sertão: Labor predominante na vila de Nossa Senhora da Graça	43
2.1 ESTREITANDO OS LAÇOS- CASAMENTOS ENTRE ESCRAVOS, FORROS E LIVRES- PLURALIDADES DE FAMÍLIAS	51
2.2 Conceito de Casamento e Família.....	58
2.3 Famílias Negras.....	60
2.4 O Papel da Igreja no Matrimônio	63
CAPÍTULO 3	80
3.1 ASCENSÃO DOS ASCENDENTES DO CORONEL FRANCISCO DIAS COELHO.....	80
3.3 Alforrias- Mecanismo de ascensão social	87
3.2 Mobilidade para baixo.....	91
3.4 Simão e Ezalta Dias Coelho	94
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva acompanhar e analisar trajetórias de mobilidade e ascensão social empreendida por alguns escravos, homens livres, alforriados e descendentes de escravos, que lograram êxito numa economia pautada na pecuária, buscando compreender as práticas cotidianas de trabalho bem como os significados que os trabalhadores atribuíam a estas relações. O foco da pesquisa é a fazenda Gurgalha, que fazia parte da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu no sertão da Chapada Diamantina.

O estudo que hora me debruço investiga as experiências familiares de duas famílias de pessoas com estatuto jurídico diferente, sendo: livre, escravo e liberto, residentes na referida fazenda que partilhavam do mesmo desejo de liberdade e manutenção da mesma, além de ascensão dentro do seu meio social. É relevante afirmar que ascensão nesse sentido não diz respeito somente a ganho econômico, cargos, ou prestígio dentro da sociedade, mas está ligada diretamente a questão jurídica e social.

O marco temporal da pesquisa vai de 1838-1880, por ser o período em que se deu a instalação da freguesia de Nossa Senhora da Graça na Vila de Morro do Chapéu, e as fontes capitaneadas pela igreja local começaram a ser produzidas. O período do término, o ano de 1880, foi escolhido porque só foi possível acompanhar e analisar as trajetórias dos sujeitos pesquisados até o referido ano.

A pesquisa se baseou nas cartas de alforria, processos-crime e civis, fontes eclesiásticas como registros de nascimento, batismo, casamento e óbito, registro eclesiástico de terras, testamentos e inventários, além de notas de compra e venda de propriedades, inclusive de cativos. As principais obras secundárias e bibliográficas usadas foram as obras do professor Moisés Sampaio, que se debruçou a traçar a trajetória do coronel negro Francisco Dias Coelho, que teve uma ascensão econômica e social rápida, uma dominação política local, calcada em uma estratégia de construção de imagem pública, alcançada a maior expressão de poder local, o cargo de intendente do município, e ainda conseguiu destaque dentre os dez homens mais ricos da Bahia, com o comércio de carbonato no final do século XIX e início do XX.

A outra obra é o livro do professor Jackson André, intitulada *Gurgalha- um coronel e seus dependentes no sertão baiano*, no qual é traçada a trajetória de dependentes da Casa Gurgalha. O autor define com precisão e explica com lucidez, como os segmentos sociais menos privilegiados obtiveram privilégios nas relações sociais com ricos fazendeiros, proprietários de gado, terras e escravos. As estratégias usadas pelos envolvidos nas relações geraram uma co-relação de dependência e proteção na sociedade da Vila de Morro do Chapéu do século XIX.

Ambas as obras versam sobre o mesmo espaço, período da minha pesquisa e temas a fins e são as pesquisas proeminentes que empregaram método científico para a produção das suas pesquisas, com utilização de fontes, justifico dessa forma o uso constante das referidas obras no decorrer dessa pesquisa.

No início dessa pesquisa pretendia seguir a trajetória do liberto africano José Gomes de Araújo, avô paterno do coronel Francisco Dias Coelho¹, o liberto havia sido escravo do primeiro pároco da freguesia de Morro do Chapéu, o português Francisco Gomes de Araújo, de quem adotou o nome após a alforria (adquirida em 1844). O africano José é mais citado como sendo avô por via paterna do coronel Francisco Dias Coelho, conhecido como o Coronel Negro da Chapada Diamantina. O referido africano de origem imprecisa chegou ao Brasil em 1824, logo foi comprado pelo pároco português, a principal fonte que me coloca a par dessas informações é sua carta de alforria, encontrada no livro de notas de Jacobina do Arquivo Público do Estado da Bahia datada de 1844², no entanto no decorrer do trabalho, percebi as dificuldades em seguir sua trajetória e optei por ampliar os personagens, deparei-me também com outras inquietações, senti necessidade de estender o tema, dialoguei com a historiografia sobre temas afins do período pretendido e fui dando forma a pesquisa na sua própria pertinência, pois, encontrei outras fontes que me permitiram percorrer outros caminhos, traços que serão descritos e detalhados nas próximas linhas.

O novo rumo da pesquisa incursionou-me a pensar a trajetória e ascensão, acompanhado de mobilidade de duas famílias, sendo uma família negra que, segundo Reis (2007), sua definição e bojo se ampliam entre indivíduos com estatuto jurídico diferente, com relação

¹ Descendente de escravo e liberto que logrou êxito, se tornando um dos homens mais importantes da Bahia no século XX. Foi coronel, intendente e comerciante de carbonato em Morro do Chapéu.

² Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção: Judiciário, Livro de Notas de Jacobina, n. 15 p.38v.

familiar, parentesco, relacionamentos afetivos que perpassam o campo e conceito de família escrava para família negra. A família negra da minha pesquisa é composta de pessoas livres, agregados da fazenda Gurgalha, pequenos proprietários de terras e ascendentes da terceira geração do Coronel Francisco Dias Coelho pelo lado paterno, logo, seus avós. Composta pelo casal Simão Dias Coelho e Ezalta Dias Coelho, que já residiam na fazenda antes mesmo da instalação da freguesia. O outro lado materno, família escrava, composta de escravos e libertos, também agregados da fazenda Gurgalha e avós do coronel, se tratam do africano José Gomes de Araújo e Andreza Maria do Espírito Santo.

A investigação

A maior inquietação dessa investigação é traçar a trajetória desses indivíduos e entender as estratégias de ascensão e de mobilidade, tanto do coletivo quanto do individual da referida família. Desse modo, o trabalho tem três capítulos, o primeiro tende a descrever o lócus da pesquisa com a finalidade de perceber a influência do espaço e o labor que é praticado nele, aspectos que incidem nas relações de trabalho, familiares e de compadrio, assim como nos aspectos socioeconômicos.

No segundo capítulo analiso as produções historiográficas mais relevantes que debruçam sobre casamento entre escravos, o matrimônio de livres e libertos, assinalo o que foi dito e o que se pode dizer sobre famílias negras e escravas no sertão da Chapada Diamantina no século XIX. A formação de família entre escravos, o matrimônio e o parentesco, assim como a compreensão através de análise bibliográfica e das fontes documentais, como carta de alforria, processo-crime, fontes eclesiásticas como certidão de nascimento, batismo, casamento e óbito, foram utilizadas para tentar traçar o caminho percorrido pelos sujeitos estudados, e identificar bens e prestígio alcançados. Haja vista que as condições estabelecidas tanto para o cativo como para o egresso da escravidão, segundo Paiva (2001), não possibilitavam ascensão, já que os indivíduos que tinham conseguindo liberdade estavam sujeitos às restrições sociais impostas aos escravos.

O terceiro capítulo tem como título “Ascensão dos ascendentes do Coronel Francisco Dias Coelho” e seu cerne contempla o perfil dos sujeitos em ascensão, modalidades de alforrias, tanto concessão quanto conquista, além da estabilidade gerida pela ascensão dentro e fora da escravidão. Outro aspecto abordado nesse capítulo é entender o serviço

vaqueiral e o prestígio de vaqueiro nessa sociedade, além das possibilidades de ascensão com esse ofício.

Dessa forma, começo meu trabalho, justificando a importância e necessidade de ampliar as pesquisas com os referidos temas e temáticas a fins, espaços e períodos, no qual me propus a trabalhar. O surgimento e consolidação da historiografia sobre escravidão mais precisamente sobre famílias escravas no Brasil, foram de uma proeza formidável para pensarmos o escravo enquanto agente ativo e protagonista da história, que por muito tempo foi tratado de forma desprezível, renegado a um lugar de subalternidade.

Apesar das fragmentações das fontes sobre escravo, há possibilidade, como muito tem acontecido ao longo dos anos, desde 1970, a efetivação das produções historiográficas sobre escravidão nos seus mais diversos aspectos no Brasil, em todas as regiões do país as pesquisas têm sido amplas e diversas, apesar de ainda carecer de investigação, principalmente em lugares similar a Morro do Chapéu.

É de comum acordo entre os cientistas sociais dizer que a produção de documentos sobre escravos aqui no Brasil foi realmente pequena, quando comparada com a produção documental dos Estados Unidos e Cuba, países que também tiveram um fluxo considerável de escravos, sendo o Brasil o país que mais recebeu africanos para serem escravizados, haja vista que Reis e Silva (1989), afirmam que menos de um em cada mil escravos aqui no Brasil sabiam ler e escrever. Ainda assim, as fontes encontradas sobre escravos, devem ser analisadas e fomentadas desde o menor indício que demonstre a habilidade do escravo, do livre pobre ou liberto, de conquistar, ascender socialmente e ou tomar espaço, deve ser assimilado como façanha. Suas competências reveladas nas fontes indicam luta e insatisfação do lugar que lhes foi destinado, as fontes indicam também anseio, busca de direito ou uma exorbitância inoportuna.

A partir das teorias do historiador inglês Eduard P. Thompson sobre os camponeses, classe e paternalismo, historiadores da escravidão se aproveitaram, para pensar as práticas de resistência, as relações de parentesco, negociações de escravos, livres e libertos, e com grupos díspares. Com as novas pesquisas, se consolidou que o escravo era um ser ativo na sociedade, logo, produtor de práticas sociável e estratégico em suas relações.³ Dessa

³ Vide, entre outros, os trabalhos de Slenes, Sidney Chalhoub, Sílvia Hunold Lara.

forma, como o paternalismo que o historiador inglês define como "uma concentração de autoridade econômica e cultural", afirmada no poder de estabelecer relações de concessão, e, assim, negociar comandos e obediências (Thompson, 1998). De igual modo é percebido nessa sociedade como eminentemente paternalista, entendendo que a autoridade sempre partiu do pai de família, do senhor proprietário.

A ideologia senhorial descrita por Chalhoub (2003), muito bem explanada, aponta a vontade do senhor como direção para uma política de domínio exato de dominação/subordinação. A vontade do chefe de família, do senhor proprietário, é inviolável, e essa vontade que norteia e articula as relações entre escravos, livres, libertos e senhor proprietário. Em Nosso lócus de pesquisa, essa relação e estabelecimento de vínculo, se fazem presentes.

Mamigonian (2010), afirma que não é algo novo o uso de biografias e trajetórias de vida na historiografia, e mesmo assim, este método tem revelado desdobramentos que validam importantes estudos. Reis (2016) traçou a trajetória de Manoel Joaquim Ricardo, um ex-escravo, africano liberto, que tornou rico comerciante, dono de escravos em Salvador na Bahia oitocentista. Manoel Joaquim Ricardo faleceu com seus estimados 90 anos de idade, deixando viúva e filhos, propriedades avaliadas em 42 contos de réis, vinte e oito escravos, quatro casas, uma senzala e duas roças. Com tantos bens, o ex-escravo pertencia aos 10% da população urbana de Salvador que formava a elite econômica. As fontes usadas por Reis foi o inventário de Joaquim Manoel Ricardo, notas de compra e venda de escravos, carta dos seus sócios, contratos de aluguel de casas comerciais pertencentes ao ex-escravo, dentre outros documentos. Graças a essas fontes, Reis pôde traçar de forma linear e precisa a trajetória dos negócios de Manoel Joaquim Ricardo, nos trazendo uma noção da elite econômica de Salvador no século XIX, alcançada por um africano liberto.

De forma semelhante se deu com Carlo Ginzburg ao escolher o caso de Domênico Scandella, o dito Menocchio- o moleiro de Montereale, uma pequena aldeia das colinas do Friuli na Itália para estudo. Os dois processos encontrados por Ginzburg, abertos contra Menocchio, distantes quinze anos um do outro, favoreceu bastante a construção da

narrativa da sua trajetória, expressava suas ideias, sentimentos, fantasias, aspirações e em outras fontes, informações sobre trabalho, leituras e a vida de seus filhos⁴.

Faço menção aqui ao resultado desses estudos, tanto do grau de complexidade e incertezas, quanto aos achados que se revelam através de processos históricos nas narrativas das trajetórias e biográficas de vida de indivíduos sem visibilidade no contexto macro. Essa incerteza não se aplica ao caso de Menocchio, nem no caso de Manoel Joaquim Ricardo, mas, há de se considerar que nem sempre é possível, conseguir tais proezas, pois ainda existe muita dificuldade do pesquisador em construir a trajetória dos indivíduos e isso se dá pela impossibilidade e fragmentação das fontes, o que nos deixa uma lacuna dúbia para análises, pois não há como precisar certezas, já que pesquisa se faz com documentos, cotejos apurados dos fatos e eventos. Mesmo com esses entraves, já é uma guisa de informação e saber para a produção das pesquisas ainda que inacabadas.

Desde 1980, que as pesquisas sobre famílias escravas e negras têm ganhado consistência no Brasil sob a influência do trabalho de Eugene D. Genovese (1974). Essa obra critica o estereótipo de “anomia social”⁵ que rotulou as famílias escravas por muito tempo. A obra também analisa o mundo que os escravos criaram no Sul dos Estados Unidos, no século XIX, assim como a fé religiosa, a estrutura familiar, e todo comportamento do escravo perante seu senhor, configurando para Genovese um mundo de aparência pelo olhar constante e próximo de seus senhores.

Não é minha intenção historiar todos os trabalhos produzidos dedicados ao tema, mas fazer menção aos pioneiros que entusiasmaram as seguintes produções nos anos subsequentes, como o artigo de Graham (1979), a pesquisa de doutoramento de Slenes (1976) a pesquisa de Florentino e Góes(1997), dentre outras.

A maioria dessas pesquisas produzidas no Brasil se dedicaram as grandes *plantations* agroexportadoras de café no oeste paulista, do século XIX, sobretudo, as de

⁴ Essa informação faz referência ao prefácio da edição italiana do livro de Carlo Ginzburg- O queijo e os vermes, publicado em 1987.

⁵ Ver Slenes que critica e justifica uma frase de Freyre que aborda a mudança de paradigma e também, nos informa sobre os estereótipos existentes no seu tempo. Segundo Freyre, “essa animalidade de negros [escravos], essa falta de freio aos instintos, essa desbragada prostituição dentro de casa, animavam-na os senhores brancos [...]. Não era o negro, portanto, [...] a fonte da corrupção [...] o negro foi patogênico, mas o serviço foi do branco

Florentino/Góes e Slenes, pois tinham maiores escravarias, logo, teriam mais chance de encontrar casais de cativos.

Outro fator que muito estimula as investigações nessa região do país são as documentações conservadas e arquivos organizados, enquanto que em outras regiões do Brasil como no sertão da Bahia, as condições das fontes ainda são precárias, com exceção dos arquivos da capital e alguns no interior como em o CEDOC⁶ em Feira de Santana, guarda entre outros, os documentos das varas cíveis e crimes, o arquivo público de Rio de Contas, que têm um acervo considerável.

Os pesquisadores que enveredam pelo caminho de pesquisar o sertão baiano alegam dificuldades de acesso e manuseio à documentação. Em muitos casos essas fontes se encontram em péssimos estados de conservação, classificação precária e dispersas. Muitas vezes desconhecidas por historiadores, são raras a existência de arquivos públicos no interior da Bahia. Os pesquisadores que se debruçam sobre esses assuntos se valem da boa vontade de funcionários dos fóruns e vontade de juízes em permitir o acesso à documentação. Talvez seja esse o maior entrave que dificulta as produções historiográficas no sertão da Bahia.

Todavia, mesmo com esses percalços, alguns professores de universidades estaduais, juntamente com alguns discentes buscam incansavelmente nas mais diversas instituições, como fóruns, igrejas e câmaras municipais, capturar e catalogar os documentos, através de projetos, como o PROFORTE da UNEB- no Campus IV, um trabalho de força tarefa de alguns professores e alunos, que tem digitalizado os documentos, do século XX, do Fórum Clériston Andrade e da Câmara Municipal de Morro do Chapéu, essas fontes estão disponíveis na universidade para pesquisadores que desejam enveredar por esses caminhos de pesquisas. Apesar desses esforços, as investigações sobre famílias escravas e famílias negras, principalmente no sertão da Bahia, ainda carecem de produções onde o sistema escravista também foi consistente. Graças ao projeto PROFORTE pude ter acesso a algumas documentações de Morro do Chapéu e com base nelas foi construir a minha pesquisa.

No sertão da Chapada Diamantina, nos séculos XIX e XX, uma família extensa de negros, escravos, livres e libertos, alguns dos seus membros lograram êxito financeiro e ascensão

⁶ Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC)- Contém documentos da vara cível e crime do Fórum Filinto Bastos. Documentação referente a Feira de Santana.

social de modo que a expressão máxima desta ascensão culminou na ocupação de cargo de intendente de Morro do Chapéu, cargo de maior relevância na administração da cidade. O indivíduo em questão, Francisco Dias Coelho, ocupou o referido cargo através de eleições diretas, com voto aberto, previsto na Constituição da nascente República. Porém antes disso Francisco Dias Coelho foi boticário, tabelião no cartório de registro de imóveis em Morro do Chapéu. Essas informações deixam latente, que ascensão aqui não foi homogênea, mesmo no âmbito familiar, a promoção da posição social do indivíduo varia, pois apenas Francisco Dias Coelho, logrou êxito financeiro, notoriedade e ocupação de cargos elevados como a patente de coronel e cargo de intendência.

Sampaio (2012, p.150) afirma que Francisco Dias Coelho, comprou o título de Tenente-Coronel, não se sabe dizer ao certo o ano, porém em 1892, ele já assinava como coronel e esse título lhe garantiu visibilidade e prestígio, pois, em 1830, quando foi criada a Guarda Nacional⁷, o seu recrutamento atingia todos os “bons cidadãos e homens de posses” homens livres com renda igual ou superior a 200.000 réis em algumas províncias como Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão e Bahia, com o passar do tempo, essa cifra só aumentou. Essa informação deixa latente o poder aquisitivo de Francisco Dias Coelho.

Era comum forjar a oficialidade desse cargo de Tenente-Coronel ou outra patente dessa natureza, pois, nas vilas e nos meios rurais do sertão entre os fazendeiros, criadores de gado, o anseio da elite era possuir patente militar do Regime das Milícias- tornou-se aspiração tão execrada que logo perdeu a importância de seu caráter militar para se tornar símbolo de riqueza, honraria e poder.

Kátia M. de Queirós Mattoso afirma que:

[...] Só os “cidadãos ativos” serviam como guardas nacionais, emanando daí o caráter elitista e conservador desse corpo. Podiam servir na reserva aqueles para quem o “serviço ordinário” exercido dentro do município fosse considerado muito oneroso. (MATTOSO,1992, P.244).

Repito, embora o foco desse trabalho não seja o coronel Francisco Dias Coelho, é relevante tecer um panorama de sua trajetória, pois este se tornou um expoente na sociedade morrense, e notado em todo estado da Bahia, faz-se necessário mencioná-lo,

⁷ A origem dos coronéis está ligada à Guarda Nacional, que foi criada após a independência do Brasil para combater os setores do Exército que permaneciam fiéis a Portugal e reprimir as revoltas que surgiram em vários pontos do país, especialmente durante o período regencial.

pois o sistema geracional em ascensão de sua ascendência impulsiona-me a questionamentos até então sem respostas, já que ele foi o ápice de ascensão de sua família e não se tem notícias até agora, na documentação por mim analisada de elevação de membros da sua família no mesmo patamar ou pelo menos parecido com o do coronel citado.

Francisco Dias Coelho nasceu em 1864, no dia 3 de dezembro na fazenda Gurgalha, situada na Vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu. Era descendente de duas famílias de agregados da mesma fazenda que pertencia ao Coronel Quintino Soares da Rocha e de sua esposa dona Umbelina Adelaide Miranda, grandes senhores de terra e maiores escravistas da vila⁸.

Identificando os personagens

Os avós paternos do Coronel Francisco Dias Coelho eram Simão Dias Coelho e Ezalta Dias Coelho, donos de uma pequena propriedade que se valiam da criação de poucas cabeças de gado e do serviço vaqueiral, ofício que propiciava ascensão e certa relevância na sociedade do período. E os avós maternos eram: José Gomes de Araújo e Andreza Maria do Espírito Santo. Ele fora escravo do padre Francisco Gomes de Araújo, primeiro vigário da freguesia de Morro do Chapéu, do qual adotou o mesmo sobrenome após adquirir a alforria depois de 24 anos de cativo.

A Andreza era “Nação molata” e pela sua cor talvez se diferenciasse na vizinhança, além do fato de possuir bens como casas, mobílias, e dinheiro⁹. Quanto à cor da pele de escravos, a professora Ana Sara Cortez apoiada em Raphael Bluteau, afirma que na primeira metade do século XIX, o termo mulato assim como pardo podia ser empregado para dar a ideia de um escravo que nasceu na casa de seu senhor ou poderia também ser um escravo nacional. Havia diferenciação quanto à classificação de escravos no que tange

⁸ Jackson Ferreira na obra Gurgalha, 2018, tece a trajetória do Coronel Quintino Soares da Rocha e elenca seus bens. O casal não tivera filhos, mas a união possibilitou a construção de um patrimônio invejável, avaliado em mais de 120 contos de réis distribuídos em fazendas, sítios, casas empréstimos, escravos e criações de gado (vacum, equinos, muares e asininos).

⁹ Informação encontrada em um processo contra Andreza Maria do Espírito Santo, 1864, AFCA, Processo Civil.

sua nacionalidade. Os africanos eram designados pelo local de origem, e os nascidos no Brasil pela sua cor.

No entanto, José D'Assunção Barros, apresenta a definição de pardo e mulato como uma categoria mais elevada dentro da sociedade.

O indivíduo não raro ostentava com certo orgulho para distanciar-se mais da ideia de escravidão associada aos negros... aliado a um preconceito que postula para o indivíduo assim classificado um estar a meio caminho do branco, embora sem chegar lá...os mulatos mostravam-se capazes de se movimentar melhor através da medição entre dois mundos, de melhor negociar com sua pigmentação diluída a simpatia do branco escravocrata.(BARROS,2009, p.91-92).

De toda sorte, a categoria mulata registrada nas mais diversas fontes do século XIX era considerada pertencente a um grupo com maior aceitação pela sociedade, a preferência pelos senhores se davam em utilizar a mão de obra doméstica dos referidos escravos. Diante do exposto, tem-se mais uma evidência da transitoriedade de Andreza entre os ricos e pobres, mesmo ainda sem ter liberdade, sua cor de pele e seus bens adquiridos já em liberdade, já lhes garantiam maior anuência no meio dos escravos e também dos agregados.

Outros aspectos observados em sua concessão de alforria foram: a estabilidade conjugal de Andreza com José Gomes de Araújo, e a assinatura do coronel Quintino Soares da Rocha, como testemunha de fé e verdade do documento, homem influente e mais rico dos arredores, dono da fazenda Gurgalha. Jackson Ferreira afirma que o referido coronel possuía um patrimônio invejável, entre fazendas, escravos, casas, empréstimos, sítios, criação de gados entre outros bens, sua fortuna foi avaliada em mais de 120 mil contos de réis, bem acima da média da fortuna dos coronéis mais ricos da região tanto do espaço rural quanto do espaço urbano. Sua fortuna orçava os proprietários de engenhos do recôncavo. Mais uma afirmação que Andreza transitava nos meios diversos da sociedade do período, por ter um indivíduo rico como testemunha de sua liberdade.

Os filhos das aludidas famílias, Maria Araújo da Conceição (sendo seus pais José Gomes de Araújo e Andreza) e Quintino Dias Coelho, (sendo seus pais Simão e Ezalta Dias Coelho), contraíram matrimônio na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça no dia 20

de novembro de 1863¹⁰, dessa união nasceram os filhos Francisco Dias Coelho e Maria Dias Coelho.

Compreender as estratégias de ascensão e formação dessa família negra e escrava no sertão da Chapada Diamantina no século XIX, assim como identificar os elementos que permitiram a ascensão socioeconômica das famílias, ora aqui estudadas, provavelmente nos proporcionará possibilidades de pontuar a formação e a dinâmica da referida sociedade além de perceber os impactos ocorridos com sua ascensão e da mobilidade nas suas mais variadas vertentes, considerando o seu tempo. Reportar-se a mobilidade social, convida-nos a analisar os aspectos envolvidos que são abarrotados de controvérsias.

Apesar de o coronel Francisco Dias Coelho ter sido ponte norteadora para pensar a ascensão de negros na Chapada Diamantina, no meu trabalho ele não é o ponto chave, o fruto da minha busca, mas o resultado de um conjunto de estratégias usadas por duas famílias com condição jurídica diferente em suas ancestralidades¹¹, como seus avós maternos José Gomes de Araújo e Andreza Maria do Espírito Santo que foram escravos - Simão e Ezalta Dias Coelho, avós paternos, que até aqui não se achou registros de seus cativos, o que denota que eram livres. O papel do coronel nesse enredo se baliza como ápice da junção de famílias livres e libertas que objetivaram elevação na sociedade do período, utilizando estratégias diversas como ajuda mútua nas relações de compadrio, e casamentos, e assim contrariou toda trajetória da sociedade vigente, chegando ao cume de intendente e coronel, postos que até então eram representados por homens brancos, oriundos da elite livre.

Método e Aporte Teórico

Nesse trabalho, acompanhei três gerações da família Dias Coelho com o intuito de recompor suas trajetórias e quando possível estabelecer curtas biografias além de analisar suas estratégias de ascensão e identificar os elementos que possibilitaram a referida mobilidade. O método empreendido para tal investigação é o proposto pela micro-história italiana, que permite a redução de análise do objeto de estudo a fim de se ter um diagnóstico em diferentes vertentes, pois este é um dos principais intentos da micro-

¹⁰ Livro de Batismo de 1839-1860, p 69. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

¹¹ Arquivos do Fórum Clériston Andrade (FCA) Livros de compra e venda de escravos; Livro de notas; processos cíveis e crimes; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu (IMNSGMC).

história, trazer possibilidades que fogem do olhar macro, da visão homogeneizada (GINZBURG,1991). Utilizei registros paroquiais de batismos, casamentos, óbitos, processos crimes, cartas de alforrias e testamentos, cruzando fontes, utilizando a técnica onomástica. A partir dos nomes, fui seguindo rastros e recompondo caminhos nas atividades comerciais, nos rituais de compadrio e nas relações familiares da família Dias Coelho.

Optamos por usar a Micro-História, como procedimento norteador da pesquisa, pois nos últimos anos, esse método, tem possibilitado a visualização de contextos no interior da Bahia ou em qual quer outro espaço, antes não percebidos, graças à redução de escala. A ideia de se compreender o geral a partir do local nos parece a melhor alternativa de analisar os aspectos de formação, ascensão e atuação das famílias negras, escravos, libertos e livres da Chapada Diamantina do século XIX.

É importante mencionar que a Micro-história percebe nas sombras da história e da compreensão histórica, determinado elemento ou evento, que para as primeiras produções historiográficas que tinha seu principal foco nas macroestruturas, teria deixado de lado, por motivos diversos. Graças aos historiadores da primeira geração da Escola dos *Annales*¹², permitiram a efetivação de uma historiografia vista de baixo, onde por muito tempo, houve um silêncio do anonimato passando á margem da História. Giovanni Levi salienta que

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral. (LEVI,1992, p.158).

O propósito da Micro-História, tem se mostrado possível para os estudos sertanejos, haja vista que a Micro-História, nos possibilita uma prática metodológica, por meio de escalas grandes, médias e pequenas de análises, a apreensão de aspectos que passariam despercebidos em escalas macro analíticas em análises estruturais. Como a Primeira geração da Escola dos *Annales* tinha a preocupação de focar apenas as macroestruturas como o comércio e as relações comerciais em torno do Mediterrâneo, o cotidiano das

¹² Nesse contexto se entende a Escola dos *Annales* na sua segunda geração, quando a historiografia passou por grandes modificações metodológicas que permitiram maior conhecimento do cotidiano do passado, através da incorporação de novos tipos de fontes de pesquisa.

peças comuns e suas relações não despertavam interesse dos historiadores nem tão pouco se mostrava relevante nas macro-análises, contudo, a redução de escala enquanto característica na micro-história, projeta a confiança que o historiador encontrará elementos não vistos de antemão. Levi nos assegura dessa prática abordando a seguinte abertura: “O princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”¹³

Usando a Micro-História, há possibilidades de percebermos nas relações entre escravos e libertos na região da Chapada Diamantina, fragmentos despercebidos, porém, extremamente importantes para a compreensão da realidade em parte desconhecido e que expõe uma cadeia de indagações para a referida sociedade em vários aspectos.

Dados os objetivos e os caminhos traçados, espero contribuir para preencher parte da historiografia do sertão da Chapada Diamantina, sobre famílias negras e escravas, elencar ou pelo menos apontar os mecanismos de mobilidade social, criados e usados por escravos, livres e libertos, para obterem êxito nas suas vivências.

CAPÍTULO 1

1. ASPECTOS DE MORRO DO CHAPÉU

1.1 Um lugarejo ao norte da Bahia

Morro do Chapéu (antes Vila de Nossa Senhora da Graça) localiza-se ao Norte da Chapada Diamantina na Bahia, é conhecido como o monte mais alto dos arredores de Jacobina, tendo no seu topo, um espaço de tabuleiro plano e uma vertente permanente de água. A cidade é circundada pela cordilheira das serras diamantinas da Chapada Velha, é também banhada pelo seu lado direito pelo rio Jacuípe, conhecida por suas belezas naturais, pelo seu clima diferenciado, e pelas suas diversidades de flores como as bromélias e orquídeas.

Muitos cronistas, memorialistas, historiadores, geógrafos, geólogos, amantes e admiradores já escreveram sobre Morro do Chapéu. Produções em versos, poemas, poesias, cantos e produções acadêmicas, das mais diversas áreas das ciências humanas e

¹³ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: A Escrita da História/Peter Burkert(org.); tradução de Magda Lopes.- São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.-(Biblioteca básica),p.141.

ciências da terra. A cidade sempre foi objeto de estudos pelas suas múltiplas incógnitas em temporalidade distinta.

Provavelmente uns dos motivos que impulsionaram os pesquisadores a optarem por investigar aspectos de Morro do Chapéu podem ser explicados pelo sentimento de pertença de seus filhos, o que é comum nas cidades interioranas do Brasil, ou em qualquer outro espaço, há sempre recordações e memória coletiva viva de um passado dito saudoso revestido de romantismo e doçura. Segundo Maurice Halbwachs (2013), a memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza a estrutura social nas quais as lembranças geralmente permanecem e articulam entre si.

No entanto, as pesquisas sobre Morro do Chapéu foram e continuam sendo produzidas por pessoas das mais diversas áreas do conhecimento e de lugares distintos, o que já não se pode atribuir sentimento de pertença. O fato é que Morro do Chapéu se destoa das cidades circunvizinhas nos aspectos físicos, há uma peculiaridade na sua formação geológica, na sua fauna e flora, muitas delas encontradas apenas em lugares distantes do país, ou até mesmo fora do continente, o que lhes atrai pesquisadores. Não se pode também deixar de falar das suas tradições culturais que lhes galga visibilidade e carisma.

De acordo com Ferreira (2018), as descrições dos aspectos físicos da localidade, assim como a topografia e história de Morro do Chapéu estão elencadas em uma carta enviada pela Câmara à Presidência da Província em 10 de abril de 1886, chamada Descrição de Morro do Chapéu. Nessa correspondência contém a informação dos aspectos físicos da Vila do Morro do Chapéu. As Descrições informam dentre outros aspectos, as seguintes características: Ao norte predominam as campinas chamadas de tabuleiros. Tanto ao Sul como ao Leste matas esparsas, habitat natural de animais ferozes como onças, cangussús e sussuaranas. Ao Oeste há predominância de desertos com escassez de água no verão.

Em 1919 foi publicado pela Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IHGB)¹⁴ um texto relatando as minúcias de Morro do Chapéu nos seus mais variados aspectos. O texto é de autoria do professor Antônio Gabriel de Oliveira, natural de Morro do Chapéu, professor estadual, seminarista que tinha anseios de dar sequências aos

¹⁴ Notas históricas e religiosas da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, a pedido dos reverendos Vigários da dita Freguesia, e colecionadas pelo professor Antônio Gabriel de Oliveira, natural de Morro do Chapéu, firmado em documentos autênticos e na tradição de antigos moradores. Texto de 1933.

estudos, porém por causa das questões financeiras, seu sonho de continuar estudando foi interrompido, e em 1887 aparece como alferes da Guarda Nacional.

Antônio Gabriel de Oliveira morou por um tempo em Salvador, onde entrou em um seminário. Sem recursos para se manter. Foi obrigado a deixar os estudos. Voltou para Morro do Chapéu onde ficou por um tempo até retornar para Salvador, onde conseguiu com ajuda de alguns amigos, fazer concursos para o magistério no arraial de Tabocas, pertencente à vila de Bom Jesus do Rio de Contas, ali residiu por três anos, até findar o contrato. Pretendendo continuar os estudos, solicitou ao bispo de Goiás que lhe permitisse ingressar no seminário daquela cidade. E resposta foi-lhe favorável, mas por falta de recursos para a viagem, deixou de fazê-la (FERREIRA, 2018,P.53).

Essas informações são de Ferreira (2018), que teve acesso a essas fontes e nos apresenta uma petição feita à Presidência da Província, solicitando indicação para a vaga de 1º tabelião de notas, escrivão de órfãos e ausentes e o envio dos seus documentos para o Ministério da Justiça. A petição foi feita pelo próprio Antônio Gabriel de Oliveira, o cargo não foi alcançado. Mais tarde, o professor ingressa na política local se tornando um dos conselheiros do seu grupo político, os coquis. Essas informações deixam patente o conhecimento que o professor tem da sua terra.

A vila de Morro do Chapéu limitava-se ao norte com Jacobina e Santo Sé, ao Sul com Lençóis, a leste com Mundo Novo e ao oeste com Chique-Chique, Brotas e Dr Seabra. A comarca do município tem de norte ao sul 40 léguas e 35 de leste a oeste.

As belezas e peculiaridades de Morro do Chapéu expostas na Descrição afirmam que na amplidão dos tabuleiros, fácil se encontravam pequenas flores chamadas vassourinhas e estrelinhas, enfeitando toda paisagem com esparsos canteiros. As matas possuíam árvores como pau d'arco, pau d'óleo, vinhático, massaranduba, pequis, putumaju, cedro e pau de ferro. Inúmeras frutas cultiváveis como goiaba, melancia, jabuticaba, abacaxi, ananás e banana de muitas espécies, além das silvestres como guabiraba e cambuí.

Nesse espaço encontravam-se muitos animais tanto domésticos quanto selvagens. Muitas fazendas de gado vacum, cavalariças, muar, lanígero e caprino, veados e tatus, há também antas, pacas, porcos, mocós, caetitús, emas, seriemas, papagaios araras e periquitos. Há destaque de aves singulares como o colibri dourado que segundo o naturalista estadunidense Augusto Rushi é encontrado somente na Chapada Diamantina e foi capturado para estudo em Morro do Chapéu. A ave é conhecida também de beija-flor-

gravata-vermelha e cientificamente é chamada de *Augastes lumachella*, espécie exclusiva do Brasil¹⁵.

O clima da localidade tem uma variação constante- seco e salubre nas caatingas e quente e úmido nas matas, porém na sede do município se tem uma salubridade sem igual, destoando de todo sertão ao seu redor, seu clima é comparado com o clima europeu por seu rigor no inverno, chegando a 9° em quase todos os meses de junho e julho.

A localidade é bem servida de rios, lagos, açudes e aguadas, seu rio mais importante é o Jacuípe, nasce na cidade e lança-se no Rio Paraguassu, com um curso de mais de 50 léguas, este por sua vez recebe águas de outros rios como o rio Utinga e Tapera. Existe outros rios sem maior importância como Lagoa do Barro, Jacaré e Lagoa do Barro Alto, ainda se conta com cachoeiras como a do Ferro Doido com 80 metros de altura, Domingos Lopes, Agreste e a do Ventura.

Quanto ao relevo, há uma predominância de planície, tem uma variação em serras, caatingas e tabuleiros, é em grande parte montanhoso e acidentado. As grutas também compõem a paisagem de Morro do Chapéu, como a Gruta dos Brejões, que dista 42 km da cidade. No meio de suas fendas corre o Rio Vereda de Romão Gramacho. No interior da gruta também têm dois salões com stalactites e stalagmites, configurando altares e escadarias, dentro das suas fendas encontra-se muito salitre. Há outras grutas como Gruta da Boa Esperança, Gruta do Cristal e Gruta da Igrejinha. Parte dessas rochas contêm pinturas rupestres, muitas delas ainda sem estudo ou catalogação. Suas inscrições são em sua maioria onças, antas, emas, veados e cabras.

A localidade também era rica em minérios, havia extrativismo de diamantes, carbonato, enxofre, nitrato, salitre, cristal da rocha, pedra calcárea e ouro, este último até a data da Descrição ainda não tinha sido explorado, mas também não se achou registro de exploração de ouro na data posterior deste escrito.

A estrutura física da Vila era simples. As edificações de maior importância era a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça e um cemitério, a localidade tinha poucas residências sendo casas recuadas e sem muita beleza, poucas tinham uma estética moderna, as ruas eram planas e alinhadas.

¹⁵ Ruschi, A. 1962. Algumas observações sobre *Augastes lumachellus* (Lesson) e *Augastes scutatus* (Temminck). – Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão 31:1-34.

As riquezas e belezas de Morro do Chapéu também foram relatadas e publicadas pelo Diário Oficial do Estado da Bahia em 02 de julho de 1823, em comemoração ao centenário da sua independência. Seus relatos também coincidem com as descrições da Revista do IHGB e em alguns aspectos com o texto “Descrições da Villa de Morro do Chapéu” de Honório Pereira de Souza.

O território de Morro do Chapéu divide-se em três zonas, a saber: tabuleiros, caatingas e matas. É em grande parte montanhoso e acidentado, havendo, porém, grandes planícies nas zonas das caatingas e tabuleiros. Possui água doce e calcárea e o solo se presta a todas as culturas. Os tabuleiros e matas são terrenos bem regados por mananciais e por isto férteis e aproveitados para a lavoura de cana de açúcar, café, mandioca, árvores frutíferas e pastagens. As caatingas menos regadas e secas, todavia são ubérrimas para o cultivo do algodão, fumo, cereias e mais adaptadas à criação de gado. As serras existentes no Município, denomina-se Batista, Brejões, Varzinha, Tocaia, Martin Afonso, Izabel Dias, Gameleira, Serra do Vento, Tombador, Atalaia, Boa Esperança e outras, quase todas as ramificações da serra da Chapada. São muitas curiosidades que se encontram no vasto território do Município. Existem as quedas d'água nos lugares: Agreste, Acaba Saco e Campinas, com mais de 50 metros de altura, todas belíssimas cachoeiras. A imponente Gruta dos Brejões, a 12 léguas da vila, é uma das maravilhas do Estado: no seu interior encontram-se vastos salões com stalactites, estalagmites em forma de troncos, zimbórios, imagens, jarros, castiçais, etc. Próximo à Vereda Romão Gramacho, no lugar denominado Tareco, há uma cristalina fonte termal de temperatura algo elevada e de alguma propriedade medicinal. Essa fonte nasce num vale quase despido de vegetação, em lugar seco e sem nenhuma umidade na circunferência da vertente, a não ser o pequenino regato que dela flui. (Diário Oficial do Estado da Bahia, 23/07/1823).

O texto com as informações expostas no dia 23 de julho de 1823, no Diário Oficial do Estado da Bahia é de autoria do professor Antônio Gabriel de Oliveira também. A exposição desses dados serve para nos deixar a par dos aspectos do *locus* da pesquisa, assim como compreender as pessoas e suas relações nos aspectos econômicos e culturais nele desenvolvidas. Percebe-se também que há convergências entre as informações de Honório Pereira de Souza e do professor Antônio Gabriel de Oliveira.

Mapa 1.1 Locus da pesquisa

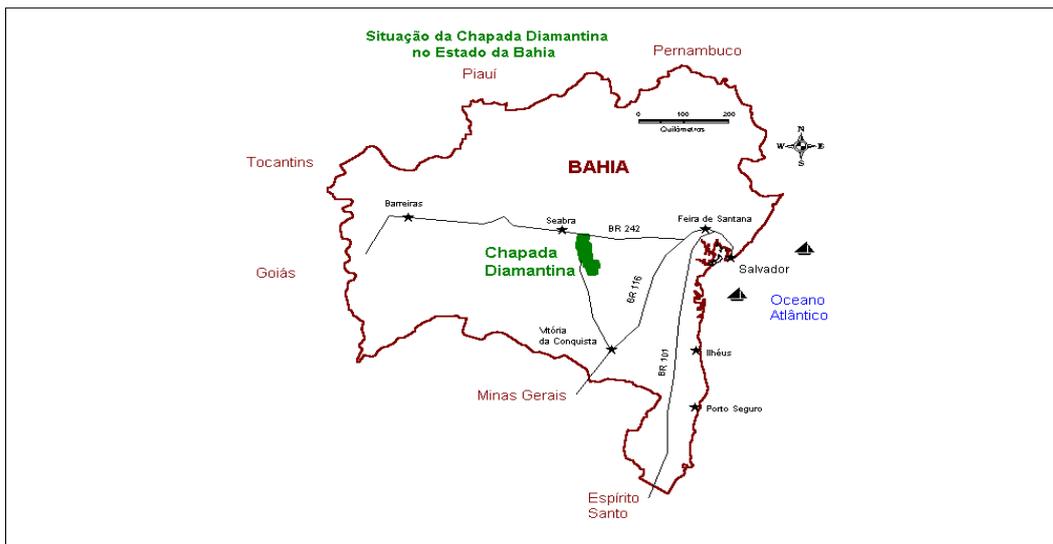


Figura 1- Mapa da Chapada Diamantina, elaborado para facilitar a compreensão da localidade da pesquisa. Mapa elaborado em 2019.

1.2 Gente dessa terra

O início da ocupação da região de Morro do Chapéu está intrínseco às doações de terras no sistema sesmaria¹⁶, as expedições empreendidas por sertanistas em busca de metais preciosos, assim como a abertura e fundação das primeiras fazendas de gado da região. Os domínios dessas terras pertenciam aos Guedes de Brito, que já eram enobrecidos com aquisição de títulos e terras, entrelaçaram em matrimônio, com a casa fidalga dos Saldanha da Gama Torre¹⁷, e assim aumentaram ainda mais suas riquezas.

Ferreira (2018) menciona a nomeação do 6º Conde da Ponde- João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, para governador da Bahia, (1805-1809), herdeiro dessas terras, que muito se valeu da lei e do cargo, muitas vezes de forma convencional para desapropriar posseiros de suas terras em Jacobina, por haver recusa por parte dos

¹⁶ Em suas origens, o regime jurídico das sesmaria liga-se aos das terras comunais da época medieval, chamado de communalia. Antigo costume das regiões da Península Ibérica, as terras eram lavras das comunidades, divididas de acordo com o número de munícipes e sorteadas entre eles, a fim de serem cultivadas... A doação dessas terras era motivada pela necessidade que o governo lusitano tinha de povoar muitos territórios, iniciou-se no século XI e terminou por volta do século XV.

¹⁷ Sobre isso ver Lycurgo Santos Filho na sua obra Uma comunidade rural no Brasil antigo (1956), que menciona a compra e venda uma fazenda herdada por Manuel de Saldanha em Rio de Contas. Nesse período a sesmaria pertencente a Rio de Contas pertenciam a Antônio Guedes de Brito, regente do São Francisco e ancestral dos condes da Ponte, de grande casa latifundiária. Ocupando a margem direita do Rio São Francisco, estendia-se a sesmaria, do Morro do Chapéu, na Bahia às nascentes do lendário rio das Velhas, nas Minas Gerais.

posseiros em pagar rendas fundiárias ao proprietário. Percebe-se nessa nota as junções dos sobrenomes nos herdeiros dessas terras.

As terras da fazenda Gurgalha na localidade de Morro do Chapéu, pertencente ao coronel Quintino Soares e a sua esposa dona Umbelina Adelaide Miranda também faziam parte das sesmarias dos Guedes de Brito, assim como a Fazenda da Pedra e Fazenda Barra em torno da Igreja de Nossa Senhora da Graça. Muitas dessas fazendas foram compradas com o intuito de promover povoamento.

A fazenda Pedras, juntamente com outra, denominada Barra, foi uma das onze propriedades vendidas pelos Guedes de Brito, em 1837. Seus compradores forma o português Francisco Gomes de Araújo, vigário colado da igreja, e dona Umbelina de Araújo. Três anos depois, em 10 de setembro de 1841, os novos proprietários da fazenda doaram à municipalidade as terras circunvizinhas à igreja com o objetivo de acelerar a ocupação do local. No documento de doação, consta que caberia ao “fabiquireiro” e administrador da paróquia, junto com o Juiz de Paz “que estiver servindo”, conceder licença para as construções de casas. Os doadores estabeleceram também, que quando o “Arraial chegar a ser vila”, a tarefa passaria para a Câmara Municipal.(FERREIRA, 2018, p.62).

Sobre esse processo de compra e venda dessas terras, Jubilino Cunegundes (1981), informa que:

João Saldanha da Gama de Melo Torres Guedes de Brito, o conde da Ponte e sua esposa Joana Castelo Branco da Casa da Torres, donos destas terras adquiridas por Sesmaria de 170 léguas, iniciaram a venda de grandes áreas como o Tombador, Carahíbas, Gurgalha, Várzea Grande, Santa Cruz, Santo Antônio, Santa Úrsula, Flores, Barriguda, Roçado e Berlengas, Tapera de Baixo, Tapera de Cima, Duas Barras, Pedras, dentre outras denominações. (CUNEGUNDES, 1981,p.105).

Quanto aos sertanistas aventureiros que por aqui passaram em busca de ouro, também adquiriram terras. Erivaldo Fagundes das Neves (2007) elucida as narrativas do baiano, Quaresma Delgado que percorreu no período de 1731-1734, essas terras desde “A Cidade da Bahia até Jacobina”. Dentre esses sertanistas, Romão Gramacho, ganha destaque apropriando-se de parte dessas terras.

Em 1751, Manuel Saldanha da Gama e sua mulher Joana da Silva Guedes de Brito, herdeiras desses sertões- interessados no povoamento da área para valorização das terras adjacentes- doaram para o capitão-mor Romão Gramacho Falcão os terrenos intermediários aos rios Paramirim e Jacaré (APEB.SJ/15/91,f.25 v.), que envolvem, vários municípios, desde Brotas de Macaúbas a Irecê. (NEVES, 2007, p.53).

A partir dessas aquisições de terras, é que as fazendas de gado começaram a ser erguidas. O primeiro fazendeiro dessas terras foi o avô de Honório Pereira de Souza, o Sr Braz de

Souza Pereira, além de Gonçalo de Oliveira, Marcos de Oliveira e o português Joaquim Cardoso. Braz de Souza Oliveira chegou nessas terras em 1798, vindo da cidade de Santo Amaro com sua esposa Dona Clara Violante de Gusmão Farias, seu filho Braz de Souza Pereira Júnior com dez anos de idade (pai de Honório Pereira) e sua pequena filha de apenas cinco anos, Dona Theodósia.

Na companhia de Braz e Souza Pereira veio também de Santo Amaro José de Araújo e com pouco tempo contraiu matrimônio nessas terras com a família Ferreira, acelerando assim o povoamento de pessoas com sua prole na região.

Honório Pereira de Souza (1919) enfatiza a presença de famílias de cores pretas e pardas, entrelaçando matrimônio com a família Ferreira, atribuindo a esses o título de fundadores também de Morro do Chapéu. Boa parte do trabalho foi realizado por essas famílias, trabalho de construção de casas e edificações de fazendas. Não é de se estranhar o trabalho realizado por negros livres ou escravizado no Brasil, tanto no período colonial quanto no império.

Sobre essa perspectiva, Santos Filho (1956) apresenta uma abordagem enfatizando que o negro africano e brasileiro constituiu o trabalho nas grandes fazendas do Brasil, e também no espaço urbano. A principal fonte usada por Santos Filho foi o Livro de Razão da fazenda Campo Sêco, hoje cidade de Brumado. Os escravos foram empregados na criação de gado, na lavoura do algodão, na produção de rapaduras e de aguardente nos grandes engenhos do recôncavo, nos afazeres domésticos, além do árduo serviço das minas. Situação que também se repetiu na construção da Vila de Nossa Senhora da Graça que mais tarde se tornou Morro do Chapéu, parte considerável do trabalho, tanto das construções das casas quanto das edificações das fazendas, foram produzidas por escravos, cabras e pardos.

Embora a preferência dos senhores fosse por escravos africanos para o serviço nas grandes fazendas do Recôncavo e do espaço urbano, na primeira metade do século XIX, no interior menos povoado do sertão, o número maior de escravos no serviço era de escravos brasileiros, primeiro por que o sertão dista do litoral, por onde chegavam os escravos, e o traslado desse escravo para o sertão renderia mais despesa e trabalho, o segundo ponto a ser considerado é que o trato com o gado (a pecuária era a mola motora da economia do espaço físico e temporal estudado), não demandava muita mão de obra,

o que justifica um contingente menor de escravos nas fazendas de gado no sertão da Bahia.

Eu ainda alcancei alguns velhos, a saber: José Jermano Marinho de Sant'Anna, sua mulher Ephigenia Paschoa, porção de filhos pretos; Felliipe Correia mulher Clemencia, porção de filhos cabras; José da Silva Cassutú, mulher Anna, muitos filhos cabras; Joaquim Alves, mulher Silvéria, porção de filhos mulatos; João Fernandes, sua mulher Iria, muitos filhos cabras. Felipe Alves Capitão do Matto, o primeiro que cultivou a fazenda São Raphael; como Capitão do Matto sempre ali tinha escravos em tronco, do qual ainda hoje existe pedaços. (PEREIRA NETO, 1919, p.8/9).

É essa gente escrava, agregada, livre e liberta que possuíam terras, sejam por herança, posse ou arrendatários, donos de grandes ou pequenas propriedades, que estabelecera vínculos fortes de dependência tanto de parentesco quanto de agregação, uma característica visível de todo Brasil imperial, além de viajantes que por aqui passavam, aventureiros sertanistas em busca de metais preciosos, dado um momento encontrado e explorado que contribuíram para a construção e formação de Morro do Chapéu, seja nos aspectos econômicos, culturais, sociais e religiosos.

Vieira Filho (2009) estudou os negros de Jacobina no século XIX, e nos informa que em 1836, dois anos antes do Arraial da Gameleira ser elevada a categoria de freguesia (pertencia ainda à Jacobina, tanto na administração eclesiástica quanto na civil), a população da vila era composta por 1.669 moradores, com os seguintes estratos jurídico. 1.565 livres, 23 libertos e 181 escravos, dentre essas pessoas havia indígenas¹⁸ e muitos deles escravos. Vinte anos depois a população livre passou a ser 8,450 e a população escrava 740. Percebe-se nesses dados um fluxo migratório considerável com a descoberta e exploração de diamantes do Ventura, que dista poucas léguas de Morro do Chapéu.

O perfil da sociedade composta por indivíduos, muitos deles sem história visível, nesse trabalho ganham notoriedade e título de protagonistas, sendo os mesmos, autores e donos dos seus destinos, apesar de Honório Pereira lhes atribuir os adjetivos de preguiçosos, negligentes e homens de maus costumes.

Morro do Chapeo já foi rico e hoje está pobre pela nossa preguiça negligencia e maus costumes [...] A Camara Municipal do Morro do Chapeo tão perto da Capital sem ter com que comprar tinta nem papel, não se lembra de dirigir ao Governo e crear uma postura

¹⁸ Dos indígenas mencionados por Viera Filho, dos libertos constava 11 homens e 4 mulheres e dos escravos-79 homens e 63 mulheres.

também cobrando por cabeça do grande número de seis oito e dez mil bois que se vende aqui resalvando nosso prejuízo que soffremos nos taboleiros, de contos e contos reis todo anno. Há de lamentar-se tanta frouxidão e negligencia de todos nós proprietários do Morro que já somos pobres e continuamos a ser.(PEREIRA NETO, 1919,p.15).

Apesar do descontentamento de Pereira Neto, fica claro o anseio de crescimento que o mesmo tinha em ver o desenvolvimento da sua terra querida e o engajamento do seu povo em busca de melhorias e uma assistência firme por parte do governo.

1.3 Gameleira: Arraial, Freguesia e Vila.

Segundo o memorialista Honório Pereira de Souza ainda sobre as Descrições de Morro do Chapéu (1919) e o professor Antônio Gabriel de Oliveira (1919), a Vila de Morro do Chapéu surgiu nos finais do século XVIII, sua origem se deu a partir do povoamento da fazenda Gameleira que pertencia a uma senhora abastada de Jacobina, Dona Catarina.

Vale salientar que essas terras antes de pertencerem a D. Catarina, pertenciam ao conde da Ponte, no sistema sesmarias, (aquisição por herança)¹⁹ e a povoação começou de forma tímida quando alguns aventureiros com a intenção de explorar essas terras chegaram de lugares distantes. O mais célebre nessa expedição foi o aventureiro Romão Gramacho, e daí começou a fundação de fazendas de gado, haja vista que as condições climáticas e as características físicas, caatingas e tabuleiros e abundância de água eram apropriados para tal cria e cria de gado.

Ferreira (2018) encontrou nas suas investigações, especialmente em livros de notas e inventários da localidade, posses de terras denominada Vereda de Romão Gramacho ou Vereda de Romão. A título de exemplo, Ferreira cita o sítio do Tareco situado na Vereda de Romão Gramacho e foi comprado por Brás de Souza Oliveira. Essas informações admitem as andanças de sertanistas aventureiros nessas imediações, terras que mais tarde se tornariam Morro do Chapéu.

¹⁹ Segundo Honório Pereira de Souza , os terrenos de Morro do Chapéu foram descobertos no tempo da conquista dos Gentios, por uma comissão portuguesa que veio rodeando o centro da Bahia; assim parece ter sido porque aqueles antigos conquistadores, o Rei de Portugal deu uma gratificação por sesmaria real do que haviam descoberto, cuja doação foi sempre garantida passando em linha de sucessor de herdeiro a herdeiro até que ultimamente vieram pertencer ao Conde da Ponte João da Saldanha da Gama de Mello Torres Guedes de Britto e sua mulher Joana de Castello Branco. (2019, p.13).

Honório Pereira de Souza Neto (1919) afirma que nesse período essas terras pertenciam a Comarca de Jacobina, tanto na divisão administrativa e civil quanto no regime eclesiástico. Por esta razão, de ano em ano era designado de Jacobina um padre para realizar batizados e casamentos nessas terras. Com a necessidade de criar um cemitério, o fez nas terras de Gonçalo Francisco d'Oliveira, próximo à malhada da fazenda.

Em meados de 1795, chegou à região o missionário Capuchino Frei Clemente Adorno para o serviço da fé católica e proselitismo da mesma, por seu intermédio foi edificada uma capela e um cemitério tosco de pedras, próxima à fazenda Gameleira. Porém a primeira missa aconteceu nas terras Morro Velho que pertencia a Gonçalo de Oliveira. Por não haver nenhuma edificação nessas terras, as missas aconteciam em baixo de árvores.

A devoção do Frei Capuchinho é perceptível nas suas ações em peregrinações nas fazendas com o único objetivo de fazer missões apostólicas, batizou e crismou crianças, sendo por várias vezes o próprio frei o padrinho. Tudo isso conta os livros antigos da família do professor Antônio Gabriel e no livro de Tombo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu.

Como no decorrer do tempo o número de pessoas que se juntavam para os eventos religiosos cresceram cada vez mais, o frei e seus fiéis sentiram a necessidade de construir uma igreja. Em comum acordo com as orientações do Frei Clemente Adorno, ainda em 1795, Antônio Ferreira dos Santos, fazendeiro da região, fez doação de meia légua de terras para a construção da igreja. O lugar escolhido era um espaço ermo, “sem nome ou povoação, havia apenas um capão de mato”.

Cansado e farto de dias, a vida do frei chegou ao fim junto com seus índios do Rio Pardo no Sul da Bahia, onde o mesmo foi honrado e respeitado por seu cuidado com seus fiéis, assim consta no histórico de ordem dos Capuchinhos da Bahia²⁰, editado em 1909, porém deixou um legado para Morro do Chapéu, o projeto da construção da igreja, que logo se tornaria freguesia e matriz afamada na região por muito tempo.

Na proporção que os trabalhos de construção da igreja iam avançando, pessoas chegavam para ajudar no trabalho e também para povoar o espaço com edificações de casas

²⁰ Essa informação consta nas notas históricas e religiosas da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, elaborada pelo professor Antônio Gabriel de Oliveira no ano de 1933.

residenciais. Em apenas um ano já havia um considerado arraial. Cresceu tanto que já estava atrelado com a fazenda Gameleira, por extensão, o arraial também foi chamado de Gameleira.

Até então o espaço ficou denominado Arraial da Gameleira pela proximidade com a fazenda que tinha o mesmo nome, motivo pelo qual em diversos documentos oficiais do período foi atribuído o nome Arraial da Gameleira. Só com o advento da elevação do arraial à categoria de Freguesia em 1838, pela Lei Provincial N° 67, é que se convencionou a chamar o Arraial da Gameleira de Vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, com a categoria de Distrito de Paz, desmembrando da Vila de Santo Antônio de Jacobina. A escolha do novo nome Morro do Chapéu faz referência a um monte distante nove quilômetros da sede cuja forma física aparenta um chapéu com abas caídas. Dessa forma, geralmente, o desmembramento de uma paróquia, era a premissa do nascimento de um novo município.

O Arraial foi elevado à categoria de Freguesia pelo presidente da Província da Bahia, o desembargador Thomaz Xavier de Almeida e canonizada pelo arcebispo Dom Romualdo Antônio de Seixas, tio materno do cônego Prebendado na Sé Metropolitana, à Rua dos Veteranos , Freguesia da Sé. Também pelo Marques de S. Cruz.

Morro do Chapéu também contava com outros distritos dentro do seu território, o distrito de Nossa Senhora da Conceição do Mundo Novo, criada em 1857, apesar de pertencer a Jacobina que dista 10 léguas, foi incorporada a Morro do Chapéu, além do distrito do Ventura e Riachão de Utinga. Morro do Chapéu abrigava a sede e administração local. Todas essas freguesias tinham suas dinâmicas oportunas de economia com características distintas.

Os documentos sugerem que as três freguesias que compunham o território morrense apresentavam características e dinâmicas próprias. A de N. S. da Graça se notabilizava pela criação de gado vacum, agricultura e mineração sendo a sede da administração local. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mundo Novo também se dedicava à pecuária, com a criação, criação, produção agrícola . Havia também uma importante feira de gado, por se tratar de um caminho obrigatório para as boiadas que desciam da Chapada rumo a Feira de Santana. Estava a meio caminho desse município e limitava-se com a vila de Nossa Senhora das Dores de Monte Alegre, outro importante mercado de gado sertanejo. Já a freguesia de do Senhor Bom Jesus da Boa Esperança do Riachão da Utinga tinha um excelente solo e era servida de bons mananciais de água, como os rios Utinga e Bonito, favorecendo a atividade agrícola. Sua proximidade com a diamantífera Lénçóis fazia dela um celeiro para aquelas lavras. (FERREIRA, 2018, p.63).

Em 1881, a freguesia de Mundo Novo foi transferida para Monte Alegre²¹ e Morro do Chapéu, perde parte do seu território.

Jubilino Cunegundes, memorialista de Morro do Chapéu, ousou descrever e explicar os motivos que levaram a Arquidiocese de São Salvador da Bahia a desmembrar Freguesia de Santo Antônio de Jacobina e criar a Freguesia de Nossa Senhora da Graça em Morro do Chapéu. Cunegundes atribui tal proeza a dedicação do povo da referida vila, a fé católica e a devoção a Nossa Senhora da Graça- a padroeira da cidade.

No que concerne este último aspecto, o professor Antônio Gabriel de Oliveira, fazendo menção a um livro antigo escrito por seu bisavó, Marcos de Oliveira, parece comungar do mesmo pensamento de Cunegundes sobre doações de terras e bens para a igreja e para Nossa Senhora da Graça. Inúmeras pessoas doaram bens como reses, imagens de escultura de santos, terras, joias, entre outros bens.

No entanto, a interiorização Paroquial da Igreja na Bahia se deu por outro ensejo, como afirma o professor Costa e Silva (2000) ao estudar o clero baiano do século XIX. O sentimento do pároco ou vigário (frei Clemente Adorno), em arrebanhar os fiéis que residiam distantes do litoral onde as freguesias eram em número superior a qualquer outra região e o contato dos párocos com os fiéis era facilitado. Os fiéis do sertão só eram assistidos pela igreja de tempo em tempo por inúmeras razões, a questão geográfica, a capacidade de atendimento do pároco ante a míngua de recursos disponibilizados. Outros fatores que também circundavam essa esfera eram a economia e a redefinição missionária, essas, registraram avanços na interiorização da fé católica assistida e amparada pela Igreja enquanto instituição.

A Igreja avançava e seus passos percorriam os caminhos abertos à exploração econômica e ao controle político-administrativo, seja impondo-se em frentes missionárias, seja com o intento de assistir aos grupos menores e dispersos, o que importa aqui é a chegada efetiva da Instituição Igreja no sertão. “Aos sertões de cima,avas e avas precipitaram-se atraídas pelo faiscar do ouro baiano”²². E o Estado agia como coadjuvante em nome da fé, haja vista que ocorria eventual delegação de poderes ao arcebispado. Esse apoio se consolidava na prerrogativa do tortuoso regime de padroado.

²¹ A vila de Monte Alegre, hoje é Mairi.

²² Idem, 2000

Silva afirma que:

A distribuição desse clero no mapa paroquial acompanhava as cotações de força da economia e do prestígio social das freguesias, bem assim a atração dos laços telúricos. Muitas de destacada importância em fins do século XVIII, já decaíram no final dos oitocentos, quando, grande parte das litorâneas também declinavam, reduzidas a habitações de pescadores e a maioria do Recôncavo, com a queda dos engenhos motivada pela abolição servil, estão em franca decadência. Ascendiam outras sertanejas no surto dos minérios preciosos, como na Chapada Diamantina, ou pela sedimentação de culturas mais rentáveis [...] (SILVA, 2000, P.65).

A descoberta de minérios na região remonta a data de 1775, porém não pôde ser explorada, havia uma restrição do governo em explorá-la, o intuito era manter o monopólio da exploração em Minas Gerais, o ouro de Minas já havia mostrado resultados e lucros satisfatórios, enquanto que o diamante da Chapada Diamantina estava a concorrer com os que vinham do Cabo. Além disso, a qualidade e quantidade, não se mostravam tão alçada. Em 1842, a redescoberta de diamantes, impulsionou um fluxo migratório para a região, porém com curta duração.

Na exportação, um fato novo foi de grande importância: a redescoberta do diamante. Diamantes haviam sido achados na Bahia, no período colonial. Há referência, por exemplo, às minas de Jacobina, em 1755, mas foram todas interditas. “Delas se perdera a memória, até que em 1822, Spix e Martins tornaram a achar as jazidas de Sincorá. Em curto prazo, toda a Chapada Diamantina revelou suas prodigiosas riquezas em gemas; novos “placers” foram encontrados. (ALMEIDA, 1997, p.10).

A reanimação se deu a partir do uso de cabornato, útil para cortar e lapidar o diamante, porém com preços baixíssimos. Mas, com o advento da industrialização na construção do túnel de São Gotardo na Suíça (1881), do canal de Suez no Egito (1858-1869) e com a retomada da construção do Canal do Panamá (1869), além do uso do cabornato na Europa no metrô de Berlim e Paris. O uso em excesso, levou o carbonato da Chapada Diamantina a se tornar escasso, o que provocou elevação do preço, e esse comércio dinamizaram e efervesceram a economia da Chapada Diamantina, principalmente no Distrito do Ventura.

Em fins da década de 1880, quando o comércio de carbonatos se intensificou Francisco Dias Coelho trabalhava como tabelião de notas no cartório local. Provavelmente, aproveitando os contatos estabelecidos na botica, iniciou as atividades como atravessador no comércio de pedras no sertão mantendo relações comerciais com a empresa Levy de Paris. A empresa citada era a principal compradora de carbonatos na região e o Coronel se tornou, no final do século XIX, o maior comerciante de pedras da Bahia e um dos mais influentes coronéis do estado. (SAMPAIO, 2017, p.161).

Nesse período, o Distrito do Ventura já contava com sede do distrito diamantífero morrense, na década de 1860, havia pelo menos duas ruas principais, becos, vendas, casas com varandas, residência do subdelegado, prisão, casas comerciais, philarmônica em decadência, sociedade litterária, teatro e uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, além de ter a maior aglomeração de feira livre da região.

A redescoberta e exploração de diamantes do Distrito do Ventura que ficava a poucas léguas da sede da freguesia de Morro do Chapéu, contribuiu para que inúmeras pessoas no período saíssem do Recôncavo da Bahia para o sertão e esses também ajudaram na constituição da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, edificando fazendas de gado ao redor além de busca constante por pedras preciosas, firmando e estabelecendo moradias.

A instalação da freguesia em Morro do Chapéu, nos parece está atrelada à descoberta de minérios na região, só com a agraciada descoberta de diamantes, o arraial foi elevado á categoria de freguesia. Para essa informação utilizei documentos digitalizados pelo “Projeto Resgate- Bahia” do Arquivo Ultramarino da Torre do Tombo. De acordo com o Conselho Ultramarino Brasil- Baía²³, o arcebispo D. Fr. Antônio Correa, que chegou a Salvador, vindo de Portugal em 24 de dezembro 1781, enviou um ofício para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual informava a negação da criação da nova freguesia solicitada pelos moradores de Morro do Chapéu.

No dia 31 de janeiro de 1795, José de Sousa, Antônio Ferreira dos Santos, Manuel Alves Costa e outros habitantes de Morro do Chapéu, que no período pertencia ao termo e freguesia de Santo Antônio de Jacobina, enviou um requerimento, solicitando do Arcebispado da Igreja Metropolitana de Salvador a licença e autorização para erguer uma capela em Morro do Chapéu, com a invocação do SS. Coração de Jesus e Nossa Senhora da Graça, o que conseqüentemente, a vila de Morro do Chapéu nos termos eclesiástico se desmembraria da freguesia de Santo Antônio de Jacobina.

Os moradores da Vila de Nossa Senhora da Graça alegaram dois aspectos essenciais pelos quais estavam insatisfeitos com a agregação da vila de Morro do Chapéu a freguesia de Santo Antônio de Jacobina. Primeiro a Vila de Morro do Chapéu tinha fogos suficientes para comportar uma freguesia e segundo a Vila de Santo Antônio de Jacobina ficava muito longe, distância que impedia muitos fieis participarem dos ritos cristãos além da

²³Disponível : <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate&Pesq=Morro%20do%20chapeu> . Acesso em 1º de outubro de 2020.

dificuldade de sacramentarem uniões, batizarem filhos, e por vezes na eminência da morte receber o ato da extrema unção, sem falar que a visita do vigário nessa região era muito escassa, só acontecia de forma esporádica com grandes intervalos.

Além da justificativa que corroborasse a petição exposta a cima, os moradores de Morro do Chapéu, entre eles, José de Souza, Pedro dos Santos Almeida e Roberto da Silva, enviaram a escritura de doação de terras feitas por Antônio Ferreira dos Santos e sua mulher Joana Pereira de Jesus, a metragem das terras doadas, equivalia a um quarto de légua para o patrimônio da capela que se pretendia fundar em Morro do Chapéu, porém a solicitação foi negada. Essas informações foram dadas pelo vigário Thomaz Feliciano de Aquino e assinada pelo vigário José de Souza Monteiro em 19 de agosto de 1797, porém o documento só chegou aos moradores do arraial no dia 12 de novembro do mesmo ano.

Parece que a negação do Arcebispado foi ignorada e não respeitada pelos moradores, pois de acordo com o professor Antônio Gabriel de Oliveira²⁴, a capela foi erguida no ano de 1795, parece que antes mesmo de enviar a petição para o Arcebispado, e o primeiro padre da referida capela foi o capelão Joaquim Pereira dos Santos, ferreiro habilidoso, que também ensinou as primeiras letras e músicas para crianças e adultos.

Os reais motivos da não aceitação do Arcebispado Metropolitano para uma causa aparentemente tão nobre, não foi clara, porém o que era comum no período que justificaria a decisão do Arcebispado Metropolitano da Bahia, era a insuficiência de párocos, além da dificuldade de transporte para assistir todos esses fieis em circuitos longínquos, como afirma Silva.

Não há nesses espaços Igreja alguma, estando distantes da última mais de 20 léguas. Depois, era a travessia por trilha que a falta d'água tornou deserta, até atingir os dilatadíssimos e fertilíssimos territórios chamados a Jacobina nova, e a velha, ambas tão grandes em circuitos, que podem competir na largueza com um reino. Em todo oeste amplíssimo âmbito se não acha mais que uma única Igreja que pela necessidade dos moradores de fez curada. Porque tem que caminhar para ouvir uma missa. O núcleo de Jacobina tornava-se nessa área, o ponto estratégico para o desdobrar em freguesias, permitindo compreender os procedimentos e alcance (SILVA, 2000, p.55-6).

²⁴ O documento produzido pelo professor Antônio Gabriel de Oliveira, denominado Notas Históricas e Religiosas, parece mais ter sido uma encomenda do vigário local- é um manuscrito de 1933, registrado no livro de Tombo da Igreja Matriz de Morro do Chapéu.

Porém, ainda de acordo com Silva (2000), a Igreja não tinha interesse em investir em freguesias em vilas que não pudessem dá um retorno financeiro considerável, só com o advento e progresso da mineração, a partir das explorações ou pelo menos da eminência de tal desenvolvimento econômico, a esperança de acúmulo de bens por meio dos ansiados diamantes é que a permissão para a criação da freguesia em Morro do Chapéu foi autorizada.

Voltando ao padre Francisco Gomes de Araújo, pouco depois de chegar à região, foi nomeado procurador do fazendeiro Quintino Soares da Rocha, o que se explica pela necessidade dos proprietários de terem pessoas em quem confiassem e que pudessem negociar gado em seu nome nas regiões mais distantes do município, em nome das grandes distâncias entre os latifúndios do sertão baiano, que impossibilitavam cumprir essa tarefa sozinho, para ter sucesso no papel de pecuarista precisavam de bons capatazes, bons escravos de confiança e, principalmente, bons advogados que deveriam ser comerciantes habilidosos e que soubesse coversar nas tramitações dos negócios.

O padre poderia ser considerado um daqueles procuradores ideais, respeitado pela população de todos os grupos sociais e com trânsito livre e frequente, a mais de vinte e dois mil quilômetros quadrados da Freguesia, extensão territorial de Morro do Chapéu no século XIX. Com essa distância e muitas comunidades a visitar ao longo do ano, de forma a contratar também pessoas de outras freguesias.

Assim pode ter acontecido que o contato de José com o padre, se somasse às relações que construiu com Quintino Soares, pessoa mais influente na localidade, provavelmente administrando o seu tempo entre cuidar dos animais da paróquia e fazer outras tarefas nas horas vagas. O trabalho com os animais da paróquia oferecia-lhe tempo ocioso que poderia ser aproveitado em outros trabalhos como era comum entre os trabalhadores da região, ou seja, os trabalhos em suas dependências nem sempre ocupavam todo o seu tempo, e em algumas épocas do ano havia demanda por trabalhadores isolados ou jornaleiros aumentados nas propriedades maiores, assim, era possível uma renda extra, alcançada com o trabalho de preparo do solo para o plantio ou lavoura, limpeza das pastagens preparando para o período chuvoso, nessas épocas a necessidade do trabalho isolado era mais intenso e gerava algum lucro para os trabalhadores ou escravos mais pobres. Essa relação de trabalho era com os agregados do sertão baiano e com parte das

relações de trabalho, permitindo uma melhoria na renda dos trabalhadores, reduzindo o tempo ocioso. (SAMPAIO, 2015,P.43-8).

Em 07 de maio de 1864 a freguesia foi elevada á categoria de Vila pela lei provincial nº 933 e o fórum Civil e Conselhos de Jurados por ato de 12 de julho de 1869, foi instituído, porém continuou a fazer parte do Termo e Comarca de Jacobina, apesar das inúmeras petições feitas pelos vereadores da recente formada Câmara Municipal, solicitando o desmembramento das referidas Comarcas. Essa solicitação só foi atendida em parte no ano de 1892, só depois de 23 anos é que houve o desmembramento do Termo de Morro do Chapéu com o de Jacobina e quem ocupou o cargo de primeiro juiz preparador foi Drº José Alves Requião, no período em que Drº João Ferreira de Araújo Pinho ocupava o cargo de governador da Bahia.

1.4 Alto-sertão: Chapada Diamantina

O sertão polissêmico abordado por Neves (2007) atribui sentido histórico e entrelaça diversas categorias no âmbito social, espacial, literário e cultural, tão bem apresentado por inúmeros pesquisadores ao longo do tempo.²⁵ Desde a colonização portuguesa, o sertão até então desconhecido se tornara tema de debate e especulação entre os portugueses, a especulação se insere justamente por não ser conhecido²⁶. O conhecimento se deu efetivamente a partir das expedições enviadas pela coroa portuguesa ao sertão da Bahia com o objetivo de encontrar metais preciosos.

A busca por ouro nesse sertão se tornou primazia em detrimento a outras atividades que possibilitassem a abertura de caminhos e povoamento. Quando a coroa tomava a iniciativa de enviar uma comissão, a empreitada era atribuída a alguém que já tinha o título de execução do ônus, a tarefa era sempre delegada a alguém que já tivesse experiência.²⁷ No entanto, na região da Vila de Nossa Senhora de Morro do Chapéu, os diamantes só foram encontrados e explorados a partir de 1841, até então esse sertão era a maior produtora de bovino da Bahia, tanto de cria quanto de recria, o destino da criação do gado era para abastecer a capital, o Recôncavo e a região mineradora de ouro e diamantes. Embora a

²⁵ Ibidem

²⁶ Relatos sobre ouro na capitania da Bahia, na região de Jacobina. Anos mais tarde, o ouro foi encontrado em áreas dessa capitania: Rio de Contas, Araçuaí e Fanado. Ver Kátia Lorena Novais Almeida.

²⁷ Ver sobre isso mais precisamente Maria Cristina Dantas Pina.

busca ao ouro, tenha ocupado a primazia pela coroa portuguesa, a abertura de caminhos com a penetração do gado e caça aos indígenas, também constituíram-se como peças importantes de povoamento e fizeram parte da colonização.

Os dicionários definem sertão como um nome dado a um lugar distante de costas e plantações agrícolas, discorrer sobre o sertão do Brasil equivale a pensar em desmedidas terras secas, escassas de chuva com uma vegetação espinhosa e que armazene água em seu interior como os cactos, capazes de resistir aos poucos seiscentos milímetros de água de chuva por ano.

No extenso período de seca que dura aproximadamente oito meses, tanto o solo quanto a vegetação se apresentam desnudas, e o panorama se mostra desolado, de cor acinzentada, o sol estonteante, parecendo tremer, e o vento atea a poeira levantando pó fino, daí a cor avermelhada do solo seco, nos lembrando um deserto, faz sentido a etimologia da palavra, sertão dentro desse contexto, pois o termo vem do aumentativo “desertão-deserto”

Segundo Amado (1990), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define oficialmente o sertão como um espaço subalterno, uma das subáreas nordestina, árida e desprovida de mantimento. Sertão é conceituado como espaço interior, contraste do litoral e remete ao arcaísmo português como categoria para classificar uma hierarquização dos tempos remotos. Com o passar dos tempos e na proporção que este Império Português atinge um desenvolvimento considerável e se decompõe o termo sertão, perde em parte seu sentido, e mantém o sentido original: apenas o de interior.

No bojo da historiografia, o sertão é a categoria mais recursiva no pensamento social brasileiro. É pensado desde o século XVI, nas crônicas e cartas dos viajantes e naturalistas europeus que por aqui estiveram para descrever o Brasil e catalogar seus elementos. Mesmo nos séculos seguintes, até mesmo no XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado para reconhecer e catalogar de forma geográfica e historicamente essas terras. Era tarefa do instituto, situar cidades, vilas, regiões, rios, serras; de demarcar fronteiras, além de conhecer e enaltecer a natureza brasileira, seu céu, clima, matas... Seu projeto estava pautado no *Institut Historique de Paris*, que funcionava como referência intelectual para o Brasil.

O maior objetivo do IHGB era construir a história do Brasil, condicionada a reconstruções históricas, as interpretações, as visões do Brasil e da questão nacional. E ainda com essa magnitude de importância que a necessidade do momento exigia o sertão não ficou de fora, mesmo sendo rejeitado como historiografia nacional, os pesquisadores como Varnhagem, Capistrano de Abreu, Von Martius, vencedor da redação condicionado pelo IGHB, definiram as linhas mestras de um projeto histórico capaz de garantir uma identidade ao Brasil.

Os intelectuais do IHGB utilizaram o termo sertão e redefiniram o conceito. Optaram por descrever as diferenças entre litoral e sertão, apontando-o como alteridade, o desconhecido que desperta interesse em pesquisas, pois, as riquezas das suas naturezas e as variedades de objetos catalogados confirmavam ser aquele um ambiente propício para tal fim, o lugar sem lei ou fé, cultura e civilização, foi construído em conformidade dos grandes centros litorâneos, o sertão em função do litoral e vice-versa. Lugar praticamente despovoado de “habitantes sem civilização, pois de gentios e animais bravios está povoado até em excesso”, expressão de Janaína Amado, remetendo a fala do britânico naturalista viajante Saint-Hilare na obra Viagem ao interior do Brasil de Johann Emanuel Pohl. Dessa forma contrai um caráter paradoxal, no qual precisa ser cooptado, isto é, precisa tornar o sertão bárbaro em um sertão civilizado, integrado e análogo aos grandes núcleos.

Essa “zona ignota”-na confissão de Euclides da Cunha, espaço esse em que os boiadeiros denominam de caatinga, divergindo da opinião de vários especialistas, porém, não é nesse bojo de definições que me debruço para historiografar, mas, sobretudo descrever a supracitada região: nesse espaço árido, com árvores atingindo no máximo sete metros de altura, cujas folhas na maioria das vezes são apenas espinhos, motivo que justifica a vestimenta de couro do vaqueiro, sujeito que tem o dever de cuidar da boiada da fazenda, homem de coragem que doma o gado, assim realiza o seu trabalho no dia a dia. O termo vaqueiro e suas utilidades e funções serão detalhados e discutidos nas próximas linhas.

A historiografia sobre sertão surgiu no século XVIII, através dos estudos de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) que enalteciam os paulistas e aventureiros que buscavam metais preciosos. Nesse estudo se credenciou aos bandeirantes paulistas a abertura e expansão de fronteiras nacionais e descoberta de minérios, porém em

contrapartida, já se pontuou que a atividade dos bandeirantes de São Paulo, primava por busca de minérios e apreensão de indígenas para o trabalho escravo. (NEVES, 2011).

Muitos dos paulistas empregados nas guerras do Norte não tornaram mais a São Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: de bandeirantes, isto é despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos. Ainda antes do descobrimento das minas sabemos que nas ribeiras do rio das Velhas e do São Francisco havia mais de cem famílias paulistas, entregues à criação de gado. (ABREU, 1998, p.110).

Aproveu aos baianos à conquista de colonização desde Minas Gerais ao Ceará (SANTOS, 1910), com destaque na economia para a pecuária e minérios, esse ainda que breve, como fatores essenciais da ocupação e expansão colonizadora dessas terras e, de forma secundária a produção de algodão e produtos de primeira necessidade, produção em baixa escala somente para o consumo local, com exceção do algodão que foi mola motora da economia do litoral e do recôncavo que tem clima favorável.

1.5 Pecuária no sertão: Labor predominante na vila de Nossa Senhora da Graça

Todo sertão se viu movimentado pela civilização pastoril, desde tempos remotos quando estas terras ainda pertenciam à Casa da Ponte, (BOAVENTURA, 1989), mesmo que em meros sítios pequeninos. A cria, recria e comércio de gado moldou o cenário do sertão em terras altas do rio São Francisco e modelou o fenômeno social vigente. O pastoreio colonizou o sertão. A criação de gado antecedeu aos moinhos do engenho no recôncavo e à lavoura.

Prado Júnior (1997) leva a crer que o pastoreio do sertão baiano tenha nascido com o açúcar do recôncavo, a civilização do pastoreio e o mundo do engenho são confundidos com a leva da economia do Brasil em tempos antigos, assim como a casa grande com a casa da fazenda.

A aristocracia do sertão tinha o mesmo valor que um senhor de engenho do recôncavo, ter terras e gado significava ter título e na linguagem de Boaventura, ser fidalgo. A função dos poucos engenhos do sertão do São Francisco era para a feitura do melado e produzir rapadura, aqui ou ali no meio da boiada surgia um ranger de moendas. (BOAVENTURA, 1989, p.20). O engenho no sertão da Chapada Diamantina ficou

somente no ensaio, a economia segura vinha da criação e recria de gado, na labuta do servo do gado, o vaqueiro.

Haja vista que havia restrição por parte da Cora Portuguesa no Período Colonial e esse procedimento se estendeu no Império em cultivar outra monocultura que não fosse à cana de açúcar a menos de dez léguas do litoral, por uma questão econômica, já que o açúcar se mostrava rentável e um produto com destino certo para a exportação, além da mão de obra garantida, clima e terras favoráveis.

Outro aspecto que muito impulsionou a escolha da cana de açúcar para se fazer cultura no recôncavo foi a experiência dos portugueses. Quando esses iniciaram as grandes navegações, ocuparam e povoaram as ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde, na África. As condições climáticas do recôncavo da Bahia eram parecidas com as das colônias de Portugal, logo, favoráveis também para se produzir cana de açúcar- clima quente e úmido e solo adequado. No Brasil havia solo do tipo massapé- terras úmidas, escuras e argilosas e condições favoráveis de clima encontrados principalmente no litoral nordestino. O empreendimento só seria lucrativo se o que fosse produzido tivesse grande aceitação no mercado consumidor europeu. O açúcar preenchia esse requisito, fator decisivo para a escolha e implantação da cultura da cana de açúcar no recôncavo da Bahia.

Por esses motivos citados, é que havia restrição de investimento a outras culturas, logo ficou relegado ao sertão, lugar distante do litoral, a criação do gado que também servia para abastecer o recôncavo, justamente por esse não produzir víveres para a alimentação diária da crescente população, assim como mandioca e carne seca (ABREU, 1998).

O senhor de engenho é o título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos [...] homem de posses e de governo, [...] Dos senhores dependem os lavradores que arrendam as terras do engenho. [...] Servem ao senhor do engenho, em vários ofícios, além dos escravos, barqueiros, canoieiros, carpinteiros, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais, cada senhor destes, necessariamente, tem a seu serviço um mestre de açúcar, um banqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, vários feitores e para o espiritual um capelão (ANTONIL, 1982,p.193).

Eis o perfil do homem rico, senhor de engenho apresentado por Antonil (1982) descrito com toda honraria e presteza no mundo do açúcar no recôncavo da Bahia, em quanto que Boaventura descreve a riqueza e grandeza do prestígio social do dono do gado.

[...] O prestígio social do título de fazendeiro nascia da fortuna e do criatório. Era o gado que dava importância ao dono da fazenda, ao homem do sertão, [...] o gado se impunha como de mais evidência. E ao fazendeiro sugeria também um como título nobiliárquico.[...] Daí o nome de fidalguia que espalhava. E o povo cercava o criador de fama, propalando o seu poderio econômico, que ele arquitetava, [...] Poderio que se traduzia no avultado da criação, no alto número de vacas de leite [...] passava a ser tratado como fidalgo e o seu rebanho enorme o anunciava assim (BOAVENTURA, 1989, p.33).

Capistrano de Abreu (1998) nos informa que no sertão da Bahia criava-se o gado a solto nas terras avulsas, à lei da natureza, o serviço do vaqueiro era amansar, ferrar os bezerros, para identificar seus donos, já que eram criados em terras indivisas, misturados com a criação de outros proprietários, curá-los das bicheiras, atear fogo nos campos nos períodos apropriados, procurar melhores pastagens e água para a criação, afastá-los das ervas danosas, suprimir animais que apresentavam ameaças para o gado como as onças, cobras, morcegos, ficar atendo ao período da parturição das vacas, a fim de cuidar para que os bezerros não morressem pelas moscas varejeiras²⁸, que depositam suas larvas nos umbigos frescos das crias, causando óbito muitas vezes, e toda essa demanda ocupa o tempo integral do vaqueiro, impedindo-o muitas vezes de dormir em casa, pois a tarefa exigia zelo, principalmente nas noites de inverno, período costumeiro de nascimento dos bezerros.

Mas, o apascento não é só do vaqueiro, o título do vaqueiro equipara-se com o título do dono da fazenda (BOAVENTURA, 1989), trabalho específico do vaqueiro no campo não o desmerece, mesmo na ausência e olhar do homem branco. Ser vaqueiro se configura como um ofício nobre. Possivelmente o trabalho do vaqueiro fosse o que possibilitasse mais liberdade, pois com o gado à solta nos campos, era impossível o vaqueiro viver sob vigilância constante do seu senhor. O labor nas fazendas de gado era árduo, a tarefa diária exigia muito esforço e contava-se constantemente com os companheiros de labuta, na linha da dependência recíproca, tanto para os trabalhos mais duros quanto os corriqueiros.

O africano escravizado, José Gomes de Araújo, provavelmente conseguiu pecúlio para sua alforria no trato com o gado, pois seu dono, o Padre Francisco Gomes de Araújo, que se tornara vigário colado da freguesia de Nossa Senhora da Graça em Morro do Chapéu em 1838, era dono de terras e criador de gado²⁹. Apesar de o padre ofertar a alforria com

²⁸ Moscas que depositam os ovos nos tecidos vivos ou mortos de vertebrados ou substâncias orgânicas em decomposição; seus ovos são conhecidos por vareja e suas larvas esbranquiçadas por bicheira.

²⁹ Escritura de compra e venda da fazenda Pedra, 27/09/1838, FCA, Sala do Tabelionato, Livro de Notas 1837-1848, Livro A, fl. 118-22.

a condição de José Gomes Araújo, ficar cativo até sua morte a decisão de José foi pagar a sua liberdade a quantia de um conto e seiscentos mil réis. Nesse documento³⁰, o padre afirma que a aquisição do dinheiro de José é “fruto lavrado”, ou seja, dinheiro adquirido com trabalho. Diante dessa expressão “fruto lavrado”, temos duas opções a ser pensada. O pecúlio de José foi adquirido no labor com a terra e ou com o ofício de vaqueiro.

As crianças aprendiam desde cedo o trato com o gado, observando os mais velhos e já com tenra idade eram designados para pequenos serviços nessa esfera. Geralmente era em família que o ofício de vaqueiro era transmitido, e com o passar do tempo logo os mais jovens se tornavam experientes em domar bois brabos na caatinga e a habilidade com os cavalos nas densas vegetações espinhosas.

A técnica do cuidar do gado exigia do vaqueiro, habilidade, destreza e conhecimento da região, pois a vegetação da Chapada Diamantina é basicamente espinhos como os arbustos calumbí e unha de gato. O labor nas fazendas de gado demandava de conhecimento específico, a tarefa diária exigia muito esforço, ser vaqueiro era um ofício nobre. Contava-se constantemente com os companheiros de labuta, na linha da dependência recíproca, tanto para os trabalhos mais duros quanto os corriqueiros. Essa vegetação justifica a vestimenta e indumentária do vaqueiro.

Os vaqueiros nordestinos usaram, e ainda usam, especial vestimenta de couro, própria para as correrias a cavalo por entre a vegetação espinhenta da caatinga, em busca de reses tresmalhadas ou na tarefa da “junta”. Esse característico vestuário confeccionava-se, no século XVIII, e princípio do XIX, em couros de veado, então mais usado do que o de boi. Compunha-se o traje de várias peças: o gibão (ou jaleco, espécie de paletó curto), o guarda peito (ou peitoral ou para peito, espécie de colete usado por sobre a camisa e por sob o gibão), as perneiras (ou calças sem fundo, vestidas por sobre a ceroula comprida de pano de algodão), chinelas (também de couro, protegendo o peito do pé), luvas (igualmente de couro, deixando os dedos de fora e protegendo apenas o dorso da mão) chapéu (de abas pequenas e bordado a linha). Para os trabalhos no campo costumavam os vaqueiros colocar em seus cavalos testeiras e peitoral de couro (SANTOS FILHO, 1956, p.216).

Daí a expressão “era do couro”, nos tempos remotos do pastoreio no nordeste, no apogeu da pecuária, expressão usada sobretudo por Capistrano de Abreu. O intenso uso do couro também galgou muito proveito, o couro era até usado como embalagem nos produtos de exportação. Além da funcionalidade do alforje, feito de couro, bolsa usada pelos

³⁰ Livro de Notas-Escritura de 1838-1845, n.15,p.38. AFCA-Comarca de Morro do Chapéu.

vaqueiros em viagens para carregar, farinha, carne seca e sal, além de pólvora, fumo e chumbo. O uso do couro surge no século XVIII e perdura até o início do século XIX.

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (ABREU, 2005,p.131).

De forma semelhante, afirmou Santos Filho (1956) aludindo a utilidade do couro curtido para a confecção dos mais variados artigos como sapatos, botas, alpercatas, bruacas, surrões, bainha de faca, arreios, além de peças de vestimentas dos vaqueiros.

Na maioria das vezes a paga dos vaqueiros pelos seus serviços, se dava de quatro a cinco anos, com um dos cinco animais nascidos, de acordo com o discorrido com o patrão e alguns vaqueiros sendo ele, escravo, homem livre ou até mesmo índio, poderia montar sua pequena propriedade com alguns anos de serviço, gerando alguma comodidade, bem-estar e renda para a sua família, o que já se configura como ascensão, muitos vaqueiros faziam arrendamento de terras e depois se tornavam proprietários, à medida que seu rebanho crescia, poucos fazendeiros destoava desse ajuste.

Mesmo o proprietário tendo que pagar um percentual maior a esses vaqueiros mais experientes, ainda assim era mais lucrativo do que um percentual menos a um novato, o que se explica pela maior produtividade que estas famílias de agregados conseguiam e pela experiência e confiança depositada na relação entre ambos. Um vaqueiro experiente valia muito no mercado regional e muitos e muitos permaneciam na fazenda por gerações, muitos fixavam residências nas propriedades e chegavam a constituir patrimônio, porém poucos deixavam o ofício. (SAMPAIO, 2017).

Há de se considerar que o cuidado intenso do vaqueiro com as crias do seu senhor se dava, sobretudo, por causa da sua paga, pois, segundo Arno Wehling (1994) no início do século XIX, a Bahia possuía um rebanho de 500 mil cabeças de gado, e competia ao vaqueiro fazer com que esse rebanho se multiplicasse, garantindo dessa forma a expansão dos seus bens, nesse período, a exportação do couro, que é proveniente direto da criação de gado, rendeu 20:800\$000, paralelo a 5,2% do total, colocando o produto em quarto lugar na balança comercial, a pecuária não dependia de fatores externos para sua produção, revelou-se mais lucrativa que o açúcar e o tabaco nas conjunturas de crise.

A produção da pecuária se dava, além do gado *vacum*, os subprodutos que fizeram um comércio de certa relevância, o sertão aprovisiona a carne seca, o couro salgado, curtido, solas e vaquetas e ainda a utilização do leite para o queijo e requeijão, não se produzia manteiga, pois o preço do sal, elemento essencial para a produção do referido produto era elevadíssimo, encarecendo sobremaneira o preço, essa era importada da Europa, de procedência inglesa, comprada em Cachoeira de São Felix. Outro fator que dificultava a produção da manteiga era a necessidade de mantê-la refrigerada, “no Brasil não se sabe fabricar manteiga; aliás, o calor impediria que ela se conservasse e o alto preço do sal muito a encareceria” fala do príncipe austríaco Maximiliano de Habsburgo, que visitou a Bahia em 1860. (SANTOS FILHO, 1956, p.207).

O comércio do gado em Morro do Chapéu era intenso, desde tempos remotos como afirma Antonil (1982), que já havia pequenos currais e terras arrendadas e o lucro desse comércio são das boiadas que comumente se tiram de ano em ano dos currais para as cidades, vilas e o recôncavo, assim para o açougue como para o fornecimento das fábricas. De comum acordo ratifica Honório Pereira de Souza em suas Descrições, fazendo referência a qualidade dos aspectos físicos de Morro do Chapéu para a cria e recria de gado, principalmente depois da técnica de se criar gado solto nos pastos de Mundo Novo e Baixa Grande.

Se os vendedores e compradores não achassem os taboleiros de Morro do Chapéu e fossem obrigados a seguirem com estes gados, chegariam no Mondo Novo e Baixa Grande pela metade; ponderando se bem o que são os taboleiros do Morro é injustiça não se lhes dar o seu devido valor, por que sempre foi o sustentáculo do comércio do gado que abastece a capital, e outros lugares[...] (PEREIRA, 2019)

Sampaio (2017) salientara a estratégia usada por vaqueiros de Morro do Chapéu de criar os animais soltos e serem recolhidos em períodos específicos do ano, comumente em épocas de venda e reposição dos animais e na partilha com o vaqueiro. Essa prática de criar gado a solta nos pastos, já era comum em Portugal. As terras de Morro do Chapéu destinadas ao gado eram muitas, porém, poucos pastos naturais, por isso a necessidade de deixar o gado à solta.

Nos períodos de seca a alimentação do gado variava, devido a escassez de pastos, esses eram substituídos por forragens nativas da caatinga e ceperáceas, uma espécie de mandacacu, essas serviram para a criação, mesmo na estação seca. Aproveitava-se o gado

os frutos de uma palmácea muito comum na região, o coqueiro, o licuri, também úteis na alimentação do gado. (SANTOS FILHOS, 1956).

Nem sempre a engorda do gado para o abate e comércio eram garantidos, inúmeros entraves atrapalhavam esse processo, além de prejudicarem as viagens de leva de gado para a capital e recôncavo- como a seca, a chuva abundante, conflitos armados que geravam roubos de cargas e saques de gado. Inúmeros processos e disputas da razão foram conferidos na região, pelo fato de uma das partes ao cumprir o acordo feito entre o comprador e o vendedor. Esse comércio de gado ligava uma rede ampla de relações.

Os pequenos proprietários se valiam de associações com familiares e ou amigos para empréstimos monetários, contraindo dívidas nos negócios de gado. Os fazendeiros mais ricos se valiam dos seus próprios recursos financeiros e mão de obra para esse processo, já que a viagem-leva da boiada exigia vaqueiro- mão de obra experiente no trato com o gado ao longo da viagem, além de astúcia nas conversações para firmar comércio com pessoas dos mais diversos níveis de conhecimento, tanto escravo, livre, ricos fazendeiros, comerciantes ou simplesmente o atravessador, pessoas que estabeleceram relações de negócios e conveniências.

Nem sempre os acordos de compra e venda de gado eram feitas de forma legal, às vezes era apenas por meio de palavras, como elucida Ferreira, noticiando um processo em que duas importantes famílias de Morro do Chapéu- dois eram irmãos pertencentes ao troco Pereira de Souza; outros dois, também irmãos, pertencentes à família Miranda. Ambas famílias acordaram sociedade com o intento de comprar reses de pequenos produtores para a engorda e conseqüentemente obter lucro com sua venda. Como não possuíam recursos, para maiores investimentos no negócio, acabaram por se endividarem com uma quantia de 1 conto, 597 mil e 777 réis. A dívida não foi paga, pois a lei dava brecha para o autor de o processo recorrer ao Tribunal das Relações³¹ (FERREIRA, 2018, p.76, 7). Esse é apenas um exemplo dos inúmeros casos encontrados e discutidos por Ferreira em Morro do Chapéu no século XIX.

O nível de riqueza e pobreza na região não estava polarizada e dualmente dividido entre ricos e pobres, patrões ou empregados ou senhor e escravos. Entre esses extremos havia

³¹ Processo de Ezequiel Rodrigues Costa do Brazil contra José Florêncio Bagano de Miranda e Francisco Luiz de Miranda, 1869, FCA, Processos Criminais, Sala dos Processos Criminais, cx.1857-1868.

uma sorte de pessoas que nasceram ou enriqueceram com a criação e comércio de gado (SAMPAIO, 2017, p.129).

Havia possibilidade de ascensão no trato com o gado através de partilha, isto é um pagamento chamado sorte³², outra possibilidade era heranças familiares e casamentos. Mas também havia a eventualidade da má administração da fazenda, as secas ou ter seu rebanho atacado por feras do campo, o que era comum em Morro do Chapéu, e ainda a fatalidade do falecimento de um dos sócios, deixando as dívidas para os familiares-geralmente ficava para a viúva.

Ferreira (2018) explicita um caso ocorrido em Morro do Chapéu, quando em 1863, dois cunhados se associaram, para comprar gado na vila de Santa Rita do Rio Preto no Piauí, para estabelecer comércio em terras e mercado baiano. Os empréstimos dos cunhados equivaliam uma quantia de 5 contos, 570 mil e 799 réis entre mercadorias e gado, a conta foi acordada para que cada partes do negociantes, ou seja os cunhados, assumissem metade da dívida. Porém com o falecimento de Cústódio da Silva Telles em 7 de fevereiro de 1864, os negócios deram errado para os sócios e a dívida ficou para a viúva de Cústódio. Pressionada pelos credores para quitar a dívida, a viúva alegou ter perdido parte da mercadoria, assim como o gado.

[...] fazendas compradas subiram para o sertão, e lá vendendo empregaram o seu produto em duzentos e oitenta bois, dos quais já acham na Freguesia do Morro cento e setenta e um, e o restante, uns estão cansados na estrada, sendo os vendidos e mortos um número de vinte e cinco; e não se sabe quantos restaram ao certo na estrada, porque quando ficam, são por cansados, e sempre já nestes grandes mortalidades (FERREIRA, 2018, p.78)³³.

Os exemplos citados foram sinalizados para apresentar o comércio de gado, a mola motora da economia, as relações de compadrio, familiares e de amizades entre escravos, livres e libertos, pessoas de condição financeira razoável, outras nem tanto, para compreendermos os aspectos de Morro do Chapéu do século XIX, assim como compreender sua gente e suas estratégias de sobrevivência. O cenário montado nos permite pensar e analisar as experiências dos indivíduos selecionados para esta investigação, a fim de se ter mais uma lacuna preenchida na história de Morro do Chapéu.

³² A quantidade de animais destinados pela sorte aos vaqueiros dependia das relações que o vaqueiro mantinha com o proprietário, quanto mais antigo fosse o vaqueiro maior era o percentual por ele recebido das boiadas que variavam entre 100 e 300 animais.

³³ Idem, fl.30.

É nesse universo onde a economia era pautada na agricultura de subsistência, na produção de feijão e mandioca (alimentação costumeira do sertão) e pecuárias extensivas que muitos indivíduos na condição de escravos, libertos e livres contraíram união, construíram uma identidade própria, ainda que tenha semelhanças com as vivências de outras comunidades e tempo dessemelhante, há especificidades que precisam ser analisadas com suas particularidades das suas relações de alteridade, como a identidade de poder aqui exercido, as características sutis ou execrada dessa autoridade e as relações estabelecidas, seja do senhor com o escravo, seja do livre com o liberto, seja uma relação matrimonial e ou familiar.

Vale ressaltar que essas relações familiares que aqui serão analisadas e apresentas, não devem ser entendidas apenas como a instituição pregada e disseminada pela Igreja, na premissa judaico-cristã, nessa conjuntura tentaremos estabelecer uma tipologia de família, cujos membros são de origens e estatutos jurídicos diversos.

Apesar de Portugal já possuir experiência com africanos escravizados, em suas colônias anteriores como Ilha da Madeira, Açores, São Tomé e Príncipe, dentre outras, a situação aqui no Brasil desde o período colonial e se estendeu para o imperial, era diferente, pois a quantidade de escravos excedia o número de sujeitos brancos, na Bahia, o sistema escravocrata vigente, estabelecia peso crucial, e na tentativa de encontrar soluções para os mais diversos problemas advindos de condições variáveis, tanto de origem como de estrutura, se buscou impor novas soluções ao modelo de família d'além-mar. Relações ambíguas, conflituosas e consensuais que serão retomadas no segundo capítulo dessa pesquisa.

CAPITULO 2

2.1 ESTREITANDO OS LAÇOS- CASAMENTOS ENTRE ESCRAVOS, FORROS E LIVRES- PLURALIDADES DE FAMÍLIAS.

Nossa proposta nesse capítulo é compreender a composição e importância da família negra na sociedade do sertão baiano no século XIX, organização extremamente complexa. Não há um padrão geral, dito exemplar de organização familiar para escravos e egressos do

cativeiro, o que existe é uma variação de composição dessas famílias, logo é necessário ter um olhar aguçado e atento para as inúmeras formas de organização dessas uniões³⁴.

Nesta pesquisa, a organização familiar é pensada, sobretudo como um lócus, elementos que possibilitava um reconhecimento social e concomitantemente, assumindo essa perspectiva, outros aspectos não serão negligenciados, como proteção, afeto, ajuda mútua, ascensão social, dentre outros elementos. Sob este viés de análise, cabe argumentar sobre as perspectivas de vida que o casamento e constituição de família trariam ou trouxe para o escravo, para o livre pobre ou liberto. Mesmo que a família monogâmica seja uma estrutura de longa duração na sociedade cristã ocidental a formação de uniões matrimônias entre escravos, livres e libertos devem ser analisadas e entendidas em seus contextos e estruturas diversas, que eu me atrevo a chamar de famílias plurais.

Famílias capitaneadas pelo “Estado”³⁵, tanto no período colonial como imperial no Brasil, se tornaram protegidas e estimadas. Embora tenham existido as mais diversas formas de composição familiar, e mesmo sem cumprir os regimentos exigidos pela Igreja, a “união matrimonial” entre escravos e livres e libertos, galgava alguma benesse na sociedade. Mesmo nos espaços onde a administração pública formal não fosse alcançada, nem mesmo o poder paralelo da igreja enquanto instituição, as uniões entre as pessoas eram chancelas por alguém que exercia o poder local.

As diversas composições familiares como família patriarcal patenteada por Gilberto Freyre (1933), embora não seja o único a abordar esse tema, e nem difusor do mesmo, mas consegue destaque nas suas análises por se deter com mais afinco às relações conceituadas por ele mesmo como patriarcais. Esse conceito de patriarcalismo foi generalizado posteriormente por Antônio Cândido (1951). Na obra *Casa Grande & Senzala* (1933), Freyre pensou em uma sociedade em que a instituída família fosse explicada e definida pelos traços culturais, desde a culinária até o poder político, que culminaria na ampla colonização do universo cotidiano da América portuguesa nos trópicos.

Na abordagem de Freyre, não havia outros elementos que pudessem contribuir para a conformação da família na nascente sociedade do Brasil, que não fosse os moldes do

³⁴ As formas plurais de uniões sejam elas consensuais ou legitimadas entre livres, forros e escravos serão discutidos nesse texto, principalmente a partir das concepções de Eni de Mesquita Mesquita, Manolo Florentino/José Roberto Góes, Hebe Castro e Robert Slenes.

³⁵ Entende-se Estado nesse contexto como um poder local, ainda que não fosse o poder público formal.

patriarcalismo. Para o autor, assim era a formação da sociedade, assim ele descreve o papel da família.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. (FREYRE, 1933, p. 18).

A proposta de Freyre exposta aqui para família como centro da colonização brasileira e essa tem nitidamente a figura da liderança masculina, que era o pai, o chefe e o marido, liderança essa exercida sobre a casa, mulheres, filhos, escravos e agregados, onde a família tem a preponderância na organização social. É um conceito de família que abriga em seu seio todos os agregados, dessa forma, o chefe constitui-se como autoridade máxima em um núcleo também na economia.

Todavia, pouco se sabe sobre composição de famílias nas escravarias no Brasil, os estudos ainda são tímidos sobre essa abordagem, já houve um avanço, tem ganhado notoriedade, apesar de ter ocupado por muito tempo um espaço secundário e esporádico, sem muita relevância nos clássicos da historiografia brasileira, o crescimento paulatino dos estudos sobre o tema já pode ser considerado um avanço.

Desde Freyre, as análises sobre a conjuntura familiar entre negros livres, libertos ou escravos, despontam com visibilidade, porém com ambiguidade de sentido. Apontado o escravo como promíscuo e abonando-o acusando o sistema escravista de causador da promiscuidade. Aspectos que foram e são duramente criticados pelos últimos estudos, nos últimos 1950/60 anos, principalmente a conjuntura patriarcal apontada como modelo padrão para as escravarias do Brasil.

Falar de composição familiar em Freyre requer inúmeras ressalvas sobre a abordagem no que diz respeito às relações efetivas na escravaria dos engenhos do sertão da província de Pernambuco, cenário da pesquisa de Freyre. Se há uma vara para a depreciação das relações efetivas entre escravos, há um cajado para abonar e justificar a promiscuidade das relações efetivas execradas entre eles e apontadas por Freyre.

Se este foi sempre o ponto de vista da casa-grande, como responsabilizar-se a negra da senzala pela depravação precoce do menino nos tempos patriarcais? O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com a sua docilidade de

escrava abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo não: ordem. (FREYRE, 1933.p.372).

As descrições de Freyre sobre promiscuidade, animalidade dos escravos, a falta de freio aos instintos e a desbragada prostituição, a ponto de serem comparados com Sodoma e Gomorra pelo padre Manuel Fonseca, denotam falta de afeto e compromisso em uma relação afetiva, seria o ato sexual apenas para gerar filhos, como se acrescenta um rebanho, a precocidade no amor se deu de forma física, sem conhecer os caminhos do coração. No entanto a depravação era inerente ao sistema escravista, não existe escravidão sem prostituição, sem perversão sexual, a corrupção era da essência do sistema escravista, logo não se podem acusar os escravos de tais práticas, uma vez que esses indivíduos estavam imerso nesse sistema. Considerando o sistema escravista nocivo e corrupto, o negro é abonado e absolvido, é relegada ao escravo a condenação, não por ser negro, mas por está escravo do sistema de trabalho forçado.

Faria parafraseia a antropóloga Mariza Corrêa³⁶, citando seu artigo, no qual tece duras críticas à abordagem de Freyre, sobretudo pela ausência de detalhes da família escrava, e por apontar o sistema patriarcal como regra para a família negra do Brasil, já que outras formas de organização familiar existiam e não deveriam ser desconsideradas, no entanto o enfoque de Freyre, se restringe á Pernambuco e ao Recôncavo da Bahia, as críticas mais acentuadas são destinadas à Antônio Candido, já que ele teria sido o responsável por cristalizar este padrão de família para todo o território do Brasil, e desprezou outras formas de organização chegando a denominar de agrupamentos humanos “não grupos familiares”, posição esta, ainda mais ultrajada é suas ideias terem aceitabilidade no meio acadêmico de forma ampla e por muito tempo.

Outro aspecto plausível que pode abonar as análises, abordagens e conceitos elaborados por Freyre são as fontes usadas por ele, a produção do clássico *Casa grande & Senzala*, não usufruiu de fontes variadas, caracterizadas da história da família, mesmo sendo fontes encontradas em arquivos nacionais e estrangeiros, não deram conta de explicar ou pelo menos apontar os caminhos traçados por cativos na vivência de uniões, para além desse aspecto, Faria aponta outras situações que dificultam e inviabilizam ou inviabilizaram outras produções sobre o tema.

³⁶ Ver Maria Corrêa no artigo *Repensando a Família Patriarcal Brasileira* (1982).

A proliferação de trabalhos sobre família, em demografia histórica e na abordagem da economia doméstica, é considerável. Percebe-se, entretanto, uma centralização das pesquisas no sudeste e sul do país. Mais contemplados do que, por exemplo, a região nordestina, indiscutivelmente a principal área econômica do período colonial brasileiro. Mesmo considerando-se a rica região cafeeira e escravista do século XIX, o Vale do Paraíba, pouco se escreveu sobre ela com metodologia e fontes características da história da família e da demografia histórica. Esta ausência dificulta, [...] na medida em que não existem referenciais mais abrangentes, [...] A razão não está só na ausência dos documentos, como muitos sugerem. A explicação pode ser encontrada na história mais recente, em que grandes centros atuais, como São Paulo, tiveram a possibilidade financeira de guardar e organizar sua memória em arquivos centrais, facilitando o trabalho de pesquisa, além de contarem com unidades acadêmicas de peso que viabilizam trabalhos. (FARIA, 1997, p.256).

Essa tendência da historiografia em usar documentação seriada e novos métodos está mais inclinada para os estudos do escravo enquanto sujeito histórico e protagonista ante o escravo passivo, e o tema mais abordado permeiam questões de parentesco e famílias de escravo³⁷.

A demografia histórica enquanto método de pesquisa constitui um campo de investigação consolidado, tanto a demografia histórica, quanto a história da família, porém o uso daquela para a produção de pesquisas sobre a família tem auxiliado bastante para consolidar saberes, ainda que não seja como fonte central, o seu uso tem se revelado uma peça de engrenagem para formar e explicar quadros mais abrangentes. Vale ressaltar que mesmo com a utilização de fontes seriadas e quantitativas, os resultados ainda não são satisfatórios, logo se percebe a necessidade de busca em fontes qualitativas para que se possa aferir a relevância da atuação da família escrava no Brasil.(MATTOSO, 1992).

Esses novos olhares sobre a produção de pesquisas no âmbito da família no Brasil deve-se aos exemplos de seriação e quantificação da Europa, mas precisamente o francês e o inglês- o chamado Grupo de Cambrige. O pioneirismo deste método é atribuído ao demógrafo

³⁷ Fragoso, João & Florentino, Manolo. “Marcelino, Filho de Inocência Crioula, Neto de Joana Cabinda: Um Estudo sobre as famílias Escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)”. Em: Revista de Estudos Econômicos, 17 (2). São Paulo: IPE-USP, 1987; “Purgando o Pecado Original: Compadrio e Batismo de Escravos na Bahia no Século XVIII”. Em: João José Reis. Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988; Kjerfve, Tânia MariaG.; Brugger, Silvia Maria. “Compadrio: Relação Social e Libertação Espiritual em Sociedades Escravistas (Campos, 1754-1766).” Em: Estudos Afro- Asiáticos, nº 20. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, 1991; José Roberto. O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993;Faria, Sheila S. de Castro. “Escravidão e Relações Familiares no Rio de Janeiro-Período Colonial”. Em estudos da Escravidão, nº2. Niterói: Cadernos do ICHF, Nº 23, UFF, 1990.

Louis Henry e o historiador Michel Fleury. Método “Reconstituição de Famílias” criado em 1950³⁸.

Na década de 1950 surgem trabalhos mais sistemáticos sobre família, porém só 20 anos depois é que ela se constitui em uma área específica da pesquisa da historiografia. Os estudos sobre família anteriores a essa data, destoam do que os historiadores chamam de “produção moderna”, pautada na utilização de diversas fontes. Talvez seja essa inexistência de fontes variadas e métodos inovadores como cruzamento de fontes e listagem nominativa que tenham faltado na pesquisa de Freyre, sobretudo na elaboração do conceito de patriarcalismo.

As novas abordagens sobre família principalmente a partir da década de 1950 no Brasil contestam intensamente o patriarcado de Freyre, alegando que o mesmo não condiz com as experiências familiares paulista cafeeira, não há possibilidade de restringir à conformação de família na extensão territorial que o Brasil tem, na sua abundante e variada sociedade com produções agrárias diversificadas se fecharem no mundo estático do engenho do sertão de Pernambuco (FARIA, 1997). Inúmeras composições familiares existiram, no entanto foram negligenciadas em detrimento ao modelo patriarcal, eis aí a grande crítica. O modelo patriarcal existiu sim, porém o agente colonizador no engenho foi atribuído à família patriarcal que englobava a família escrava, configurando nesse sentido como a unidade produtiva.

Até a primeira metade do século XIX, havia uma lacuna considerável no bojo de pesquisas embasadas em fontes seriadas para Pernambuco e Bahia sobre famílias cativas³⁹, ainda há, mas já se produziu trabalhos de regiões específicas, porém há pesquisas relevantes para a cidade de São Paulo, Rio de Janeiro e algumas paróquias de Minas Gerais, pautada em fontes seriadas, quantitativas e qualitativas⁴⁰ e suas análises para estes espaços destoam das produções que constituem a família patriarcal. Os estudos destes espaços revelaram que o comportamento familiar escravista no Brasil se deu pela bastardia tanto na colônia quanto no império e significativas porções familiares foram chefiadas por mulheres (FARIA, 1997, p.255).

³⁸ Esse tipo de análise e abordagem pode ser visto em FARIA, 1997.

³⁹ As pesquisas sobre Bahia e Pernambuco no que tange a constituição de famílias até agora levados a cabo, não se configuram como trabalhos mais abrangentes. O peso maior recai em trabalhos de cunho regional.

⁴⁰ Ver Florentino/Góes, 1997, SLENES, 2011

Outra vertente de estudos foi a família clânica, Oliveira Vianna utilizou essa noção de clã parental para abordar a família senhorial, que compreendia, além do tronco familiar e da parentela, os agregados, numa rede complexa de parentesco e lealdade. O padrão nuclear⁴¹ (pai, mãe e filhos) existiu, mas não se execrava como regra para a família escrava. Apesar de percurso e estrutura familiar escrava correr em contra mão do prescrito, já é uma premissa, haja vista que os últimos estudos mostram não ter sido tão escassa a vivência familiar entre escravos como se supunha. , ou pelo menos como foi evidenciado em estudos tradicionais até as décadas de 70.

Para melhor compreender as experiências familiares vividas por indivíduos com estatutos jurídicos diferenciados, submetidos ou não ao regime escravista, há de se considerar uma conjuntura múltipla de uma sociedade, enfatizando sua ideologia política, econômica e social, no qual se amplia relações afetivas dos sujeitos de forma ambígua. Para além dos impulsos efetivos, as relações entre escravos, libertos e livres se davam também com o intento de burlar as dificuldades árduas da vida e as arbitrarias impostas pelo sistema escravista.

Neste capítulo busco analisar as produções historiográficas mais relevantes que debruçam sobre casamento entre escravos, livres e libertos, as pluralidades de famílias e assinalar o que foi dito e o que pode se dizer sobre famílias negras no sertão da Chapada Diamantina no século XIX, a formação de família entre escravos, o matrimônio estabelecido pela igreja, assim como compreender através de análise bibliográfica e fontes documentais, como carta de alforria, processo-crime, fontes eclesiásticas como batismo, casamento e óbito, o caminho percorrido pelos cativos, livres e libertos pobres, para conseguirem bens e prestígio. Haja vista que as condições estabelecidas dentro da escravaria não possibilitavam ascensão nem oferecia nenhum conforto para os cativos e nem para os libertos, já que esses indivíduos estavam sujeitos praticamente às restrições sociais impostas aos escravos, sentencia Paiva, 2001.

Nesse prisma, Sidney Chalhoub sinaliza as condições que eram postas aos libertos e seus descendentes, esses foram interpretados e entendidos pelo poder público, como desocupados e vadios, alargando o rol de marginais.

⁴¹“pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”. (Capistrano de Abreu)

As restrições constitucionais aos direitos políticos dos libertos, a interdição dos senhores à alfabetização de escravos e o acesso diminuto de libertos e negros livres em geral à instrução primária, o costume de conceder liberdades sob condição, a possibilidade de revogação de alforrias, as práticas de escravização ilegal de pessoas livres de cor, a conduta da polícia nas cidades de prender negros livres sob a alegação de suspeição de que fossem escravos fugidos. (CHALHOUB, 2010,P.34).

O legado deixado por essas prerrogativas nos estimulam a pensar sobre essas vivências e o papel do Estado nesse emaranhado como órgão produtor de desigualdade e mantenedor de opressão aos egressos do cativo.

2.2 Conceito de Casamento e Família

Faz-se necessário, estabelecer uma ressalva sobre o conceito de família ao longo do tempo. Segundo Faria (1997) é destinado a este termo, no vocabulário, dito erudito ocidental, um trinômio- pai, mãe e filhos com consentimento de coabitação, com ênfase restrita a relações biológicas, parentais. Ainda segundo Faria, o conceito de família no ocidente se pauta no espaço doméstico, no qual residem parentes criados e agregados, assim sendo, família conglomerava todos que eram “gente de casa”, mas se constata também mesmo sendo em espaços e tempos paralelos, uma composição diversificada dessas famílias, desse modo, a forma mais aceitável seria a pluralização do termo, a fim de abarcar todas as composições familiares ou pelo menos apontar os casos específicos, ainda que fosse apenas para a historiografia das famílias do ocidente.

Pouco se tem escrito sobre famílias da Antiguidade ou Idade Média, os estudos sobre família ganhou espaço, sobretudo nas sociedades ditas cristãs modernas e contemporâneas como França e Inglaterra, a partir do século XVI. Segundo Faria (1997) no período moderno prevaleceram os intentos da Igreja, já que a partir da Contrarreforma os dogmas, regras e acordos foram fomentados, embora já existentes no IV Concílio de Latrão e ratificados e ampliados no Concílio de Trento⁴², tudo isso para se firmar enquanto instituição creditada, já que a Igreja Reformada se mostrava como ameaça. Vale ressaltar que nesse período a Igreja Católica buscara maior aproximação com as pessoas, uma preocupação insistente nas relações familiares e com a padronização de documentos

⁴² Concílio realizado na cidade de Trento, Itália. Foi convocado pelo papa Paulo III. Seu início data de dezembro de 1545 e seu término, oito anos depois, de 1563. É considerado o concílio mais longo da história da Igreja. Seu principal objetivo era dar respostas imediatas aos avanços que o protestantismo que vinha tendo na época. Buscava-se resolver, principalmente, questões referentes às disciplinas e dogmas católicos não definidos em concílios anteriores, bem como ratificar outros tantos outrora definidos, como o sacramento matrimonial, por exemplo, presente já no século XIII durante o IV Concílio de Latrão.

que regulamentasse a vida das pessoas de forma legal, a junção da igreja e Estado aspiravam interesses convergentes.

O Estado em administrar a população e a Igreja em atrair pessoas que buscavam na religião orientação para a vida e proteção divina.

A Igreja Católica atrelada ao Estado Moderno passou a produzir uma vasta documentação para fins diversos, para cobranças de impostos, controle e manutenção da sociedade como militarismo, fins fiscais, registros de matrimônios, nascimentos, óbitos entre outras funções, e essa produção passou a ser usada em larga escala para as produções de pesquisas.

No Brasil, as produções historiográficas sobre família nos moldes ocidental como ramo específico do campo de investigação, começam a aparecer na década de 1950, e ganha espaço nas décadas seguintes, embora desde os estudos de Oliveira Viana em 1920 que utilizou a noção de clã parental pela tradição de dominação patriarcal-pessoal, para discorrer sobre famílias elitizadas, no livro *Populações meridionais do Brasil. Populações rurais do Centro-sul*, mas foi Freyre o grande idealizador da definição da “família Patriarcal” em seu clássico já citado *Casa Grande & Senzala*, 1933, que viralizou por Antônio Candido e predominou durante décadas a noção de família patriarcal na historiografia brasileira. Tanto Vianna quanto Freyre podem ser considerado os primeiros ensaístas do ramo das pesquisas sobre famílias no Brasil, afirma Faria (1997).

O método de conceituar termos, para que se tenha a noção equivalente de definição dos vocábulos, não é recomendável usar para tal a definição de família, pois desde Freyre (1933), a família apresentada e conceituada na sua clássica obra, *Casa Grande & Senzala*, para a sociedade brasileira, não corresponde com os diversos estudos elaborados com mais afinco, utilizando outros métodos desde a década de 70 sobre família escrava. Sheila de Castro Faria (1997) sugere que a análise não descarte a possibilidade de perceber as diversidades dessa composição, pois em vão se busca um conceito que abranja essas pluralizações.

No que diz respeito às pesquisas sobre família escrava no Brasil do século XIX, muito se investigou⁴³, sobretudo da região sudeste. Na Bahia, o trabalho mais completo é o da professora Isabel Cristina Reis (2007) que aborda a experiência de vida familiar negra no contexto escravista de Muritiba, Recôncavo da Bahia do século XIX, atrelado às mudanças sociais, econômicas e políticas do período e os desdobramentos dessas rupturas na vida dos negros submetidos ou não ao regime escravista. O trabalho da referida professora é sistemático e focaliza o tema família de forma concentrada.

No entanto as pesquisas sobre família na Chapada Diamantina no período escravocrata ainda são tímidos, as pesquisas que se debruçam sobre a constituição e arregimentação da formação das famílias e experiências de convívio familiar concentrada, de forma mais específica ainda carece de investigações.

Se sobre casamentos e vida familiar de escravos, as pesquisas deixam a desejar, que dirá da ascensão social e estratégias das referida famílias, e a carência das pesquisas não se dão pela inexistência de fontes, pois ao considerar o censo de 1872, se percebe que os dados colocam a Província da Bahia com os maiores números no que se refere á escravos e escravas casadas, no entanto até o presente momento, as investigações historiográficas sobre casamentos na Bahia, ainda carecem de pesquisas, talvez a problemática esteja atrelada à falta de interesse de historiadores em buscar essas fontes e catalogá-las.

O censo de 1872 apurou 10.112.000, habitantes para todo o Brasil. Já a Bahia, segunda província quanto à população do Império, tinha 1.379.616 indivíduos: 1.211.792 livres (630.353 homens e 581.438 mulheres) e 167.824 cativos (89.094 homens e 78.730 mulheres). Em relação ao estado matrimonial destes indivíduos, verificou-se que entre os livres foram encontrados 839.029 solteiros (440.556 homens e 398.473 mulheres), 312.087 casados (160.204 homens e 151.883 mulheres) e 60.676 viúvos (29.593 homens e 31.083 mulheres). Já entre os 167.824 escravizados, 133.402 eram solteiros (69.991 homens e 63.411 mulheres), 26.758 casados (15.028 homens e 11.730 mulheres) e 7.664 viúvos (4.075 homens e 3.589 mulheres. Ou seja, a Bahia possuía cerca de 20,5% de cativos casados e viúvos, o maior percentual de uniões matrimoniais legitimadas entre cativos de todas as províncias do Império. (REIS, P.88/72007).

2.3 Famílias Negras

⁴³ Esses temas são abordados de forma sistemática e coesa por Hebe de Castro, Robert Slenes, Manolo Florentino/Roberto Góes.

É contundente, retomar, enfim às implicações sobre as diversas definições que se pode elencar para família negra do Brasil. Katia Mattoso enfatiza que família, sobretudo família negra são geridas por mulheres, as crianças eram submetidas à tutela da mãe, da avó ou da madrinha, ainda que seja sem a obrigatoriedade da lei. (MATOSSO,1992, P.156).

Faria, concorda com as ideias de Mattoso, ambas conjecturam a família com uma tipologia similar, a família negra do Brasil teria se caracterizado pela bastardia, pelo abandono do homem.

O grande número de fogos chefiados por mulheres, a presença do concubinato, a ilegitimidade expressiva e as crianças abandonadas, situações estas encontradas também em outras regiões da América espanhola, possibilitaram considerações como a do comportamento patológico ou anormal das famílias latino-americanas do passado, numa clara oposição ao que seria a normalidade do modelo europeu. (FARIA,1997,P.255).

Samara (1988) corrobora essa discussão e amplia informações sobre família negra e as possibilidades de existência no sistema escravista na cidade de São Paulo no século XIX. Mulheres solteiras com prole ilegítima sendo chefes de famílias foram casos comuns, as mães escravas solteiras, têm peso significativo.

Mulheres solteiras com prole ilegítima encabeçando famílias são bastante comuns no passado brasileiro, o que significa equivalência de padrões para a população livre e escrava. Em São Paulo onde essa questão foi bastante estudada, a presença maciça de mulheres na população da cidade- mulheres sós de maridos ausentes- era parte integrante da vida na vila desde o século XVII. (SAMARA, 1988, p. 37).

Dentre essas formas plurais de uniões, sendo consensual ou legitimada existente entre a população escrava, indivíduos de estatutos jurídicos diversos ampliaram assim a família escrava consanguínea e biológica para família negra, por conta das dificuldades, o interesse é se ajudarem, é dividir as cargas e obrigações imposta pelo sistema escravista. As vivências e considerações comunitárias são alargadas para amenizar a labuta árdua diária, os períodos de escassez de sustento alimentar e sobrevivência, assim sendo, a amplitude e sociabilidade da família consanguínea se torna família negra, o que gera outra definição para família nesse contexto. Foi pensando nessas relações e experiências familiares que se buscou através de cruzamentos de fontes tecer sempre que possível pequenas histórias e biografias de negros escravizados, livres e libertos que conseguiram ascensão na Vila de Nossa Senhora da Graça em Morro do Chapéu no século XIX.

Nessas relações, se percebe elementos que possivelmente nos dê subsídio para discorrermos a estrutura da sociedade, considerando as relações, entre senhor e escravo, livre e liberto, e essa análise na categoria da Micro-História nos incita a outros questionamentos como creditar a existência da família escrava no contexto da escravidão, além das indagações sobre que tipo de fontes nos daria essas informações para estudos a respeito do assunto, como se organizou essa família durante o ciclo de vida no sistema e quais as possibilidades de manutenção dessas uniões sacramentadas pela igreja ou não? Esses questionamentos não seriam respondidos, ainda que de forma parcial, sem a redução de escala não seria possível perceber.

Não há elementos novos na composição de famílias negras ou uma definição diferente da família de brancos ricos, o que existia eram entraves e complexidades dados ao sistema escravista para a existência da mesma. Uma vez que a igreja garantia ao escravo o direito de se casar e usufruir de uma vida conjugal normal. A Igreja aconselhava aos senhores donos de escravos a incentivar o casamento entre os escravos e evitar nas partilhas de heranças a separação das famílias constituídas. Samara (1988) parafraseia o padre Benci que orientava os senhores a instruir seus escravos nos sagrados ensinamentos da igreja.

Mas não é este o único Sacramento, que os senhores impedem aos escravos; pois também lhes atalham o Santo Matrimônio. E o estado do Matrimônio tão livre ainda aos cativos, que não há poder na terra (diz o doutíssimo Padre Sanchez) que lho possa impedir. E suposto que pelo Direito Imperial aos livres somente seja permitido contrair matrimônio; o Direito Canônico revogando nesta parte a disposição da lei civil, como contraria ao direito divino e natural, que concede aos homens a multiplicação de sua espécie, declara que aos servos não se deve impedir o matrimônio, e que fica válido, ainda fazendo-se contra a vontade dos senhores. Pois o que não podem proibir os Imperadores, poderão proibi-lo os senhores do Brasil. (SAMARA 1988, apud BENCI 1977).

Alguns senhores cumpriam com rigor os conselhos eclesiásticos. Agassiz ao visitar o Brasil no período de 1885-1886, descrevera uma cerimônia religiosa de casamento entre negros, sendo os noivos libertos. Agassiz observara que no ritual do casamento o senhor presenteou a noiva, sua antiga escrava com um terreno pequeno como dote. Porém essa prática não era homogênea entre os senhores nem tão pouco costumeira. Havia temor em muitos senhores em permitir o casamento dos seus cativos, pois poderia atrapalhar os negócios, como a venda dos escravos.

[...] os casamentos legítimos entre os escravos não são tolerados entre os senhores, dado que não poderiam ser desfeitos mais tarde e assim prejudicariam a venda em separado Saint-Hilaire mostra ainda que em 1838, no distrito de Curitiba, a proporção de homens casados entre os escravos era de 0,40 para 1, no total da população, e apenas 0,29 no distrito de Itú. Segundo o viajante essa diferença se devia ao fato de que são poucos os escravos que têm permissão para casar, e também que a promiscuidade é diretamente relacionada com o número de escravos (SAMARA. 1988, P.35).

Segundo Oliveira (1988) as uniões matrimônias do século XIX em Salvador, se estabeleciam como acordos de ajuda mútua em tempos de crise, sobretudo para os escravos, libertos e livres que adoeciam e ou ficavam impossibilitados de trabalhar, por diversos motivos, para os indivíduos que não estabeleciam relações efetivas familiar, sendo ela consensual ou legitimada, a vida se tornava bem mais difícil, haja vista que as benesses para pessoas dessa estirpe eram precárias e por vezes inexistentes.

2.4 O Papel da Igreja no Matrimônio

Tanto no período Colonial quanto no período Imperial, o matrimônio, sua celebração, os impedimentos, as dispensas, o divórcio e a nulidade estiveram sob os cuidados da Igreja Católica e o Direito civil era responsável basicamente pela declaração do regime de bens.

O casamento religioso era o único válido para efeitos oficiais e competia a Igreja sua realização. Motivo pelo qual, as fontes que a mim foram disponibilizadas, para essa pesquisa, só passaram a existir, em Morro do Chapéu, depois da elevação do Arraial da Gameleira à freguesia, administração eclesiástica, pois essa era responsável por gerir além de registros ligados à casamento, registro de batizados e registro de óbito. Documentos que antes da instituição da freguesia de Morro do Chapéu, só eram encontrados na freguesia de Santo Antônio de Jesus, o que dificultava bastante os registros dos cativos de Morro do Chapéu, pela distância.

A historiografia da constituição de família no Brasil, que se referem aos acontecimentos e construções do período colonial é controversa, se considerarmos casais com filhos e vida familiar durante o regime escravista tanto no Brasil colônia quanto Império, como famílias estabelecidas dentro das normas impostas pela Igreja, teremos um número reduzido de experiência familiar, bem menos do que o que realmente aconteceu, pois inúmeras uniões a Igreja não validou, fosse pela ausência de um vigário para atender a demanda, ou por

questões sociais e exigências feitas pela Igreja como as comprovações necessárias para o matrimônio, a qualidade das testemunhas, as penitências⁴⁴ e ou até mesmo os custos do casamento.

Eliana Goldschmidt diz que:

O procedimento eclesiástico em defesa do verdadeiro matrimônio, podendo implicar não só os autos do casamento, mas também os de justificação, impedimento e dispensa, trazia aos contraentes gastos consideráveis, levando-se em conta a população em questão...os homens viviam a seu alvedrio, e dissolutos. As mulheres não conseguiam vencer as dificuldades dos papéis e o resultado era que elas ficavam solteiras as milhares. Especialmente quanto àqueles que vinham do reino, o morgado de Mateus afirmou, em 1768, que os entraves eclesiais eram tantos que um homem principalmente sendo pobre, necessitaria de um dote tal que sustentasse o desejo de casar tão firme a ponto de vencer esses obstáculos. Caso contrário acabaria por viver emancebado e destes ilícitos tratos nunca se seguia sua propagação, ou estabelecimento.(GOLDSCHIMIDT, 2004, p.88).

A Igreja usava o matrimônio como forma de domesticar os impulsos sexuais dos colonos e escravos, afirma Luiz Mott (1992), porém predominava as uniões consensuais, pois tinha certa aceitabilidade entre as pessoas mais simples da sociedade, já que a união legitimada nem sempre estava ao alcance dos menos afortunados.

Segundo Kátia Mattoso, ao longo dos anos, o Brasil herdara de Portugal sua vigência legal, imbuídos de diversas normas, codificadas, pois essa também era uma preocupação do Estado Português, formalizar leis para seus domínios, porém só no período de (1598-1621), durante a União Ibérica, o rei Felipe II, estabeleceu as Ordenanças Filipinas, e essas deixaram claro um código de base legal e duradouro para o Brasil que regeria inclusive a vida matrimonial, união oficializada pela Igreja tanto de escravos quanto de livres e libertos. A deliberação da família portuguesa ou brasileira estabeleceu como nuclear, formada por um casal, pai e mãe, e seus filhos. A parte civil das Ordenanças Filipinas só foi revisto no Brasil em 1917 (MATTOSO, 1992, p.130).

Apesar da Igreja não registrar a união de muitos cativos, forros, e livres, o relacionamento de Jacob e Domingas, personagens da pesquisa da professora Ferreira dos Reis, que apresentarei logo adiante, nos evidencia que os baixos números de uniões matrimoniais na Igreja, não legitimam um baixo nível de experiência familiar entre aqueles que estiveram contidos no regime de escravidão.

⁴⁴ Ver essa discussão em Eliana Rea Goldschmidt

Reis F. (2007) em sua tese corrobora nossa notificação da Igreja não registrar a união de muitos cativos, o cenário da pesquisa da professora é Muritiba, termo da cidade de Cachoeira, no recôncavo baiano, onde a população formada por africanos, por pretos nascidos no Brasil, e “pardos”, “mulatos” e “cabras” de estados jurídicos dos mais diversos, como alforriados, ingênuos, e cativos.

Este episódio é curioso por que contradiz os dados apresentados pela Igreja, sobre uma união consensual estável bastante duradoura, dezesseis anos, envolvendo sujeitos de estado jurídico diferente, sendo Jacob um africano nagô tinha um pouco mais de 40 anos de idade, vivia na fazenda no labor da agricultura em companhia de seu senhor, o capitão Carlos Pereira da Motta, o qual pertencia e Domingas uma liberta que possuía uma pequena casa com mais de dois cômodos, mercadejava melancias, bananas, fumo, toucinho, aipim e feijão, todos esses produtos encontrados no interior da sua casa. Domingas trabalhava como ganhadeira, realizava um pequeno negócio, com o acurado desse comércio ela conseguiu armazenar a quantia de mil e seiscentos réis, dinheiro com o qual tinha prometido comprar a liberdade do seu parceiro, Jacob, que por má sorte, acaba por assassinar Domingas, por essa ter recusado cumprir ou retardar a promessa de adquirir sua alforria, tendo em vista que a ocupação de Jacob, na lavoura não lhe renderia recurso suficiente para alforriar-se.

Embora o episódio supracitado desfecha-se com um fim trágico, o que nos inquieta aqui é o vínculo que Domingas estabeleceu com Jacob, com a finalidade de adquirir a liberdade do seu parceiro. A união do casal só foi revelada em processos crimes, assim como seus bens, suas ocupações, onde os depoentes no desenrolar do processo narraram o cotidiano do casal, assim como seus segredos, além de elencarem os bens de Domingas, o que foi confirmado com a investigação dos peritos.

Assim como esse fato de união passa despercebida nos registros paroquiais, inúmeros casos como um dos mencionados por Sidney Chalhoub no livro *Visões da Liberdade*, onde uma cativa por nome Dioclécia e um liberto chamado Agostinho, também tiveram união estável consensual, e este se esforçava para facilitar a vida da cativa das mais diversas formas, caso que também só veio ser registrado nos processos crimes, arrolado no Rio de Janeiro. De igual modo a Igreja só atestou a união e por muito tempo consensual

de Andreza e José Gomes de Araújo, quando este já se encontrava na eminência da morte, porém havia passado bons anos de sua vida ao lado da sua ex-escrava, constituindo família.

Nessa conjuntura constitucional os regimes matrimoniais, estabelecidos que vigoraram todo século XIX foram: comunhão legal, regime de dote, e separação de bens. Em todos os países que copilaram as leis romanas, o casamento com comunhão de bens, se tornara universal, a comunhão que impusera os bens da família sob a gerência do marido, só era permitida se o casamento tivesse sido celebrado sob os cuidados da Igreja e se nenhum dos cônjuges estivesse na condição de cativo, vale lembrar que os bens pertenciam de comum acordo a ambos, porém era o marido quem os administrava.

Não obstante, o concubinato ser uma prática comum nessa sociedade, a legislação não lhes assegurava direito algum, pois a prática da coabitação foi colocada pela Igreja como uma incoerência, contrária aos princípios morais e religiosos, desde 1545, no Concílio de Trento⁴⁵. Os direitos no concubinato só eram assegurados por lei, quando houvesse um pedido em uma cláusula específica para tal fim, ou antes, ou depois do casamento. Apesar de tal ato ser considerado um mal fazer, ninguém se preocupava em escondê-lo, pois em muitos casos, houve petição para que a concubina fosse assegurada e assistida de forma legal, assegura Mattoso.

No referido regime matrimonial, os riscos eram altíssimos, pois a riqueza e pobreza oscilavam paralelamente, as abastanças se faziam e se desfaziam em uma mesma geração, motivo pelo qual, havia uma precaução no trato dos bens, haja vista que a economia era muito especulativa. O que nos faz pensar na criação de outras formas de contrair matrimônios quando se refere aos bens.

O que se configurava como dote, eram os bens que a noiva levava ou os prometidos pelo noivo em ato cartorial, os bens que ela adquiria também depois do casamento em herança, legado ou doação eram instituídos como dotes. Já os matrimônios com separação de bens, se davam por diversos motivos:

⁴⁵ O Concílio de Trento foi o décimo nono conselho ecumênico reconhecido pela Igreja Católica Romana. Foi convocado pelo papa Paulo III, em 1542, e durou entre 1545 e 1563. Teve este nome, pois foi realizado na cidade de Trento, região norte da Itália.

Quando havia opção explícita por este regime; quando os cônjuges os futuros cônjuges declaravam não querer contrair matrimônio segundo o “costume do reino”; quando no contrato, havia uma cláusula incompatível com o regime de comunhão (exemplo: a comunhão reduzia-se explicitamente os bens adquiridos, ou os cônjuges se declaravam solidários nas dívidas porventura contraídas no futuro, ou se previa a reversão da fortuna às respectivas famílias em caso de morte sem descendência): finalmente, quando o marido concedia, à mulher, um dote, oferecendo-lhes bens (ou seu usufruto) sob a forma de rendas ou sob qualquer outra denominação. O dote que o marido dava a sua mulher era uma espécie de seguro sobre o dote que ele recebia dos pais de sua mulher. (MATTOSOS,1992. p131-132).

Em uma sociedade marcada por uma hierarquia travada, que dificultava qualquer meio de acumulação de riqueza, e até mesmo a aquisição de bens básicos para a sobrevivência, o matrimônio fosse ele legal ou consensual se mostrava viável para estreitar laços de solidariedade, pois criava-se vínculos profundos entre os parceiros, mesmo com aqueles de estado jurídico subjugados, pois o objetivo era de ajuda mútua. A solidariedade era um traço marcante na sociedade baiana no século XIX.

Dentro desse bojo de pesquisa, menciono a pesquisa de Maria Inês Côrtes de Oliveira, que nos presenteia com informações precisas sobre a vida conjugal dos escravos africanos na Bahia do final do século XVIII e início do XIX, através de análises em testamentos deixados por mulheres e homens libertos, onde esses se dão em casamentos a autora observara a capacidade de formação de grupos familiares e de parentescos extensos que me atrevo a chamar de família exógena desses sujeitos, aspecto que pretendo discutir ao longo da pesquisa. Já Stuart Schwartz, em sua obra Segredos Internos dedica uma pequena parte da sua produção a famílias escrava, analisando as estruturas das suas residências, as formas de compadrio e as relações simbólicas de parentescos no Recôncavo da Bahia no período Colonial.

Goldschmidt, 2004, recorre aos arquivos eclesiásticos de São Paulo para investigar de que forma os princípios de liberdade matrimonial no período colonial se consolidavam com as regras instituídas pela escravidão, como os senhores de escravos tinham a garantia de que não iriam perder seus escravos, reduzidos à condição de bem material, peça, propriedade móvel, depois do matrimônio, já que em teoria o escravo gozava do privilégio de escolher seu cônjuge, mesmo sendo este de condição jurídica diferente. As respostas dos questionamentos de Goldschmidt foram adquiridas nas *dispensas matrimoniais e*

casamentos, autos da Justiça da Igreja para adestrar os contraentes ao sacramento do matrimônio, pois a Igreja interessada na valorização do casamento como sacramento de origem e ordenança divina e de domínio eclesiástico, incutiu no pensamento das pessoas a necessidade e fidelidade para com o matrimônio, já que era uma creditada somente à igreja.

Já Kátia Lorena Novais de Almeida tem a inquietação de pesquisar as formas utilizadas pelos escravos a fim de conseguirem a libertação do cativo, apesar de não apresentar cotidiano de personagens específicos, sua pesquisa permeia os aspectos essenciais da vida em cativo, balizando as atuações dos escravos e libertos na pecuária, na mineração, nas atividades artesanais e domésticas em Rio de Contas na Bahia no século XVIII. O terceiro ponto do segundo parágrafo do seu livro *Escravos e Libertos nas minas de Rio de Contas*, 2018, é destinado a descrever os laços familiares entre os cativos do sertão.

A análise empreendida por Almeida, utilizando apenas inventários, evidencia que os laços também se constituíam ora consensual, ora legitimado, as fontes fragmentadas não lhes oportunizaram precisão nesses aspectos, pois os inventários (seus produtores), não priorizam os registros de casamento ou união estável, pelo fato de não lhes parecer um dado importante para o avaliador, mas, ainda assim, esse documento se mostrando rudimentar para pesquisa sobre família, é válido utilizá-lo.

Percebe-se que ao longo desse balanço historiográfico sobre famílias negras os pesquisadores chegaram à conclusão de que os laços familiares se pautavam sobretudo na solidariedade e ajuda mútua principalmente em tempos de crises dentro do cativo, Manolo Florentino e José Goés (1997) especificam família escrava de núcleos primário abrangendo marido/mulher, pais/filhos como estrutural para o bom funcionamento e paz nas escravarias. Ainda para Florentino/Goés os registros de batismos dos escravos em muitos casos no lócus da sua pesquisa, São Paulo, relatavam os limites verticais máximos da família escrava, iam dos avós até os netos, englobando um conjunto de três gerações ligadas por laços consanguíneos. Já no lócus da minha pesquisa, só percebi esses laços de avós até netos devido ao cruzamento das fontes. O batismo enquanto “redenção”, segundo o autor, inúmeras vezes se mostrava como rede de proteção e aumento de laços familiares.

Se o sentimento de ser membro de uma família se estendia aos padrinhos, como acreditamos, é possível acrescentar à rede de escravos aparentados os laços criados pelo batismo cristão. De fato, o compadrio é uma relação parental de

base espiritual, mas nem por isso menos importante do que aqueles de outros tipos, como as de base consanguínea ou o parentesco por meio de alianças matrimoniais, por exemplo, sobretudo no âmbito de uma sociedade em que o cristianismo a tudo plasma. O mesmo vocábulo designava o pai espiritual e guia nos mistérios de Deus e o eventual protetor no mundo cá de baixo, do cativo. O sacramento do batismo foi uma oportunidade aproveitada pelos cativos para tecer laços de proteção e ajuda mútuas. (FLORENTINO/GÓES, 2007, p. 91-2).

Hebe Matos acrescenta que a autonomia muitas vezes dos cativos dependiam das relações e laços efetivos que o escravo constituía dentro da escravaria, os matrimônios chegavam a funcionar como uma premissa de incentivo e disputa para granjear liberdade para se gerir, e dispor de recursos para um maior conforto como casa, dias de folga, roçado dentro das próprias senzalas.

Apesar da credibilidade por parte dos historiadores sobre o organismo de famílias dentro do cativo, houve um tempo em que esse dado era considerado inviável, acreditava-se que só existia como exceções e a predominância nos cativos era a anomalia, ou seja, espaço sem regras, leis ou organização social. Graças a abundância de pesquisas nessa área, poucos são os pesquisadores que ainda duvidam desse dado.

A refutação de Robert W. Slenes à expressão de Charles Ribeyrolles- que afirmou nas senzalas nunca se ter visto uma flor, entre os cativos não há recordação ou esperança, se dá de forma contundente, muito bem elaborada. Doravante a pesquisa de Slenes sobre formação de famílias e casamento, sejam eles consensual ou legitimado dentro das senzalas entre os cativos, se tornou clássica, justamente por refutar as afirmações dos viajantes europeus que por estarem coesos com as teorias⁴⁶ e preceito morais do século XIX.

É válido mencionar que os viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil, não obstante, eram do norte da Europa, mais precisamente da França e Suíça; os países germânicos e Inglaterra. Charles Ribeyrolles, contemporâneo da escravidão no Brasil, era francês e ele, junto com outros viajantes europeus criaram a imagem de devassidão, promiscuidades e patologia social dos laços matrimoniais e laços efetivos dos escravos, evidenciando que havia um enfraquecimento de padrões morais entre os escravos, haja

⁴⁶ As teorias racista foram apresentadas por Gustave Le Bon e o zoólogo Georges Vacher de La Pougès... este caracterizou o Brasil como “um vasto estado negro no caminho de volta à barbárie” Ver Nilo Odália em As formas do mesmo, ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna.

vista que o censo de 1872⁴⁷, mostrava indícios baixíssimos de união legitimadas entre os cativos, realizada pela Igreja Católica.

A visão de Ribeyrolles, assim como a de Louis Coutry dentre outros viajantes europeus que descreveram as famílias negras do Brasil, partia de pressupostos de moral e bons costumes dos bem nascidos dos seus países. Desde o início do século XVI até meados do XVIII, a reprodução humana nos referidos países europeus, raramente se dava fora do matrimônio sacramentado pela Igreja, ora, a taxa de ilegitimidade, filhos nascidos fora da união matrimonial religiosa era praticamente invisível, não chegando a 10%- cifra irrelevante se comparada com as taxas de filhos ilegítimos dos países Ibéricos. A ilegitimidade vista e distorcida pelos europeus, colocava os escravos brasileiros em uma impressão de patologia social.

O antagonismo entre escravos e famílias para Ribeyrolles, se pautava também nos pensamentos iluministas de Adam Smith, pois este afirmava que ninguém sem a perspectiva de acumulação, jamais teria probabilidade para o trabalho e conseqüentemente para a busca de um futuro oportuno. ‘o trabalho para o escravo é aflição suor- é a servidão, dentro do cativeiro não há esperança para o cuidado diário com os filhos, neste espaço não se cultiva amor. Slenes (2011) citando as descrições de Ribeyrolles

(...) nas senzalas “não há famílias, apenas ninhadas”. O passado para os escravos, era a “dor”, enquanto o futuro estava “fechado”. Por tanto eles não podiam criar símbolos em que cintilassem a memória, iluminando-lhes o que vinha pela frente. Um “galho de roseira seco”, para um velho trabalhador francês, poderia lembrar-lhe a “pátria [...], a mãe ou a noiva”, e confortá-lo na hora do encontro com a morte. Já “nos cubículos dos negros, jamais vi uma flor; é que lá não existem nem esperanças nem recordações”. (SLENES, 2011, p.139).

É bom mencionar que o estima de flores (simbologia da obra de Slenes), para a França simbolizava alegria, contentamento e seu uso eram constantes, enquanto que na África as flores raramente eram usadas com função decorativa e não tem um valor simbólico retratando beleza. Se na França do século XIX o uso constante de flores remete amor,

⁴⁷ O lócus da pesquisa do professor Robert W, Slenes é o sudeste, por isso há diferença nos dados informados no censo apresentado no texto. A professora Isabel ferreira Cristina Reis, tem como lócus Curitiba.

beleza e alegria, a comparação de sua apreciação entre África e França feita por Ribeyrolles denota ausência de laços efetivos entre os escravos oriundos da África.

Apesar da visão desagradável dos viajantes estrangeiros, sobre a vida íntima dos escravos, bem mais depreciativa era a dos intelectuais brasileiros, que o modo de aquisição de informações sobre os laços efetivos entre escravos, era tão duvidoso quanto os critérios de avaliação usada nas suas fontes. Ambos mantinham distância do cotidiano dos escravos e em muitos casos residiam fora do Brasil ou eram recém-chegados, além de não analisarem de forma sensata as informações usadas para as construções de seus relatos, e esses eram cheios de influências preconcebidas dos seus informantes.

Os intelectuais brasileiros como Júlio Ribeiro em sua literatura *A carne*⁴⁸ publicada em 1887, compara a vida sexual dos escravos com a do gado nos pampas, a comparação não se dá apenas como propriedade, mas também como seres sexualmente dissolutos. Além do romancista Júlio Ribeiro, também faço menção do literário Joaquim Manoel de Macedo com sua obra *Lucinda*⁴⁹, publicada em 1869, onde sua cerne consiste atribuir a própria escravidão, o devaneio, a promiscuidade e devassidão. Os jovens escravos têm suas consciências corrompidas, pois ainda nas suas tenras infâncias testemunham luxúria, vícios e devassidão. Uma constante na literatura é a caracterização dos personagens senhoriais como sendo bondosos honestos e puros em aversão aos escravos que são sempre descritos como perversos, perigosos, e pervertidos sexualmente, capazes de transformar a “decência” da “pura” Cândida, sinhozinha, do enredo do romancista, que sofre influência da mucama malvada, Lucinda.

Slenes nos informa alguns dos inúmeros relatos deixados pelos viajantes europeus no que tange a depreciação pelos laços efetivos dos escravos, assim como os intelectuais brasileiros que os viam com uma diferença social e cultural.

[...] o jurista e senhor de escravo, Perdigão Melheiros, observou que “as escravas”, em geral, viviam e vivem em concubinato, ou (o que é pior) em devassidão; o casamento não lhes garante senão por exceção a propagação regular da prole [...] Louis Couty, escreveu largamente sobre o café e escravidão, afirmou que muitos senhores, perante a dificuldade de impor uma

⁴⁸ Slenes, op, cit.p.142

⁴⁹ Aqui, até os nomes dados às personagens indicam suas características, ou seja, uma referência clara a Lúcifer e a pureza, respectivamente. VER- MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas - algozes: quadros da escravidão*.

ordem moral em seus cativos, decidiram não mais interferir na vida sexual destes [...] (SLENES, 2011, P.143).

Não obstante, Johann Moritz Rugendas, afirmou em 1835, que por conta da diferença numérica entre escravos-homens e escravas-mulheres, os senhores, mesmo favorecendo a apoiando os casamentos entre os cativos, a fidelidade conjugal entre os cativos, não era uma constante. No mesmo período o artista e observador francês, Jean Baptista Debret professou que,

Não pode, sem ir de encontro à natureza, impedir aos negros de frequentarem as negras, tem-se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens; cabe-lhes arranjar-se para compartilhar em sossegadamente o fruto dessa concessão, feita tanto para evitar os pretextos de fuga como em vista de uma procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade.⁵⁰

O que se percebe nessas declarações do período da escravidão, é que todas estas informações foram dotadas de preconceitos tanto socioculturais quanto racial, pois o olhar branco sobre a vida sexual e familiar do escravo na expressão de Slenes, foi descrita como algo patológico, pois os observadores ao julgarem os costumes e práticas dos africanos escravizados no Brasil, consideraram suas práticas inferiores aos “bons costumes” e “moralidade” vigente disseminada na Europa, Slenes nos aponta de exemplos, especificando as descrições que esses observadores faziam das danças dos escravizados, remetendo sempre a sexualidade viril, dança louca, onde ao olhar os “seios” e “ancas” das escravas em movimento de dança, lhes causavam uma “espécie de convulsão ébria” e as classificou como expressões de alegrias grosseiras.

Parece-me significativo discorrer sobre esta emaranhada conjuntura escravista, cujos olhares de estrangeiros e brasileiros, (estes últimos ditos intelectuais), sobre a vida íntima dos escravos, atribuem-lhes termos pejorativos, e os renega a condição subjugada de inferioridade, dotados de preconceitos culturais. Se toda essa carga de negatividade dificulta-lhes a existência, o que dizer da criação de laços afetivos dentro do cativeiro e ainda alcançar ascensão social?

⁵⁰ Op., cit

Apesar dos relatos apresentados por Slenes fazer referência quase sempre ao sudeste, produtor de café, centrado em campinas no antigo oeste paulista, a conjuntura escravista nos moldes familiar é o mesmo para todo o Brasil, diante disso, presto a disponibilidade de procurar respostas para as inquietações sobre a formação e arregimentação de famílias dentro deste espaço na Chapada Diamantina, em Morro do Chapéu, haja vista que as fontes em estudos, como certidão de casamento, testamento, inventários, fomentam a conformação de famílias e posse de bens na Vila de Nossa Senhora da Graça.

O primeiro estudo de caso dessa pesquisa neste capítulo se articula com a experiência familiar vivida pelo liberto José Gomes de Araújo e Andreza Maria do Espirito Santo, essa, cativa de José. Esta história se baseia na carta de liberdade da referida escrava, na certidão de casamento do referido casal, além dos registros de batismos de suas duas filhas, Maria de Araújo da Conceição e Guilhermina Gomes de Araújo.

José Gomes de Araújo foi liberto em 1844⁵¹, pelo seu próprio ônus, chegou ao Brasil com idade entre dez e doze anos, provavelmente atuou como assistente do padre nos assuntos religiosos e cuidava também das crias do seu senhor, haja vista que o ofício do padre era também cuidar dos seus fieis que residiam distantes da igreja e o percurso a fazer para as visitas nessas distâncias, valiam-se dos cavalos e burros como meio de transporte, a documentação encontrada também aponta aquisição de terras⁵² pelo padre Francisco Gomes de Araújo que provavelmente tinha outros bens com crias- gado, que ficava aos cuidados dos seus escravos⁵³, entre eles, José Gomes de Araújo.

Em 24 de agosto de 1849, José Gomes de Araújo aparece como comprador de uma casa⁵⁴ na mão de Luís Dias Velho, a casa ficava na Vila de Morro do Chapéu, e foi avaliada no valor de dois contos e quatrocentos réis, casa considerada modesta e com valor vultoso, se comparada com as casas das descrições⁵⁵ feita sobre a vila de Morro do Chapéu por

⁵¹ APEBA, Seção: Judiciária, Livro de Notas de Jacobina, n.12, p.78.

⁵² Escritura de compra e venda das fazendas Pedras e Barras, 27/09/1838, FCA, Sala do Tabelionato, Livro de Notas 1838-1848 A, fl.18-22.

⁵³ Constatou-se em outras documentações que o padre possuía outros escravos, inclusive um homônimo de José Gomes de Araújo, se constatou isso, por que mesmo depois da morte de ex escravo africano um José fomes de Araújo aparece casado com outra mulher.

⁵⁴ Escritura de compra e venda de uma casa na Rua do Fogo na Vila de Morro do Chapéu, 20/08/1849, Sala do Tabelionato, Livro de Notas 1849-1859 A, 3V-5

⁵⁵ Descrições da Villa do Morro do Chapéu feita por Honório Pereira de Souza em 10/08/1889.

Honório Pereira de Souza, casas simples, sem estética moderna, porém a casa de José Gomes de Araújo possuía cobertura de telhas, cinco portas- sendo quatro de frente e uma ao fundo além de três janelas- A casa ficava na Rua do Fogo, rua também das mais agitadas lojas da Vila.

Aos doze de outubro de 1850, José Gomes de Araújo concede liberdade a Andrezza Maria do Espírito Santo alegando seus bons serviços e pelo amor que lhe tem. Segue na íntegra a carta de alforria de Andrezza.

Saibam todos quanto este público que no ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta, aos doze dias do mês de outubro deste ano, nesta freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, termo de Jacobina e em meu cartório compareceram José Gomes de Araújo, reconhecido de mim escrivão, e suas testemunhas sabiamente nomeadas e no fim deste instrumento assinadas, perante ao que me deu outorgante, que era senhor e possuidor de uma escrava de nome Andrezza Molata, cuja escrava assumiu por compra ao senhor Olímpio de Araújo Cambuy, nesta pelos bons serviços que lhe tem prestado e pelo amor que lhe á forra, e fosse desde já e para sempre como se nascesse livre desde já poderá gozar de sua liberdade por vontade própria neste instrumento para que alforriasse de sua própria vontade sem constrangimento ou repressão alguma, expresso inteira validade [...]. Em fé a testemunho da verdade assim outorgou forra, dando assim a declaração que lhe assinasse escritura a seu pedido o coronel Quintino Soares da Rocha, confirmando tudo que foi descrito e ante todas estas testemunhas os senhores Cândido José de Souza e Honório Pereira de Souza. A seu pedido assina Quintino Soares da Rocha.⁵⁶

Percebe-se nesta carta de alforria, elementos que nos dão subsídios para afirmar que a vivência familiar e afetiva do casal, se dava muito antes da liberdade de Andrezza, como sua compra na mão do senhor Olímpio de Araújo Cambuy, e o sentimento expresso de José para com Andreza, além de revelar os “bons serviços prestados” da cativa o que nos galga mais uma discussão e afirmação sobre a união de pessoas com estatuto jurídico diferente, condição que até aqui não foi encontrada em nenhum outro documento nos arquivos para Morro do Chapéu.

Outro aspecto interessante a se pensar nessa conjuntura é a união de José Gomes e Araújo na condição de senhor de Andrezza, e esposo da mesma, constituindo dessa forma uma

⁵⁶ Livro de Notas- Escrituras de 1841 a 1852, PP. 31b. Arquivo de Fórum Clériston de Andrade da Comarca de Morro do Chapéu- Bahia.

família biológica, o termo em uma definição mais restrita, com base no trinômio, pai mãe e filhos, modelo similar dos moldes do mundo ocidental.

A referida carta de alforria também nos aponta a visibilidade e relações do casal no seio da sociedade vigente, entre os mais abastados e afortunados, assim como entre os menos favorecidos. O escrivão descreve atribuindo sabedoria a José Gomes de Araújo por escolher as suas testemunhas que assinam o documento- os senhores Cândido José e Honório Pereira de Souza, esse último possuidor de gado e fazenda na região e Quitino Soares da Rocha, sujeito considerado o homem mais rico dos arredores, dono da Casa Gurgalha, que aglomerava parentes, agregados e escravos, terras, além de fazendas, roças de mantimento, sua fortuna foi avaliada em mais de 120 contos de réis, “distribuídos em fazendas, sítios, casas, empréstimos, escravos e criações de gado” (FERREIRA, 2018, p.19).

Essas relações de compadrio e amizades estabelecidas pelo casal com pessoas das mais variadas camadas da sociedade, denotam o acesso no meio social de José e Andrezza. A escolha dos padrinhos era feita pelos pais das crianças e esse ato de configurava como homenagem a alguém de relevante importância para os pais ou fortalecimento e reafirmação de amizades entre os compadres ou ainda uma busca de amparo nos tempos de escassez, principalmente no período da seca.

A própria igreja através do sacramento inflige que a escolha do padrinho fosse feita com vistas a alguém que pudesse socorrer o afilhado na ausência dos pais, e seguramente essa escolha apontaria alguém que estivesse em condição mais elevada que ele, tanto no aspecto econômico quanto socialmente (SAMPAIO, 2017, p.118-19).

Se as escolhas de alguns pais na Vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu optaram por Andrezza para ocupar o cargo de madrinha, é de relevante sentido para seus filhos, evidencia-se dessa forma que Andrezza certamente sustentava um *status* elevado que a diferenciava da população a sua volta, não chegava a fazer parte da elite, mas estava em uma condição um pouco superior, haja vista que já era detentora de bens, como casas, móveis, terrenos e gado.

Slenes também observara que os padrinhos e madrinhas encontrados na documentação para o sudeste, eram sempre pessoas em situação superior à dos pais cativos, ora era padrinho/madrinha libertos, ou livres, ainda que sem bens, mas, esses estatutos jurídicos de liberdade, já evidenciava uma condição superior, criar laços morais com pessoas de recursos para proteger-se a si e aos filhos.

Voltando a conformação familiar de José e Andrezza, nasceu-lhes duas filhas, a primeira por nome Maria⁵⁷, nasceu cativa do seu próprio pai, esta nascera no dia 31 de dezembro de 1848 e ganhou sua liberdade concedida por seu pai na pia batismal, dez dias após seu nascimento, a esta o padre Francisco Gomes de Araújo, afirmou ser parda, característica que demonstra um cuidado e afeição do padre para com o seu ex- cativo, pois tal prática assegurava a pequena uma ascensão dentro da sociedade, pois a tonalidade da cor de pele implicava em melhoria social. A função de madrinha da pequena Maria ficou à cargo da senhora Umbelina Adelaide de Miranda, esposa do já citado coronel Quintino Soares da Rocha⁵⁸ e outra vez os laços de apadrinhamento e reafirmação de amizade é reforçado com tal escolha para a madrinha da filha do casal.

A liberdade de Andrezza foi concedida em 1850, e ao terceiro dia do mês de julho de 1854⁵⁹, nasceu Guilhermina, a segunda filha do casal, livre de pai e mãe. A essa, também foi concedida pelo padre a feitura de registro de cor da pele como parda e mais uma vez é notável o apreço e cuidado do padre pelos descendentes de José E Andrezza.

Em 1854, José contrai uma doença mortal e no leito de morte sacramentiza sua união com Andrezza, tornando-a legítima.

O casamento segundo as leis Tridentinas, obedecendo as Constituições Primeiras, introduzindo o pensamento de Santo Agostinho, buscava os seguintes atributos nos homens:

A propagação humana, ordenada para o culto, e honra de Deus, a fé e lealdade, que os casados devem guardar mutuamente, e a inseparabilidade dos mesmos casados, significativa da união de Cristo Senhor Nosso da Igreja Católica (CAB, 1.1,tit.LXII§260) (GOLDSCHMIDT, 2004, p. 22).

⁵⁷ Essa Maria viria a ser mãe do renomado Coronel Francisco Dias Coelho em 1864

⁵⁸ Livro de Batismo de 1838-1880, p.73. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

⁵⁹ Livro de Batismo de 1838-1880, p.78. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

A Igreja se posiciona contra as ligações ilícitas, uniões sem legitimidade, direito legal concedido unicamente pela Igreja, e as pessoas que contraíam esse legado era altamente respeitado. José e Andrezza parecem ter entendido as orientações cristãs, por que mesmo depois de tanto tempo e união consensual, legitimaram de forma sacramentada, fazendo jus às ordenanças da Igreja.

As Constituições Primeiras, elaboradas pelo dom Sebastião Monteiro Vide, dedicou atenção peculiar e diretiva ao matrimônio de escravos e libertos, acordando que o senhor, dono de escravo ou quem estivesse sob seus domínios senhoriais, não poderia ser proibidos de casarem ou mesmo propiciar dificuldades ao processo do patrimônio, apenas a Igreja competia essa alçada. O casamento de escravos e libertos que estivessem na mesma condição econômica do escravo, fazia parte da conjunção político-religioso da colônia e posteriormente se estendeu ao império brasileiro (GOLDSCHMIDT, 2004).

Dessa forma a Igreja mantinha em seu poder a vida egressa dos cativos, além da vida dos livres e libertos de condição baixa, na intenção de controlar o equilíbrio dos sexos. (MOTT, 1988, p.214).

Pereira (1939) ilustra uma figura por nome Manoel, sujeito cativo e devoto a Cristo e a Nossa Senhora da Graça do Rosário. Todos os dias depois da labuta árdua do campo, Manoel com sua esposa e filhos se dirigiam ao altar que ficava em sua casa limpa e asseada na Fazenda do seu senhor, para dedicar-se em oração aos seus santos. A oração de Manoel era creditada a Deus uma gratidão por ter a oportunidade de lhes expressar a noite um louvor e reconhecer que o sofrimento era temporal nessa terra, mas Deus o havia de salvar e livrar dos vícios e pecados (PEREIRA, 1939, p.152).

Ao fazer inferências a essa figura apresentada por Pereira, Goldshimidt assegura que o sujeito apresenta claramente os valores tanto materiais quanto espirituais estimados pela igreja, Manoel se mostra conformado às obrigações impostas à escravidão e tal comportamento lhe galgou reconhecimento dos seus iguais e superiores, além da proeza que era para um sujeito ser casado e batizado, sacramentos mais comuns da Igreja entre os escravos, livres e libertos.

Essas prerrogativas nos parecem, nítidas também na vida do casal liberto, José e Andrezza esses, eram bem vistos e sempre procurados para apadrinharem crianças do entorno de Morro do Chapéu, o que lhes concedia honrarias sem precedentes.

Apesar da difícil doença que atingiu José em 1854⁶⁰, esse teve boa partida e acabou, como sugere os historiadores sobre a morte de boas pessoas, muito boa opinião, principalmente no que tange aos cuidados do rico Quintino Soares, que se tornou tutor legal de suas filhas, cuidando dos seus bens até que as meninas atingissem maior idade ou que se casassem.

Os primeiros anos de José no Brasil na companhia do seu senhor, o padre Francisco Gomes de Araújo, lhes oportunizou aprender cedo os mais conhecidos e disseminados sacramentos da igreja, entre os escravos, tanto o batismo quanto o casamento, o primeiro bem mais que o segundo, foi na verdade o mais comum e praticado. Provavelmente por conhecer as ordenanças da igreja e acreditar que matrimônio é sagrado, cuidou logo em fazer as pazes com a igreja e seus ensinamentos.

O batismo funcionava como uma espécie de proteção, um abrigo para os desprotegidos, seja socialmente ou economicamente. Apesar de José já possuir a responsabilidade e direito sobre si e senhor de Andrezza em dado momento tê-la como escrava e posteriormente como esposa, ainda dependia de um olhar de proteção de quem estava economicamente e socialmente à cima dele, possivelmente foi o que o fez permanecer agregado da Casa Gurgalha, espaço que demanda poder.

A proteção nos moldes paternalista vinha de um homem rico, senhor de terras e honrado, o coronel Quintino Soares da Rocha, essa relação estabelecida entre pessoas de estirpe diferente e estatuto diverso abrangendo cativos e agregados, esse que é o caso de José e Andrezza, assemelha-se a uma relação paternalista, a luz do entendimento de Thompson (1998), rediscutida e melhor apresentada por Chalhoub (2003), para a sociedade brasileira no contexto do século XIX.

⁶⁰ Livro de óbito de 1838-1860, p.56. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu-Bahia

A ideologia paternalista⁶¹ pode ser nesse contexto conceituada como um mundo idealizado pelos senhores, a sociedade imaginária, onde a igreja e a família deveriam moralizar as diferenças sociais, civilizar senhores e consolar escravos e dependentes e esses por sua vez lhes devessem fidelidade e obediência.

Além dos homens influentes a Gurgalha (propriedade do coronel Quinino Soares) também era visitada por muitos homens livre, pobres que procuravam o coronel para falar de diferentes questões, como arrendamento, agregação e conflitos e conflitos existentes naquela, como também em propriedades (FERREIRA, 2018, p. 251).

Nessa relação também é perceptível o patriarcalismo de Freyre, onde a importância da família é notabilizada nesse contexto pelo viés cultural em Morro do Chapéu, na amostragem da união já legitimada de José e Andrezza, no qual a figura masculina representada pelo coronel, Quintino Soares da Rocha, se mostra senhor protetor e mantedor da relação de dependência e subalternidade de escravos e agregados nos seus domínios.

Nesse contexto, dependiam escravos, libertos e livres, fossem esses possuidores ou não de bens como reses, gado e ou grandes extensões de terras. Essa relação de subalternidade foi sugerida por Ferreira de “gradações de pendência”, já que depender da condição jurídica e social do agregado a relação se mostrava diferente, mais próxima ou mais arredia.

É nesta estrutura de relações de dependências e subalternidade que se encontrava toda região que abrange Morro do Chapéu, ou pelo menos parte dela, onde até aqui foi analisada, com seus indivíduos contraindo união consensual ou legitimado, uniões simbólicas, aderindo a fé católica, religião oficial no período, seja de forma arbitrária ou consentida.

Nas teias dessas vivências e construções de pequenas trajetórias e curtas biografias, evidencia-se que o casamento monogâmico existiu nos moldes cristãos, assim como o consensual. A formação de famílias nas suas pluralidades contribuiu para a formação da

⁶¹ O conceito de paternalismo é complexo, a palavra precisa ser usada sempre levando-se certas cautelas... é também uma política de dominação na qual a vontade senhorial é inviolável (CHALHOUB, 2003).

sociedade morrense, desde o português, os sertanistas estrangeiros que buscavam ouro, até o escravo africano com seus descendentes libertos e livres, que foram impostos ao trabalho servil.

CAPÍTULO 3

3.1 ASCENSÃO DOS ASCENDENTES DO CORONEL FRANCISCO DIAS COELHO

O objetivo deste capítulo é analisar as possibilidades de ascensão socioeconômica de negros estudados na região da Chapada Diamantina, área que desenvolveu a pecuária desde sempre e a mineração de pedras preciosas desde o final do século XVIII, no sertão baiano.

A presente pesquisa vale-se de fragmentos da trajetória dos ascendentes do renomado coronel negro, Francisco Dias Coelho. A ideia é discutir questões como classificação social através da cor da pele, ofícios ocupados pelos sujeitos estudados, possibilidades de

ascensão social e os meios possíveis permitidos pela sociedade e pela engrenagem da escravidão aos cativos, livres e libertos.

Para tal investigação, foram utilizados registros de batismo, registro de casamento, processo-crime, cartas de alforria, além de explorar notas de compra e venda de propriedades, essa nos permite conhecer e analisar aquisições de bens e seus valores.

O cenário que serve como palco para a problemática, é a fazenda Gurgalha⁶² que ficava na região de Morro do Chapéu⁶³ e distava 14 quilômetros da sede, pertencente ao coronel Quintino Soares da Rocha e sua esposa Umbelina Adelaide de Miranda, essa fazenda foi comprada por eles em 1837, em sociedade com o Sr Luiz Malaquias de Miranda, parente da esposa do coronel, Sampaio (2015) afirma que essas terras faziam parte da sesmaria da Casa da Ponte e foi desmembrada em três fazendas menores- Gameleira, Olhos d'água e Gurgalha (ANTÔNIO GABRIEL, 1933) e foram compradas por pessoas afortunadas da região. A fazenda Gurgalha que é a parte que mais nos interessa nesse estudo, tinha uma dimensão territorial extensa, media 15.750 hectares, para cada lado, num total de 31.500 hectares.

O solo da fazenda era arenoso, com muitas pedras, sua vegetação típica do sertão- galhos finos e distorcidos, além de muitos espinhos. Essas características não são favoráveis à plantação de gêneros agrícolas alimentícios, mas, ainda assim, nas proximidades dos rios, havia produção de feijão e milho (SAMPAIO, 2015) em períodos específicos do ano, observando a temporada de chuva, além da plantação da mandioca, pelo fato de ser resistente à seca e a sua utilidade na alimentação diária dos pequenos agricultores do sertão (SAMPAIO, 2015, P.39). Foi neste espaço onde viveu os ascendentes do coronel Francisco Dias Coelho, tanto do lado paterno quanto do lado materno, até a terceira geração de quem se achou vestígios.

Esta primeira parte do texto, discute a trajetória e pequena biografia, (ainda que lacunada, por conta da fragmentação e escassez das fontes), dos avós maternos e paternos, dos pais e tios do coronel negro, Francisco Dias Coelho.

A atuação de alguns membros da referida família, composta por escravos, livres e libertos, permite perceber as chances e limitações à ascensão social dos negros sob o regime da

⁶² De acordo com Ferreira, a denominação Casa Gurgalha, faz referência à fazenda Gurgalha, porém nesse contexto se notabiliza como espaço de poder e dependência, um poder simbólico.

⁶³ Localidade apresentada e discutida no primeiro capítulo desta pesquisa.

escravidão ou não, embora a maioria dos egressos da escravidão saísse do regime com destino certo à pobreza, uma quantidade reduzida de libertos conseguia ascensão e se tornariam senhores de escravos.

As estratégias que provavelmente possibilitaram ascensão dentro do arcabouço escravagista, usadas pelo avô materno do coronel negro, José Gomes de Araújo, o africano liberto, foram: Investir em escravos, provavelmente ainda quando estava em cativo, comprar sua própria alforria, fenômeno comum e crescente desde o final do século XVII, (REIS, 2016). José adquiriu propriedades e estabeleceu laços de compadrio e amizade com pessoas de estirpe diferente da dele, consideradas importantes na sociedade, com nível econômico elevado, além de manter excelente relação com o sagrado através dos sacramentos da igreja como batismo e casamento, o que era de bom tom para todo e qualquer sujeito do século XIX.

Não classifico José Gomes Araújo como um sujeito excepcional, porém, sua trajetória e nuances, pode em muitos aspectos ser útil como guisa para se compreender o universo mais amplo de africanos libertos e mensurar a dimensão dos seus anseios na Chapada Diamantina do século XIX, sob o regime da escravidão.

O estudo das trajetórias e curtas biografias individuais ou familiares oferece a possibilidade de analisar como alguns indivíduos alcançaram o sucesso na ascensão econômica e social, situação observada em alguns moradores da Casa Gurgalha, as condições regionais da economia e da organização social permitiram á alguns indivíduos que chegassem ao local na condição de escravos poderia ou não ascender aos extratos mais favorecidos na localidade e suas trajetórias indicam quais foram os caminhos percorridos pelos indivíduos para sua ascensão.

O inglês Christopher Hill, ao biografar Oliver Cromwell, nome mais destacado da Revolução Puritana inglesa, também conhecida como Guerra Civil Inglesa, elucida que ao biografar ou tecer a trajetória de um indivíduo, o estudo não se clausura no sujeito estudado, todavia, serão agregados ao estudo os acontecimentos do período e isso revelará elementos decisivos, para compreender a sociedade em que vive o sujeito.

Considerando as possibilidades apontadas pelo estudo de caso acima, para compreender o universo de José Gomes de Araújo, começemos a entender a origem e atuação do padre Francisco Gomes de Araújo.

O senhor de José era o padre português Francisco Gomes de Araújo, pouco se sabe da sua vinda para o Brasil. A documentação conta a partir do momento em que esse chegou à freguesia para exercer a função de pároco na recém-criada freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu em 1838. É muito provável que nos vinte anos que José viria a servir o padre e devido à sua idade e natureza da obra de seu senhor, que aprendeu os ofícios religiosos atuando como seu assistente nas mais simples obras eclesiásticas, já que nunca aprendeu a escrever, provavelmente também não sabia ler, e como as distâncias eram imensas na paróquia com o traslado sempre a lombo de mulas ou cavalos, é possível que José fosse o tratador dos animais necessários nas constantes viagens do vigário para a realização dos sacramentos.

Sampaio (2015) supõe que em 1837, foram realizadas as primeiras visitas do padre à região de Morro do Chapéu para instalação da freguesia. Ficava a pouco mais de vinte léguas da sede da antiga freguesia de Santo António de Jacobina, e mesmo com o desmembramento a nova freguesia tinha mais de vinte mil quilômetros quadrados, o que tornava a vida do padre muito desgastante e o obrigava a manter boas relações com as lideranças locais, entre eles na época o mais importante era a Coronel Quintino Soares e seu sogro, Miranda, os proprietários mais representativos e de quem dependia a ajuda para custear muitas de suas despesas, inclusive os gastos com pastagens para os animais, único meio de transporte possível para cobrir tão extensas áreas, por isso foi determinado na Fazenda Gurgalha, uma parte mais próxima da cidade (aproximadamente uma légua) uma faixa de terra que ficou conhecida como “manga do padre”, que ficava a cerca de uma hora a pé da igreja. Nesse local, José dividia seu tempo como zelador de animais e os ofícios eclesiásticos de seu senhor.

O principal documento que trata do escravo José foi sua carta de alforria, datada de 1844, nesse documento, transcrito a seguir, existem alguns rastros sobre sua origem e alguns dos seus passos. A carta descreve assim:

Eu o Padre Francisco Gomes de Araújo, que sou senhor e possuidor de um escravo de nome José nação Africano, cujo escravo comprou na Bahia ainda moleque no ano de mil oitocentos e vinte e quatro o qual tinha deixado forro por minha morte, parte faz do meu testamento, mas ele antes quis dar o seu dinheiro e ser forro em minha vida e que me parece certo como queira-o forro como de fruto lavrado tenho por preço uma quantidade de um conto de seiscentos mil réis, que recebi ao forro desta, poderá gozar de sua liberdade de hoje para sempre, como se nascesse de ventre livre. E para constar, eu grafiei está de minha letra e firmo que uso. Freguesia de Nossa Senhora da Graça de

Morro do Chapéu, trinta de janeiro de mil oitocentos e quarenta e quatro. Padre Francisco Gomes de Araujo⁶⁴.

De acordo com o documento, José era um negro africano de origem desconhecida que chegou ao Brasil por volta do ano de 1824, com idade em torno de dez a doze anos, não se sabe precisar sua idade, afirmar a idade de um escravo que chegava ao Brasil nas condições de José era muito difícil, havia grande deficiência nos registros de escravos e, mesmo famílias livres ou com melhores condições financeiras não estavam acostumadas a registrar seus filhos logo após o nascimento.

Geralmente o registro de nascimento ocorreu junto com o registro de batismo e foi necessário aguardar a visita do vigário na localidade onde residiam para efetuar o batismo. Acontece que poderiam passar anos até que um padre viesse visitar os lugares mais distantes e a idade registrada era aproximada que os pais ou padrinhos que indicavam na hora do batismo, portanto algumas pessoas tinham uma idade, mais ou menos do que a registrada.

Com a população escrava isso era ainda mais difícil, até porque era preciso mostrar que o escravo era mais velho ou mais novo dependendo do momento, ou da necessidade do senhor. Com os africanos não foi possível determinar a idade, com as crianças foi estimada uma idade com termos baseado na aparência física, considerando peso e tamanho para o qual parecia ter até sete anos, em vez de dez a doze anos, Precisar a idade do escravo, sem um documento dependeria muito da utilidade do escravo para com o seu senhor, nos parece que foi o que aconteceu com José, pois, como sua utilidade principal era acompanhar o padre em suas missões proselitistas, a idade de dez a doze anos, cabia muito bem.

O tempo gasto de José com seu senhor, suponhamos que pôde conferir habilidades em relacionamentos comerciais. O padre foi certamente um bom empreendedor e melhor ainda como relações públicas, (SAMPAIO, 2015, p. 31) com liberdade de circulação e aceitação em todas as camadas da sociedade local, o que provavelmente lhe permitiu ser uma pessoa de grande importância para a economia e a política dos proprietários rurais

⁶⁴ Livro de Notas de Jacobina, n.15, p.38. Arquivo Público da Bahia.

locais. Haja vista que o desejo dos moradores por uma freguesia para Morro do Chapéu, já era deslumbrado antes mesmo de 1797.

3.2 Ocupando espaços- José Gomes de Araújo e Maria Andrezza do Espírito Santo

O escravo José comprou sua liberdade. O padre sugeriu em sua carta de liberdade que estaria livre no momento de sua morte, porém José preferiu antecipar, o mesmo comprou sua liberdade por 1: 600.000 \$ 000. Algumas observações são válidas nesse caso: primeiro, era comum entre os senhores, principalmente os mais religiosos, libertar parte de seus escravos em seu leito de morte, sob a condição de que rezassem missas na intenção de suas almas, o que não ocorreria neste caso. Nesta situação, o padre Francisco morreu algum tempo depois do seu ex-escravo, e da mesma forma, no seu testamento, nenhum escravo foi libertado dessa condição, pois, se José não optasse por comprar a sua liberdade, provavelmente, José teria morrido como escravo.

Outra coisa que deve ser considerada é o preço imposto pelo padre Francisco ao preço de José- muito alto para a época. O que foi solicitado correspondeu ao preço três vezes mais caro que um jovem escravo da região e quatro vezes mais que um jovem escravo na capital da província.

Para efeito de comparação, correspondeu ao valor de cinquenta e um bois de idade de abate. O que nos leva a concluir que não era intenção do padre libertar seu escravo, ou como sugere Viera Filho, (2009, p.132), talvez o padre estava a passar por necessidades e como ao longo da convivência compartilhada com o padre, José assimilou cedo a benevolência e a caridade, quis mostrar o aprendizado no ato da compra da sua liberdade.

Parece-nos que o caráter paternalista execrado quase sempre na relação senhor/escravo, fez-se antagônico na relação supracitada, o beneficiado na compra de José, foi seu senhor, com a quantia afável, no estratagema de controle senhorial, o padre se valeu na relação tirando proveito próprio.

Ainda sobre o preço de José, Ferreira Nigueról (2018), em estudos mais recentes, observara os preços dos escravos em Sabará, do século XIX, encontrou no testamento do senhor José Miguel da Silva Fernandes, a quantia avaliada da sua herança e notabilizou

que os preços dos escravos variavam, sendo Firmo um escravo crioulo, isto é nascido no Brasil, que contava com 30 anos de idade e custava 380\$000, apesar de 15 anos mais velho, Domingos foi avaliado em 620\$000 e o escravo André, por sua vez, foi qualificado como idiota e, apesar de contar com 19 anos, foi avaliado com preço nulo pelos louvados⁶⁵, lembrando que a atividade exercida por esses escravos era a pecuária.

Parece-nos que os preços dos escravos, não estavam relacionados à sua idade e sim à sua serventia e habilidades, o que nos condiciona a pensar que a essa altura, José já sabendo inúmeros ofícios como o trato com bois, arregimentar cavalos além de cuidar de produção agrícola, ainda que em pequena escala, e tendo excelentes relações com pessoas consideradas importantes na sociedade vigente, o preço de José subiu consideravelmente.

A documentação a seguir mostra que nos onze anos de sua liberdade até sua morte, em 1855, o ex-escravo José provou ser um bom administrador. Nesse período comprou uma pequena propriedade rural, algumas casas de habitação na vila, uma casa comercial, escravos e escrava, com quem tinha uma relação consensual duradoura, a qual se casou no prenúncio de morte. O documento da sua legitimação da antiga união que tivera com Andrezza diz o seguinte:

Aos vinte e quatro dias do mês de março, mil oitocentos e cinquenta e três neste arraial de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu em perigo de morte e em casa não havendo impedimento algum canônico em presença do Reverendo José Vitorino, celebrei o sacramento do matrimônio de José Gomes de Araújo, Africano com Andrezza Maria do Espirito Santo, ela natural da vila de Jacobina ambos moradores desta freguesia lhes dei as bênçãos nupciais no termo do Ritual Romano [...] padre Francisco Gomes de Araújo.⁶⁶

Sobre as informações da sua escrava, Andrezza Maria do Espírito Santo, a esposa de José, sabe-se que ela era mulata, indicativo da sua carta de alforria, em 1850, natural da vila de Santo Antônio de Jacobina, e seu antigo dono foi Olímpio de Araújo Cambuy, pois não foi encontrado seu registro de batismo, inventário ou testamento, motivo pelo qual não

⁶⁵ Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332018000300216#fn22 Acesso em 1º de outubro de 2020.

⁶⁶ Registro de casamento de José Gomes de Araújo e Andrezza Maria do Espirito Santo 24/94/1853, Arquivo da paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu. Livro de registros de casamento, 1838-1867, f.60v.

pude tecer uma trajetória com mais afinco ou uma biografia linear mais recheada de informações da vida de Andrezza, antes dessa se relacionar com José, o que se achou foi inúmeros registros de batismo, sendo o primeiro datado de 1844, e Andrezza aparece como madrinha de algumas crianças e um processo datado de 1864⁶⁷, no qual Andrezza é acusada de recusar a pagar dívidas contraídas com o negociante Joaquim Pacheco de Miranda.

Quando, José chegou à região, a Chapada Diamantina passava por um momento de transição econômica com relativa prosperidade, o comércio de gado era consolidado, nos anos anteriores não havia secas muito fortes que comprometessem a produção de gado e houve expansão dos mercados consumidores devido à demanda por carne para o Recôncavo com seu último suspiro de prosperidade com a cultura canavieira, também nessa época houve o aumento da mineração de ouro no norte da Bahia e a descoberta de diamantes em 1841, na Chapada Diamantina que promoveu o fluxo de pessoas para a região do Morro do Chapéu, aumentando a demanda por bens de primeira necessidade e com isso a renda dos agricultores. É provável pelo volume de mercadorias acumulado por José que tenha sido um daqueles mineiros que descobriram diamantes.

Outra benesse que também pode ser considerada ganho e ascensão para José e Andrezza, foi o casamento da sua primeira filha, Maria Araújo da Conceição, com Quintino Dias Coelho, quinto filho de Simão e Ezalta Dias Coelho, seus padrinhos foram Raymundo e Quintino de Souza Lobo, sobrinhos de Quintino Soares e moradores da Casa Gurgalha. E mais uma vez os vínculos de solidariedade são estabelecidos, além da amizade, percebe-se também laços de parentesco nos compadrios. E Dessa união, então nasce Francisco Dias Coelho em três de dezembro de 1864, Francisco Dias Coelho, ascensão máxima do enredo de Morro do Chapéu que me propus a narrar.

3.3 Alforrias- Mecanismo de ascensão social

Se considerarmos um dos aspectos de ascensão do ponto de vista de Roberto Guedes (2008), no qual afirma que a mobilidade social se dava de modo geracional e familiar, acontecia predominantemente para gerações e não individualmente. Assim, essa ascensão dos sujeitos estudados nessa pesquisa, a família de José e Andrezza, se dava com sujeitos

⁶⁷ Processo de Florêncio Rodrigues de Oliveira, movido contra Andrezza Maria do Espírito Santo 1864, FCA, Processos Criminais, Sala dos Processos, Cx. 1840-1869. Fl. 183.

que descendiam principalmente dos libertos, já que a ascensão se configurava na passagem de um estado jurídico para outro.

O fato de o escravo conseguir a liberdade, carta de alforria correspondia em uma ascendência, a mobilidade social posta aqui, se constata em ascendência dentro do grupo, seja ela na própria escravaria e ou no rol dos agregados. O desejo de liberdade que o escravo tinha, nem sempre era para imitar a vida social dos seus senhores, o anseio do forro, não se configura em pertencer à elite, porém alcançar destaque dentro do seu meio, dentro da própria escravaria, afirma Guedes, 2008, p.85.

Há de se considerar que a mobilidade dos escravos, dos livres e dos libertos, nem sempre se dava para cima, Cacilda Machado (2006), em seu estudo sobre casamentos mistos, alerta-nos sobre essa situação, já que há casos nos quais filhos podem ser escravos e seus pais livres, ou vice-versa, o que também ocorreu, com os ascendentes de Francisco Dias Coelho, pois José Gomes de Araújo, o ex-escravo, foi senhor de sua esposa e senhor de Maria Araújo da Conceição, sua primeira filha.

Outro aspecto de importante relevância para ser abordado é a manutenção do egresso do cativo na sua condição de liberto. Os mecanismos da escravidão no Brasil corroboraram para a mudança por meio de distinção social e jurídica, através das cartas de alforrias, essas, pressupõem uma hierarquia de valores, quanto à condição jurídica, além da condição social oportunizadas por essas. Outro aspecto que também diferenciava os escravos e libertos era a nacionalidade dos indivíduos. Nesse contexto é posta à prova a origem do nascimento e para os descendentes dos libertos, seria um afastamento paulatino de um passado escravo, e essa mobilidade apraz sobremaneira como importante eminência de ascensão para o liberto.

Ainda para Guedes (2008), a prática da alforria acontecia em um clima de paz, mesmo que o escravo utilizasse de artimanhas e estratégias para adquiri-la, a palavra final era sempre do seu senhor, pois, a alforria poderia ser revogada por ingratidão ou algo da mesma natureza. Porém essa passividade em adquirir liberdade não era regra, se debruçarmos com mais cuidado sobre estudos de alforrias, percebe-se a fragilidade desse argumento, apesar da escravidão no Brasil ter proporcionado como uma de suas características a possibilidade de acesso à alforria, nem sempre se configurava como mérito.

Segundo Kátia Lorena Novais Almeida (2006), que fez um estudo acurado sobre alforrias em Rio de Contas na Bahia, consultando 1.777 cartas de alforrias, afirma que as emissões das mesmas se davam muito mais baseado em acordos, nas relações entre escravos e senhores, sendo assim a alforria seria o resultado do empenho do escravo em obtê-la e de comum acordo com seu senhor, e eu estou tendenciosa a concordar com ela. As emissões de alforrias encontradas no meu *lócus* de pesquisa podem ser consideradas um produto de relação ambígua, satisfazendo ambos os lados, tanto escravo, quanto senhor, sendo construída essa relação paulatinamente, no labor diário.

Na alforria de José Gomes de Araújo, o padre Francisco, seu senhor, até mencionou uma condição, dizendo que José seria livre após sua morte, na tentativa de retardar a condição de liberto de José, mas esse foi enfático ao dizer que pagaria pela sua liberdade. Se em Guedes a vontade do senhor prevalecia, no que diz respeito á alforria do cativo, em Almeida estas se davam em acordos, o que aconteceu com José.

Já Maria Inês Cortês de Oliveira (1988) em sua pesquisa sobre os libertos em Salvador, assegura que as restrições atribuídas para a aquisição da alforria funcionava como um organismo de controle dos senhores, a fim de obter dos escravos trabalhos com maestria e comportamentos apreciáveis, prenunciar a liberdade sem efetivação da mesma, garantiria por um tempo expressivo, “bons escravos”.

Para Guedes (2008, p.183).

No que tange à alforria, oscilar a interpretação entre conquista/resistência, por um lado, e engodo/contradição, por outro, é permanecer no terreno do pensamento dicotômico. Difícil entender esta simbiose em que alforrias é, ao mesmo tempo engodo senhorial e conquista escrava. Implicaria afirmar que os escravos conquistaram um engodo e caíram na armadilha senhorial, contribuindo para a manutenção e estabilidade do sistema. A meu ver, a estabilidade, que não elimina tensões, se dá pela troca equitativa entre escravos e senhores, expressa na alforria... considero que alforria é, basicamente, uma concessão senhorial.

Percebe-se nos inúmeros estudos em casos pontuais sobre alforrias as mais variadas formas e estratégias de sobrevivência do escravo, seja de forma violenta ou o temor à ela, seja em acordos e ou criatividades. O escravo ia vivendo da melhor forma possível, como afirma Reis, parafraseando Bellini (1988), ao verbalizar os próprios escravos. “os brancos fazem como gostam; os pretos como podem”.

Ferreira (2008)⁶⁸, também menciona algumas alforrias na Casa Gurgalha, alforrias de Laura, Febrônio, Raimunda, Lídio e Manoel Lídio (esses irmãos), adjetivados pelo coronel Quintino Soares de “prediletos”. Esses personagens não fazem parte da minha pesquisa, mas são almas que compartilhavam dos mesmos anseios, dificuldades e angrúrias dos meus personagens e viveram sob os mesmos mecanismos no mesmo período, oportunizados pela Casa Gurgalha, na órbita do coronel Quintino Soares da Rocha.

A alforria de Laura se deu quando ela tinha apenas dois meses de vida, pela quantia de 200 mil réis, desembolsado por seu padrinho Dioclécio Barbosa de Souza, membro de uma família influente do local. Laura era filha de Porcina, escrava de Quintino da Rocha Soares e filha de João da Rocha César, esse sobrinho do coronel. O motivo que levou o coronel a libertar Laura, talvez tenha sido o sentimento e consciência de culpa que um parente senhor tivesse ao ver alguém do seu sangue padecer as angrúrias e tristezas causadas pelo cativo, palavras de Ferreira⁶⁹ parafraseando Soares.

Já as alforrias dos irmãos Manoel Lídio e Lídio, escravos também do senhor Quintino, foram outorgadas sem ônus, porém com condição desses permanecerem cativos até aos 21 anos de idade associada à tutela para a educação, de igual forma, Quintinho Soares também alforriou Raimunda e Febrônio, filho legítimo dos escravos Olegário e Severiana.

É notável que os motivos dados à aquisição ou patrocínio às alforrias foram inúmeros, ora por gratidão, ora amor, ora culpa, ora ônus, ou simplesmente quando o senhor estava no leito da morte, a fim de se retratar no fim da vida com o sagrado, o que importa aqui é que o fato de não se fechar numa redoma de características prontas e definição engessada para a os motivos de concessão de alforrias, não se tem um conceito fechado para ou uma predominância de um motivo em detrimento do outro, situação posta para todo condado onde atuou o sistema escravista.

⁶⁸ As discussões sobre as alforrias ora mencionadas se encontram na obra Gurgalha, Um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX), expressas nas páginas 231-386.

⁶⁹ *Ibidem* 239

Importa pensar nesse viés de estudos que as trajetórias dos indivíduos citados, se valeram das brechas e possibilidades dadas pelo próprio sistema escravista, para conseguirem mudança de estatuto jurídico, conseguindo dessa forma ascensão social e muitas vezes elevando-se ao patamar de elite possuidores de terras, escravos e bens, como ocorreu com Laura, tornando-se Dona Laura, detentora de ouro, móveis, reses, égua, jumenta, fazendas e gado, seus bens somados, perfizeram 1 conto de, 811 mil e 470 réis.

3.2 Mobilidade para baixo

No dia 13 de outubro de 1864, o procurador da justiça, José Joaquim do Amaral, enviou uma petição, assinada pelo juiz Felipe Daltro de Castro da Comarca de Morro do Chapéu. A petição foi movida por Florêncio Rodrigues de Oliveira, pois Joaquim Pacheco de Miranda passou a dívida para ele. Florêncio adquiriu o direito da dívida.

O objetivo da petição era o cumprimento da sentença contra Andrezza e nela constava uma dívida demasiada contraída por ela, num total de 3:669\$228, sendo a dívida principal 2:058\$402, acrescidos de Juros de 1:469\$910, além dos Custos 72\$184, e a Dízima que era 68\$732.

No dia 02 de setembro do mesmo ano, o Oficial de Justiça, Benedito Bispo Mangabeira, foi intimar Andrezza em sua casa em Morro do Chapéu, a intimação assinada por Guilhermino Soares da Rocha, 1º substituto de Juiz Municipal e Comandante Superior da Guarda Nacional na região, segundo os autos do processo, Andrezza havia se dirigido às Lavras do Ventura que distava 30 quilômetros da sede, com o intuito de se esconder. Benedito tomou conhecimento do ato desonesto dela e passou a intimação para o vizinho, conhecido da mesma e esse, garantiu entregar a intimação em mãos.

Como Andrezza não compareceu à delegacia, nem enviou pessoas para advogar sua causa, os seus bens foram penhorados e em dezembro do mesmo ano, foram a pregão público. Os bens penhorados dela, foram: 3 casas, uma mesa de jantar com três gavetas e um estrado. As casas da referida senhora que foram penhoradas eram cobertas de telhas. As casas do lado direito da rua: a grande tinha cinco portas (quatro de frente de loja e venda e uma de frente do corredor) e três janelas na frente no valor estimado em 2:400\$000. A casa pequena bastante deteriorada com uma porta e uma janela no valor estimado de 100\$000. A do lado esquerdo: casa coberta de telha, com três portas de frente e duas janelas também foi estimado no valor de

1:000\$000. Todas na agitada rua do fogo. Mesa de Jantar da casa grande com 3 gavetas, 16\$000 e um estrado na casa grande. 20\$000.

Aos 11 de fevereiro de 1865, as três casas de Andrezza foram arrematadas no leilão público pelo capitão Aníbal José Pereira Borges, que ocupava o cargo de secretário geral do comando superior do batalhão 64. O procurador do capitão era o tenente João José Vieira, este foi responsável por toda tramitação do negócio.

Aos 23 de maio de 1865, Andrezza recebe outra intimação, assinada pelo tenente-coronel, 2º substituto de juiz Municipal dos Órfãos e Ausentes de Jacobina, José Joaquim de Carvalho e Silva. Na intimação constavam outras dívidas dela. Dessa vez, era a penhora de um burro e um jumento, que não mais pertencia a ela, mas a sua segunda filha Guilhermina. O tutor de Guilhermina, o rico coronel Quintino Soares da Rocha, envia o seu procurador, Francisco Dias de Moraes, para arrematar o burro e o jumento, porém o escrivão dos órfãos lhe informa que a Andrezza pertencia parte dos bens, logo os bens poderiam ser leiloados.

Quintino insatisfeito informa ao juiz que Andrezza, estava alienada, ou seja, com problemas mentais, o juiz alega que o problema mental de Andrezza não consta nos autos do processo, mas solicita do seu escrivão para averiguar o estado de saúde de Andrezza e este lhe assegura que apesar de não constar nos autos do processo, tal doença, era visível o “estado de mau saúde mental” dela. A sentença de Andrezza, não lhe foi favorável, os bens dela foram arrematados em leilão, e esta voltou a viver uma vida de penúria e favores⁷⁰.

Com todo esse patrimônio adquirido em tão pouco tempo para os padrões da época, especula-se que José não foi um mero agregado, foi certamente um hábil empreendedor e muito provavelmente trabalhou com minérios. Mas nos anos seguintes, possivelmente devido à falta de habilidade da esposa em administrar o patrimônio, e atrelado a uma sequência de seca, tudo indica a seca de 1864, este foi se desintegrando rapidamente, ela vendeu as propriedades e os animais, entre eles estavam uma casa comercial na rua principal da cidade; duas casas de habitação também na freguesia; e uma parte da Fazenda Santo Antônio, bens deixados por herança do seu esposo, além de burro, jumento, mesa

⁷⁰ Parte do processo, a partir da página 69, não consegui fazer a leitura, por está danificado, porém Moisés Sampaio afirma que Andrezza não perdeu totalmente os seus bens por conta da intervenção do coronel Quintino, nomeado tutor das filhas do casal, assegurando-lhes os bens deixados pelo pai, até que se tornassem civilmente capazes ou adquirissem matrimônio. Op cit.29.

com gavetas e estrado. A destruição do patrimônio legado pelo seu falecido marido apenas por herança não foi total, devido à intervenção de conhecidos do falecido que se apoderaram dos bens pertencentes às duas filhas, Maria e Guilhermina, da ex-escrava, garantindo que recebessem a sua parte na herança.

Após a morte do ex-escravo, embora a família constituída fosse financeira e socialmente estável, parece que foi construída em torno do provedor, os anos subsequentes foram difíceis, a administração do patrimônio da viúva não se mostrou eficiente e menos de nove anos depois, já que a morte de José se deu em 1855 e os processos requerendo a quitação das dívidas de Andrezza datam de 1864, pós a morte do pai de família, sua esposa e filhas voltaram à pobreza, necessitando de ajuda dos antigos contatos dos ex-escravos para auxílio, até o falecimento da esposa e casamento das filhas.

Ferreira (2018, p.320) faz menção ao inventário de Ana Joaquina dos Reis 1857. O inventariante é Zacarias da Silva Café. Andrezza Maria do Espírito Santo, foi encontrada fazendo cobranças ao inventariante, nesse documento, infere-se que os negócios da viúva, já que a data do documento é posterior à morte de José, incluíam fazendas secas e molhadas, provavelmente esse era um dos negócios do casal que Andrezza tentou dá sequência.

O método de traçar trajetórias pode fornecer elementos para entender o que aconteceu na vida da escrava que possibilitou a ascensão socioeconômica e social, acumulando uma renda considerável para a população escrava da época naquela região, bem como as transformações econômicas no local que possibilitou a mudança das condições sociais do indivíduo que serve como elemento de comparação para compreender a dinâmica das classes sociais da Chapada Diamantina do período. A mesma trajetória e fontes também apontam para a formação de uma família escrava estável, quando alguns estudos mais tradicionais⁷¹ apontam como impossível, o que já foi discutido no segundo capítulo desta pesquisa, ou ainda, a aquisição de escravos por ex-escravos, tema ainda pouco ou nada explorado na historiografia da escravidão da Bahia, mais precisamente na Chapada Diamantina. Graças a essas fontes e métodos escolhidos, pode-se verificar a mobilidade de Andrezza, alternando seus status e posse de bens.

⁷¹ Estudos antes da década de 50. A exemplo de Gilberto Freyre.

3.4 Simão e Ezalta Dias Coelho

Por outro lado, a família paterna do coronel Francisco Dias Coelho, também residente da fazenda Gurgalha, não apresentava as mesmas características da família materna. Esses eram livres e agregados da referida fazenda, a primeira aparição em documentos do avô do coronel, Simão Dias Coelho, foi em 20 de junho de 1839⁷², um ano depois da instalação da freguesia de Nossa Senhora da Graça.

Simão Dias Coelho e sua esposa Ezalta Dias Coelho, eram pequenos proprietários de terras, tiveram cinco filhos e uma filha. A primeira filha do casal, Caetana, não foi encontrada registro de batismo ou um documento similar que pudesse nos fornecer sua idade, provavelmente nasceu antes da instalação da freguesia em Morro do Chapéu. Afirimo que era filha do casal, por que cruzei as fontes e percebi em outro documento que era filha do casal.

O Porfírio, nascido no dia 16 de junho de 1842⁷³, sendo seus padrinhos, Joaquim Manoel de Santana e sua esposa Constância Joaquina dos Santos, nessa mesma data foi batizada outra filha do casal, Porfíria, tendo as mesmas pessoas do irmão como padrinhos, embora ela tenha nascido dez dias antes do batismo seu irmão um ano anterior.

Outro filho do casal foi Quintino, tendo em seu registro de batismo a data de 25 de dezembro de 1845⁷⁴, apadrinhado por Társito Lemos e Josefa de Santana. No dia 28 de março de 1847⁷⁵, foi batizado Leandro, o quarto filho do casal, e por último o quinto filho Joaquim, nascido em 20 de maio de 1850⁷⁶ e mais uma vez o Coronel Quintino Soares da Rocha entra em cena sendo escolhido para padrinho, ele e sua esposa Umbelina Adelaide de Miranda.

Percebe-se nesses batismos, a relação de compadrio, amizade e honra da família de Simão Dias Coelho com Quintino Soares da Rocha, homenageando o coronel, dando seu nome ao seu último filho, além de ofertar-lhe o quinto filho como afilhado. Sobre batismo, Mattoso (1992)⁷⁷, salienta que o destino social das crianças dependia, antes de tudo, de que fossem reconhecidas pelo pai ou pela mãe, nesse quesito os filhos de Simão e Ezalta

⁷² Livro de batismo de 1838-1860, P. 9b. Arquivo de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

⁷³ Livro de batismo de 1838-1860, P. 42. Arquivo de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

⁷⁴ Livro de batismo de 1838-1860, P. 57. Arquivo de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

⁷⁵ Livro de batismo de 1838-1880, P. 68. Arquivo de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

⁷⁶ Livro de batismo de 1838-1880, P. 87. Arquivo de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

⁷⁷ MATTOSO, K.A Bahia no século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p.132.

eram afortunados, ou então colocadas, por laços de apadrinhamento, sob a proteção de uma família influente.

Outra circunstância que merece ser destacada é o nome de Porfírio, primeiro filho do supracitado casal, observado nos registros de batismo. O nome Porfírio, provavelmente deve ter sido outra homenagem feita por Simão a um fazendeiro, possuidor de terras da região, era considerado afortunado, não chegava ao nível de Quintino Soares, mas, poderia ser estimado mediano.

Para além dessas relações, Simão Dias Coelho também batizou pessoas na freguesia, a primeira criança apadrinhada por ele foi Estanislau, em 20 de junho de 1839, filho legítimo de Leandro Coelho dos Santos e Felícia Quitéria, segundo a documentação, ambos eram pardos, casados, naturais e moradores da freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, isso mostra que Simão e sua esposa também eram honradas e estimados em seu meio.

Esta família viva nas dependências do famoso coronel Quintino Soares da Rocha, afinal o coronel exercia o papel de protetor, numa relação de mão dupla. Sobre coronelismo, o contexto pede uma descrição amiúda do papel e função de Quintino, enquanto coronel, tutelando pessoas aparentemente desamparadas, arregimentando bens alheios, abrigando necessitados em tempo de crise, apadrinhando pessoas e casamentos, dentre outros feitos.

Como legado de séculos anteriores, até meados do século XIX, a principal atividade econômica que gerava riquezas na região era a pecuária para abastecimento de carne e animais de carga e de tração as áreas mais densamente povoadas da Baía naquela época. a saber, as áreas de mineração de ouro no norte e sudoeste, e a área administrativa e canavieira na costa leste, mas não era a única, havia também culturas agrícolas como algodão, tabaco e farinha, embora com menor chances de acumular fortuna. Por esse motivo, a pose dos animais nas fazendas com a produção de animais, manteve-se como o principal elemento de demonstração visível de riqueza e *status*, porém, com a exploração dos diamantes a partir de 1840, iniciou-se o período de acréscimo na composição das elites e das relações sociais e econômicas da região, quando gradativamente a elite pecuária também passava a ser composta por uma nova elite de mercadores de pedras preciosas.

Este período de transformações muito bem desenhado, que corresponde desde os primeiros anos do século XIX ao início do século XX, foi amplamente registrado por documentos gerados pelas instituições da região. Tanto a Igreja Católica quanto os tribunais registram as relações econômicas e familiares vividas neste período. Famílias ricas e pobres, que viviam em fazendas no sertão da Chapada Diamantina, casaram-se, batizaram seus filhos e morreram, sempre intimamente ligados à religião, que produziram documentos que foram depositados no arquivo da freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu. Também foram comprados, vendidos e herdados, propriedades, animais e escravos, documentados nos autos de compra e venda, inventários e testamentos, bem como processos criminais depositados nos tribunais locais, podendo observar as mudanças e continuidades das relações econômicas e sociais dos agregados em suas fazendas, mineiros e proprietários, ou seja, a velha pobreza com sua correspondente elite.

Nos primeiros dois séculos da efetiva colonização do interior do Brasil, onde se gerou uma sociedade predominantemente rural, baseada no comércio de gado para abastecer outras regiões. No caso da Chapada Diamantina, por sua localização como centro das principais rotas comerciais que atravessam o sertão, tanto em direção ao litoral, quanto para as regiões de extração de ouro em Minas Gerais e centro-norte da Bahia, foram estabelecidas As fazendas de gado com unidades de produção desde muito cedo, e formaram a elite e a pobreza local que chegou ao século XIX, totalmente definidas.

Assim, nesse enredo e estrutura fundiária muito bem definida, alinhou os ascendentes do coronel negro, suas relações, atento aos benefícios que provavelmente conseguiria para si e para os seus em tempos de penúria e por que não dizer em todo tempo, o vínculo estabelecido tanto pela família de José Gomes de Araújo como de Simão Dias Coelho, com o coronel Quintino Soares, lhes renderiam proteção, tranquilidade e defesa, caso fosse preciso. Tais, vínculos asseguraram o casamento de Guilhermina, segunda filha de José e Andrezza e tutelada por Quintino, esse tinha o direito de cuidar da sua herança enquanto Guilhermina chegasse a idade civil, capaz de gerir seus próprios bens ou se casasse, o segundo caso aconteceu com Guilhermina, se casou com Manuel Lídio Soares da Rocha, crioulo liberto em 24 de dezembro de 1849.

Aos vinte e quatro de janeiro de mil oitocentos e setenta e três na Fazenda Gurgalha, pertencente a esta Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu feita as denúncias na forma do Sagrado Concílio Tridentino, sem que descobrisse impedimentos, em minha presença, e das testemunhas o

tenente José Florêncio de Miranda, se casaram em face da Igreja solenemente por palavras Manoel Lídio Soares com Guilhermina Gomes de Araújo, liberto e Andrezza Maria do espírito Santo, liberta, sendo os nubentes naturais e moradores desta Freguesia. E logo lhes dei as Bênçãos conforme os ritos e Cerimônias da Santa Madre Igreja Católica do que tudo fiz este assento por verdade assinei.⁷⁸

O vínculo de Manoel Lídio com Quintino Soares era forte, a ponto de conceder a liberdade gratuitamente, com a condição de permanecer com o casal Soares da Rocha até completar 21 anos. Segundo Ferreira, Manoel Lídio era considerado um dos prediletos do coronel, além de agregado, o coronel lhe tinha afeição. Eis aí a explicação para amoldar, o casamento entre Manoel Lídio e Guilhermina pelo coronel.

Outro ponto é, que nos domínios do casal Soares da Rocha ocorriam matrimônios que facilitavam o estreitamento dos laços entre os dependentes e ampliavam a possibilidade de construção ou renovação das relações de subalternidade. Constantemente, o coronel Quintino recebia em sua residência visitas de dependentes para tratar de assuntos diversos. Possivelmente, em algumas das conversas, estavam os casamentos dos moradores, escravos e agregados, principalmente. A consulta ao coronel e dona Umbelina era importante, pois muitas coisas estavam em jogo. Para os agregados, ouvir do casal que fazia gosto na união aumentavam as chances de permanecerem na propriedade. Os encontros também incluíam as negociações para que as novas famílias que se formavam pudessem se fixar naquelas terras. Decerto, poucos proprietários aceitariam- o que não significa que proibissem- que seus inimigos ou aliados desses, casassem com moradores e fossem habitar em suas terras (FERREIRA, 2018, p.290).

Além de todos os aspectos mencionados acima, ainda tem-se outro fator, que, diga-se de passagem, considero o mais importante a ser analisado. Quintino era o tutor de Guilhermina, logo, responsável legal pelos bens da jovem, era do seu interesse que Guilhermina continuasse segura e protegida, a forma encontrada foi arregimentar o casamento dela com Manoel Lídio, dessa forma os bens da jovem seria muito bem administrado, por seu perfilhado e aumentado, juntando com os bens do seu esposo.

Até meados do século XIX, a fazenda era o centro das relações sociais e econômicas do sertão na sociedade pastoril baiana, embora existissem alguns povoados, caracterizam-se por serem espaços da vida política e administrativa, e por manterem pequenos

⁷⁸ Registro de casamento de Manoel Lídio Soares e Guilhermina Gomes de Araújo, 24/01/1873, IMNSGMC, Livro de casamento 1867-1874, fl. 73-73v.

estabelecimentos comerciais que abasteciam as propriedades do que não podiam ser produzidos pelos moradores das propriedades rurais.

A estrutura básica das fazendas mudou pouco nos últimos 200 anos de pecuária. As propriedades ainda eram muito grandes e, embora alguns agregados conseguissem comprar pequenas propriedades, foi o caso de Simão, que os distinguiam de outros em seu estado, ainda não eram suficientes para quebrar a dependência diante dos grandes proprietários aos quais permaneciam econômica e socialmente ligados. Isso gerou pouca mobilidade social e constituiu duas classes distintas, mas interdependentes, que viveram e produziram na Chapada Diamantina.

As propriedades em geral eram divididas em pequenas unidades administrativas encarregadas de uma família de agregados em troca de uma porcentagem da produção agrícola ou do pagamento em dinheiro. Nessa relação, ele estava isento de pagamento pelo trabalho com gado, já que essa parte consistia em um contrato direto com o vaqueiro, geralmente o pai da família agregada. Essas pequenas porções de terra dentro da fazenda eram chamadas na região de “roças” ou “sítios”, e mesmo fazendo parte da fazenda e, portanto, propriedade do latifundiário oferecia autonomia relativa aos agregados, tamanho e localização na fazenda dependia da relação com os proprietários, com os quais os agregados mantinham relações de trabalho e emprego, mas também de afinidades e compadrio (SAMPAIO, 2015, P.30).

Como a pecuária era a mola motora da economia nas fazendas, a carne desses animais era pouco consumida pelas famílias agregadas, apenas em ocasiões especiais ou festas, ou para aproveitar a carne em caso de imprevistos, naquelas épocas a carne era salgada e basicamente cada animal foi aproveitado. Em geral, houve a criação de pequenos bovinos como cabras, ovelhas e porcos para a produção de carne, leite, couro e óleo para consumo familiar. Os currais estavam localizados não muito longe da casa de moradia, e o controle de pragas ou parasitas se dava por meio de galinhas que viviam livremente perto do curral, além do fornecimento de ovos e carne (SANTOS FILHO, 1956).

A agricultura de alto rendimento para exportação na fazenda Gurgalha não era praticada, exceto algumas áreas favoráveis próximas aos rios com o cultivo de milho, feijão e mandioca, pouco se produzia no interesse de vender para os mercados mais amplos, era mais voltado para a subsistência ou para o abastecimento do mercado interno da região. A maior parte das terras era destinada à pecuária, o restante nos vales ou alagados na

época das chuvas era plantado para o sustento da família com o excedente comercializado nas feiras livres das cidades ou vilas próximas, prática comum entre escravos, Schwartz, 1988, p.142, afirma que a maior preocupação dos escravos era ter sua própria terra, cultivar seu próprio alimento e comercializar o excedente.

Talvez esteja nesse anseio do escravo ou agregado a posição de Boaventura (1989), em dizer que a riqueza do sujeito era mensurada através da terras que este possuía e as possibilidades que esta lhe proporcionava para produzir a criar gado, apontando para a fertilidade do solo e abundância de água.

Perto do curral sempre existia uma plantação de "palmito", leguminosa de origem centro-americana que se adaptava bem às condições de clima e solo do sertão, planta servia como suplemento alimentar para gado em épocas de maior dificuldade alimentar no pastagens nativas, bem como para consumo humano em épocas de seca. Havia também um pomar próximo às casas com árvores frutíferas destinadas ao consumo familiar com plantas nativas ou adaptadas, ou seja, a dieta básica não se limitava à carne-seca e à farinha de mandioca, embora esses gêneros estivessem sempre na dieta das mulheres, famílias dos mais ricos e dos mais pobres (SAMPAIO, 2018).

O maior diferencial entre proprietários e agregados nas condições de vida cotidiana estava na propriedade do terreno e nos materiais de construção de suas moradias, as casas dos ricos eram feitas de pedras ou tijolos, enquanto as moradias dos pobres eram feitas de barro e recobertos de palha. As descrições das casas de Andrezza apontavam para a cobertura de telha, dessa forma, pode-se agrupar Andrezza, como abastada antes de perder parte dos seus bens. Os estoques e os testamentos não mostram ostentação ou aparente riqueza em joias ou móveis de casa, chegando a ponto que os utensílios dos agregados muitas vezes se aproximavam dos proprietários. A única referência na documentação à joia que eu encontrei foi a doação de Umbelina Adelaide de Miranda, para a Igreja, no ato da sua construção.

Esse tipo de relacionamento aproximou os trabalhadores dos patrões, mas manteve suas respectivas diferenças e funções na sociedade. Havia famílias de agregados que viviam gerações dentro da mesma fazenda, mas, sabiam que eram agregados e sabiam negociar suas aspirações de melhorias nas condições de vida, aspectos observáveis nas relações paternalistas na região.

Dessa forma, vivendo na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência nas áreas rochosas da Chapada Diamantina, os proprietários e agregados puderam ser considerados classes sociais em um período que se estende até a primeira metade do século XIX. É nesse quadro que consigo enxergar a família de Simão e Ezalta Dias Coelho.

O que os diferenciavam não era necessariamente a posição do terreno, mas também a quantidade de mananciais e a localização do terreno. A soma, ou fator de riqueza a considerar, é o número de gado que eles realmente possuem, ou podem ser atribuídos à qualidade de suas terras.

No entanto, alguns autores como Boaventura nos dão uma ideia de como diferenciar entre ricos e pobres: “O prestígio social do título de riqueza do fazendeiro nasceu no curral. Foi o gado que deu importância ao dono da fazenda como homem rico” (Boaventura, 1989, p.35).

Esse era, sem dúvida, o elemento definidor de riqueza e status, pois os proprietários também se diferenciavam na posição que ocupavam na sociedade com base na quantidade de terra disponível para a criação e no número de animais mantidos e comercializados em suas fazendas.

Trata-se, portanto, de uma hierarquia entre os membros da elite, e foram eles que, nessa estrutura hierárquica, comandaram os acordos, para além da economia, assim como a política, estando os latifundiários à frente dos cargos políticos ou através dos seus subordinados escolhidos entre proprietários menores, mas na confiança do chefe local. Mas, como essa hierarquia não garante tranquilidade nas relações, foram constatadas várias causas criminais oriundas de disputas por terras entre proprietários e outros bens.

O que não surpreende é que a maior parte das disputas judiciais foi superada por grandes proprietários de terras, o que também pode evidenciar sua intromissão no judiciário, já que os juízes também eram, muitas vezes, proprietários de terras na região. Exemplo de Guilhermino Soares da Rocha, Juiz de Paz e proprietários de terras e irmão de Quintino da Rocha Soares.

Testamentos e inventários do arquivo local indicam que quem se identificou como um grande proprietário foi o Coronel Quintino Soares da Rocha, não era necessariamente o maior latifundiário, mas o que tinha aquela condição de ter o maior número de animais, a cargo das famílias dessas terras, e isso o identifica como um fazendeiro, mas ele também

era o maior comerciante de gado, comprando de outros proprietários menores para vender no litoral. Era comum, os agregados possuírem pequenos fragmentos de terreno, o que decisivamente diferenciava os elementos de sua classe, porém, não eram suficientes, na maioria dos casos, para torná-los independentes de seus donos e padrões.

Como Simão e Ezalta Dias Coelho não disponibilizavam de propriedade extensa, autossuficiente para suprir as devidas necessidades em tempos de crise, a insuficiência de bens e recursos, os tornavam dependentes do mandatário local para as transações comerciais.

Porém, a sociedade da Chapada Diamantina da época não polarizou entre proprietários e trabalhadores ou, simplesmente, proprietários e agregados, não chegou a tanto. Entre os maiores produtores e os menores agregados havia uma espécie de gente que nasceu ou se enriqueceu com gado, e que com o tempo empobreceu por repartições da terra por herança e negócios malsucedidos. Ao contrário, também era possível saber lidar com a pecuária, boas relações com os agricultores, sorte e força em tempos de bonança, poderiam ser alguns dos elementos que levavam as famílias de um extremo a outro na escala social, eis aí um exemplo de mobilidades, resalvando as direções, nem sempre essa mobilidade se dava para cima.

Outra forma de acumular dinheiro na Chapada Diamantina, a partir de 1841, era por meio da mineração de diamantes, descoberta oficialmente naquele ano, mas especulava-se que a atividade já era praticada um pouco antes da oficialização com a intenção de não pagar impostos. Embora os diamantes da Chapada não fossem de melhor qualidade, eles eram abundantes e permitiam que muitos trabalhadores tivessem a sorte de obter mais lucros.

Embora tenha sido uma atividade afortunada, parece que o José, o africano liberto foi um daqueles sujeitos que soube usar as estratégias que estavam ao seu alcance, os valores dos bens deixados em herança à mulher e as filhas iam para além do que tinha sido acumulado há muito tempo pelas famílias dos agregados na pecuária, para além da compra da sua esposa e o alto preço de sua própria liberdade. É possível que José dividisse seu tempo entre lidar com os animais do padre, pequenos trabalhos para o coronel Quintino e mineração, é possível que muitos dos agregados ou pequenos proprietários estivessem envolvidos na mineração em seu tempo livre e, esperançosamente, encontraram uma boa junta de diamante e uma boa gestão de ativos mude seu destino. Embora não tenha

encontrado nenhuma fonte que em permitisse afirmar essas atividades de José, estou a considerar o contexto nas suas mais diversas variações.

Hebe de Castro (1987), afirma que a posse de terras e escravos hierarquiza pessoas, colocando-as como pobres e ricos, distinguindo-os dos possuidores, existe outros fatores somados que podem e é atenuante nessa relação, o aspecto econômico não deve ser o único critério para “alocação social”, não é somente a pobreza que caracteriza o egresso da escravidão (COSTA, 1980; FARIA, 2000, PAIVA, 2001, SOARES, 2006), sobretudo, as relações de parentesco, a inserção em redes de sociabilidade, além dos aspectos de ordem moral.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato notório no panorama das desigualdades de renda brasileira, que existe uma diferença considerável. Pretos e pardos, doravante denominados “negros”, têm menos da metade da renda domiciliar per capita de brancos. Segundo Sergei Soares (2007), essa diferença é resultado de discriminação passada, dada à herança do sistema escravista. Estou de concordância com Soares, porém existem fatos, que precisam ser elencados e considerados que nem sempre se deram da forma que está exposta.

Minha inacabada investigação permeou questões econômicas entre escravos, livres e libertos no sertão da Chapada Diamantina, mais precisamente em Morro do Chapéu do século XIX, e evidenciou que escravos, livres e libertos, conseguiram ascensão social dentro do seu meio, e gozaram de certo conforto com bens, honrarias e prestígio através de cartas de alforrias, de casamentos arranjados, prática comum no século XIX, laços de compadrio e solidariedade, com base no paternalismo nas relações de dependência e subordinação.

Mesmo com as angrúrias e dificuldades imposta pelo sistema escravista, pautada na elevação do homem branco em detrimento do negro, as minúcias relações existentes entre senhor e escravo, estendida ao agregado, possibilitaram brecha que permitiu ascensão

social e econômica de sujeitos invisíveis que compuseram o cenário de Morro do Chapéu em seu passado remoto.

O tema da pesquisa em si, não é nenhuma novidade, o ineditismo aqui se pauta no fato dos personagens estudados, serem enxergados nas suas características de protagonismo e construtores de suas histórias, burlando o sistema imposto, se aproveitando das possibilidades e amizades construídas ao longo da vida para se afastarem do estigma de cativo e escravidão.

As fontes disponíveis a mim como documentos eclesiásticos do arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Graça e as fontes civis do Fórum Clériston Andrade, possibilitaram-me seguir o caminho, traçando trajetória do africano José de Araújo Gomes, que chegou ao Brasil em 1824, conseguiu prestígio e honraria, comprou alforria, constituiu-se senhor, dono de escravos, contraiu casamento e família, além de adquirir terras.

Minha investigação buscou diminuir a invisibilidade de escravos, livres e libertos, que não compõe a história construída e contada, mas que fizeram parte no passado remoto de Morro do Chapéu. A intenção da pesquisa é contribuir com o escasso conhecimento sobre ascensão de escravos, livres e libertos em Morro do Chapéu nos seus mais variados ofícios, assim como a constituição familiar de escravos, libertos e livres pobres.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo: Editora Universitária de São Paulo, 1988.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e libertos nas minas de Rio de Contas; Bahia, século XVIII**- Salvador: EDUFBA, 2018.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. **Traços da história econômica da Bahia no último século e meio**. Planejamento, Salvador, v. 5, p. 10, out./dez. 1997.

BELLINE, Ligia. "Por amor e por interesse a relação senhor- escravo em cartas de Alforria". In: REIS, João José(org.) *Escravidão e Invenção a Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, PP.73-86.

BARRETO, José Ricardo Paes. **Vaqueiro: vida, lazer e religiosidade**. Recife: Fundaj. Inpso. Centro de Estudos Folclóricos, 1984. (Folclore, 164).

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. 2 vols. São. Paulo: Martins Fontes, 1984. [1949].

CÂNDIDO, Antônio. The Brazilian Family. In: SMITH, T. (Org.). *Brazil. Portrait of half a continente*. New York: Marchant General, 1951.

CHALHOUB, Sidney. "Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)." **História Social**, n. 19, segundo semestre de 2010, p. 33-62

_____ **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: São Paulo; Companhia das Letras, 1990.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e Família no cotidiano colonial (1550-1808)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da Família e demografia histórica. In: CARDOSOS, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (Org.) *Sob os domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p.241-258.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

_____, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba, 1996.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3. Ed. São Paulo: Livraria Editora Kairós, 1983.

FREYRE Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 (a publicação original é de 1974).

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

_____. Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-1850)**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEITE, Jeedean Gomes. **“Terra do frio”, coronéis de “sangue quente”?: política, poder e alianças em Morro do Chapéu (1919-1926)**. Dissertação: (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.

MACHADO, Cacilda. *S trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais-PR, passagem do século XVIII para o XIX)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em História Social. Tese de Doutorado, 2006.

MATTOSO, Katia M. de K. **Bahia, século XIX, uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1892.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Caminhos do Sertão- Ocupação Territorial, Sistem Viário e Intercâmbios Coloniais dos Sertões da Bahia**/Organizadores: Erivaldo Fagunde Neves, Antonieta Miguel; Colaboradores: Francisco Antônio Zorzo. Editora Arcádia, 2007

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. **“Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas no século XIX”**. *Revista da USP*, n. 28 (dez. 95/fev. 96), Dossiê Povo Negro - 300 Anos, pp. 175-193.

PEREIRA, Nuno Marques. **Compêndio narrativo do peregrino da América**. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1939.

PAIVA, Eduardo França, **Escravos e libertos as Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação econômica do Brasil**. 17ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. e GOMES, Flávio dos Santos e CARVALHO, Marcus J. M. de. **“África e Brasil entre margens: aventuras e desventuras do africano Rufino José Maria”, c. 1822-1853**. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 26, n. 2 (2004), 257-302.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX**, in: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1988.

SAMPAIO, Moiseis de Oliveira. **O coronel negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1864-1919)**. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, 2009.

SAMPAIO, Teodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Rebecca J. **Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899**. Rio de Janeiro, Campinas: Paz e Terra, Editora da Unicamp, 1991.

SILVA, Eduardo e REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Eduardo. **Dom Obá II d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil. Populações rurais do Centro-sul**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Ltda, 1920; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense; 1987.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2009.